

Carlos Moore

A África que incomoda

sobre a problematização do legado
africano no cotidiano brasileiro



2ª edição - ampliada

Prefácio de Kabengele Munanga

Nandyala

"... ler, penetrar é desvendar África que «acomoda» a fundamental para fortalecer conhecimentos, assunções e percepções sobre a imperiosidade de a angola brasileira atravessar o Oceano Atlântico rumo ao Continente Africano. África que incomoda não constitui um livro para posar: é sim, um exemplar a ser lido, relido, criticado e compreendido por todos os brasileiros negros e não-negros. É, sobretudo, um livro para ser apreciado pelos profissionais da educação homens e mulheres -, comprometidos com o processo de educação das futuras gerações. Sua leitura é muito prazerosa. Mas, acima de tudo, sua leitura é um ato político."

Eliane Cavalleiro, Universidade de Brasília



Compre o livro mais barato em 10 dias





Carlos Moore é Cubano Etnólogo e cientista político, se formou na Universidade de Paris-7, na França, como Doutor em Ciências Humanas e Doutor em Etnologia. Desde 2002, é Chefe de Pesquisa Sênior (honorário) na Escola de Estudos de Pós-Graduação e Pesquisa da University of the West Indies (UWI) Kingston (Jamaica). É fluente em Francês, Inglês, Espanhol, Creole e Português.

Sua carreira acadêmica de 1986 a 2002, inclui cargos como professor titular de Assuntos de América Latina no Instituto de Relações Internacionais

da University of the West Indies (UWI), em Trinidad e Tobago, e professor visitante na Florida International University (FIU), na Florida.

De 1982 a 1983, foi consultor pessoal para assuntos latino-americanos do Secretário Geral da Organização da Unidade Africana (atualmente União Africana). Dr. Edem Kodjo, e desempenhou a mesma função, de 1966 a 200, junto ao Secretário Geral da Organização da Comunidade do Caribe (CARICOM). Dr. Edwin Carrington. Durante cinco anos, foi assistente pessoal do cientista senegalês, Cheikh Anta Diop, em Dacar, Senegal.

De 1970 a 1984 desempenhou carreira em jornalismo como analista político, na Agence France-Presse e no semanário internacional Jeune Afrique, e como colaborador nas revistas Afriscope (Nigéria) e Nadhatu Khayya (Egito).

H. d. do Brasil
Carlos Moore

A África que incomoda sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro

2ª Edição

Nandyala Editora
Livraria
Ações afirmativas & Educação Inclusiva

2010

Copyright © 2010 by Carlos Moore
Todos os direitos reservados

Coordenação Editorial

Iris Amâncio

Revisão

Iris Amâncio, Daphierin José Fonseca,
Juliano Alves e Fernanda Mello

Capa e formatação

Marcus Vinícius Leite e MS Artes Gráficas

Pecas artesanais africanas

Acervo particular de Iris Amâncio

Dados de Catalogação na Publicação – CIP

Moore, Carlos

MS21a A África que incomoda sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro / Carlos Moore 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyala, 2010 (Coleção Repensando África, Volume 3). 232p., 12 x 18 cm.

1. História da África 2. Relações étnico-raciais
3. Identidade étnica-Brasil 4. Negros - Brasil
5. Heranças africanas - Brasil 6. Educação I. Título

CDU 96

CDD 327.3

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a expressa autorização da Nandyala livros.

Nandyala Livros e Serviços LTDA

Av. do Contorno, 6000 - Lj 05 – Savassi
30110-060 – Belo Horizonte – MG

Tel.: (31) 3281-5894 – Fax: (31) 3424-8898

nandyalalivros@nandyalalivros.com.br

www.nandyalalivros.com.br

Sumário

Prefácio à Segunda Edição	5
Kabengele Munanga	

Apresentação	11
Eliane Cavalleiro	

Parte I

A África no cotidiano político: que tipo de cooperação?	15
--	----

1. Da África mítica à África real: para uma cooperação realista entre a África e a diáspora	17
---	----

2. O Brasil e a África sob a ótica de interesses complementares	62
---	----

3. A África e o Brasil sob a ótica de interesses divergentes	94
--	----

4. O ensino da história da África na perspectiva da emergência do Brasil como potência mundial ..	117
---	-----

Parte II

A África no cotidiano educativo: que tipo de ensino sobre a África?	137
--	-----

5. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil	139
--	-----

6. Bibliografia mínima norteadora de obras básicas sobre a África	188
---	-----

Parte III

O futuro da África:

entrevista e depoimentos

	191
7. Entrevista: O futuro da África	193
8. Depoimentos	212
- O Imbróglio Angolano	212
- A Intervenção militar cubana na África: um novo olhar	218
- Fora de um projeto de governo federal continental, a África está perdida	224

PREFÁCIO

A primeira edição de **A África que incomoda**, de Carlos Moore, lançada em 2008, já se encontra hoje completamente esgotada. Ora, sabe-se que, independentemente da quantidade da tiragem, geralmente os livros de reflexão crítica sobre a África e suas diásporas não se vendem com tanto sucesso e não se esgotam em tão pouco tempo.

Há de se perguntar onde estaria escondido o segredo do sucesso desse livro. No título provocativo da obra ou apenas na riqueza dos conteúdos nela tratados e analisados? Eu diria que o sucesso está em ambos, pois o título, além de provocativo, é bastante sugestivo e suscita curiosidade. Nos conteúdos, o autor discorre e se debruça sobre temas estimulantes na atualidade não apenas brasileira, mas de todos os países do mundo que se beneficiaram do tráfico negreiro e da escravização dos africanos e seus descendentes.

Especulando sobre o título da obra, poder-se-ia perguntar: 1) A quem a África incomodaria? - 2) Por que incomodaria? - 3) O que na África incomodaria? A resposta a cada uma dessas três subperguntas, derivadas do título principal, poderia exigir páginas de especulação que explicariam porque o livro chama tanta atenção. De fato, é o que o autor tenta fazer não como filósofo

e especulador, mas sim como historiador, sociólogo, cientista político e etnólogo, numa visão interdisciplinar e holística que não esfacela a África, apesar da diversidade dos temas tratados.

A quem incomodaria, então, a África? Ao mundo ocidental que, no passado remoto, atravessou os mares, invadiu as sociedades africanas, pilhou sistematicamente seus cérebros humanos, a mão de obra jovem e abundante através do tráfico atrelado à escravidão e que depois se instalou no continente para uma segunda fase de escravidão *in loco* denominada colonização? Visto desse ângulo, a África não incomodou ninguém. Pelo contrário, constituiu um excelente negócio que trouxe enormes lucros que contribuíram no desenvolvimento material do continente europeu, prejudicando e atrasando seu próprio desenvolvimento. Além de ser um negócio econômico muito rentável, a exploração e a pilhagem da África foram justificadas e legitimadas pelas teorias pseudocientíficas racialistas que engendraram o racismo científico dos séculos XVIII e XIX, que também serviram de base na construção do racismo à brasileira que ainda hoje prejudica milhões de brasileiros de ascendência africana e indígena.

Vê-se que, nesses contextos históricos referidos, a África não incomodou, pois serviu de reservatório para a mão de obra escravizada que produziu as riquezas que contribuíram na construção das economias das colônias ocidentais nas Américas e para o fornecimento das matérias primas utilizadas para o desenvolvimento das indústrias manufatureiras ocidentais. Mas ela começou a incomodar a partir dos processos de luta pela obtenção

de suas independências políticas e econômicas, de sua libertação espiritual e cultural do jugo colonial. Daí o neocolonialismo, para evitar a ruptura e manter o *status quo* que se perpetua ainda hoje através dos mecanismos de cooperação internacional e de novas relações de exploração econômica altamente sofisticadas. A África e suas diásporas incomodam quando começam a lutar pela defesa de suas dignidade e liberdade humanas; quando reivindicam a igualdade do tratamento, das oportunidades e do respeito de suas diferenças culturais e identitárias. Incomodam quando tentam sair do espaço de inferioridade a elas predestinado para participar igualmente da distribuição do produto social, da estrutura do poder e de todos os mecanismos simbólicos de superioridade, reservados ao segmento social eurodescendente da sociedade. Os africanos e seus descendentes incomodam quando começam a buscar a recuperação de sua humanidade negada, sua história e sua cultura destruídas durante os séculos de escravidão e colonização. Incomodam quando assumem, com orgulho, sua negritude e a reivindicam com cabeça erguida para sair da dependência cultural ocidental alienante e da inferiorização contra eles forjada. Como disse Franz Fanon, o autor de **Pele negra máscaras brancas**, a África incomoda quando tenta quebrar a máscara branca para exhibir com orgulho seu rosto negro escondido.

Finalmente, o que na África incomodaria? Certamente não são as riquezas naturais - vegetais, animais e minerais; não são os diamantes, as enormes reservas de petróleo, cobalto, manganês, ouro, urânio,

cobre, ferro etc., pois há muito tempo que essas riquezas foram expropriadas pelo Ocidente. O que incomoda são os homens e mulheres africanos do continente e de suas ilhas e de todas as suas diásporas que, depois de séculos de submissão e exploração, tentam assumir seu próprio destino para ocupar o lugar que lhes cabe no concerto das nações. Incomoda a última diáspora africana nos países ocidentais, principalmente a partir dos anos de 1960, por causa da migração pós-colonial e dos fenômenos neocolonialistas que expulsam os africanos do seu continente, em busca de sobrevivência e das mínimas condições de vida nas antigas metrópoles. Daí o fenômeno de xenofobia contra os imigrantes africanos, que nada é mais que uma nova forma de racismo cultural ou diferencialista.

O livro **A África que incomoda**, de Carlos Moore, não apenas formula e reformula as questões no âmago da minha especulação, mas também as problematiza e as apresenta numa abordagem e linguagem acessíveis aos não iniciados aos problemas da África e suas diásporas. Ele coloca o dedo na ferida, numa linguagem sincera e direta que lhe é característica, sem subterfúgio e fórmulas fugitivas. Neste sentido, ele incomoda ao leitor que não gosta dessa maneira frontal de dizer as coisas, pois alguns querem que "sejamos hipócritas e agrademos lá onde não deveríamos agradar".

Neste momento em que o Brasil quer assumir suas raízes africanas dentro do contexto das políticas afirmativas, o autor aponta, no seu livro, os caminhos de uma cooperação realista entre a África e sua diáspora brasileira. Caminhos esses que pressupõem uma ruptura

epistemológica profunda com a visão da África herdada da historiografia escravista e colonialista, ou seja, a desconstrução de uma África mítica ainda presente no imaginário e nas representações coletivas dos brasileiros e sua substituição pelas imagens de uma África real e autêntica, uma África positivamente reconstruída com base nos fatos e acontecimentos históricos verdadeiros e não falsificados. Ele aponta as etapas de uma nova abordagem ao retomar, através de uma nova leitura, os temas tradicionalmente conhecidos como os tráficos transoceânicos árabes e ocidentais; as lutas de resistência que reuniram as diásporas e o continente africano através dos movimentos panafricanistas, de negritude e outros que buscaram a libertação de todos os africanos e seus descendentes das diásporas americanas e outras. Lutas essas que desembocaram na conquista das independências políticas que foram confiscadas pelo neocolonialismo.

A história das diásporas não foi culturalmente cortada da terra mãe como se pensava, pois houve resistência historicamente comprovada pelos fenômenos de continuidade e novas elaborações e reelaborações diante dos novos ecossistemas e novas relações políticas praticamente assimétricas, sem, portanto, perder o fio condutor que liga à ancestralidade africana. Daí a necessidade de uma nova abordagem metodológica, que possa captar o duplo movimento dessa história e recuperar o elo aparentemente perdido entre a diáspora e sua ancestralidade africana. Nesse duplo movimento, pode-se, a partir da história de resistência no continente, reencontrar o elo perdido na diáspora e vice-versa e, a

partir da resistência na diáspora, recuperar o que não se conservou no continente.

O Brasil, numericamente considerado como o maior país de todas as diásporas africanas no mundo e hoje apontado como uma provável potência emergente, terá uma grande responsabilidade e um grande papel a cumprir nesse processo. Daí a importância nesse país, como aponta Carlos Moore, da urgente reformulação das bases teorico-metodológicas do ensino da história da África e, conseqüentemente, do próprio Brasil.

É bom que se diga também que "A África que incomoda" não é o único livro e nem o primeiro a pensar a África e o Brasil nesta perspectiva renovadora. Mas ele é o único em seu estilo e lógica de ver e apresentar as coisas. Neste sentido, ele vem se somar positivamente a outros textos escritos elaborados e em elaboração, oriundos de outros estudiosos e pensadores que se debruçam sobre o tema antes e depois da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura do negro na escola brasileira. Em outros termos, neste livro, o autor integra o movimento dos intelectuais da África e da diáspora que tentam libertar o pensamento sobre a África e sua diáspora que, desde a história do tráfico, da escravidão e da colonização, ficou aprisionado no/pelo pensamento eurocêntrico e na/pela hegemonia discursiva ocidental.

Kabengele Mukano

APRESENTAÇÃO

Mais uma vez, nos vemos confrontados com o debate sobre racismo, preconceito e discriminação racial que, ao longo de décadas, tem se constituído em um tema fundamental para a compreensão das relações na sociedade brasileira. Todavia, as recentes discussões sobre a adoção de políticas afirmativas para a promoção da igualdade racial entre negros e brancos denunciam um profundo desconhecimento sobre o Continente Africano, sobretudo no que diz respeito aos séculos que antecederam a colonização do Brasil e os mais de 300 anos de escravidão negro-africana.

O momento atual deixa em evidência as ideologias e valores que comprometem o pensar, não apenas dos indivíduos comuns na sociedade, mas também de pesquisadores(as) renomados que, receando a mudança na ordem vigente, profetizam “perigos” imaginários que resultariam de ações legítimas de um Estado atento para os problemas raciais de nossa sociedade, bem como para as demandas sociais de grupos historicamente excluídos.

Advogar pelo silenciamento dos conflitos e pela permanência da ignorância sobre elementos cruciais do histórico de formação da sociedade brasileira jamais pode ser compreendido como uma atitude que visa preservar

a unidade nacional. O silêncio diante das injustiças e desigualdades raciais é um ato de cumplicidade contra os compromissos assumidos pela sociedade brasileira em prol dos direitos humanos.

A Lei Federal 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, e o parecer CNE/CP 003/2004, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, constituem uma linha divisória na política educacional brasileira. Esses documentos contemplam, pela primeira vez na educação brasileira, tratamento explícito da dinâmica das relações raciais no cotidiano escolar e nos sistemas de ensino - público e privado. Representam a possibilidade de fortalecimento da identidade negra, a partir de conhecimentos sobre o real e o belo que concretizam a história e a cultura afro-brasileira e africanas, outrora imensamente negadas e/ou deturpadas nas nossas escolas.

Podemos pensar que a identidade cultural de um povo não se reflete unicamente através da sua história. Mas, decisivamente, a história encarna a maneira de ser, de sentir e de viver de um determinado povo. É ela fonte, alimento e fundamento da identidade, da cultura, do patriotismo. Mais do que se impor como produto de uma vivência, a história materializa-se como gérmen fecundante e condicionante de novas vivências.

Ao encontro do esclarecimento e do pensamento crítico desmistificador, o presente volume brinda-nos com um rico e profundo conhecimento sobre o longo processo de invasão do Continente Africano e escravização dos

africanos na Ásia, na Europa e nas Américas. É um texto consistentemente analítico, amparado em uma leitura histórica e sociológica, atenta para aspetos que estruturam e especificam a temática em tela.

A clareza do texto de Carlos reflete sua generosidade e sua vontade de compartilhar conhecimentos e informações conquistadas ao longo de muitos anos de formação, de pesquisa e de atuação profissional. Esbanjando domínio e erudição, nosso autor revela os principais fatores histórico-sociais que acompanham o racismo em variados níveis nas sociedades, ao longo dos séculos. Além disso, revela e fornece, através da literatura aqui apresentada aos leitores e leitoras, outras inspirações para aprofundamento teórico.

Como sugere o próprio título da obra, a leitura pode incomodar. Mas, ler, penetrar e desvendar **A África que incomoda** é fundamental para fortalecer conhecimentos, argumentos e percepções sobre a imperiosidade de a nação brasileira atravessar o Oceano Atlântico rumo ao Continente Africano. **A África que incomoda** não constitui um livro para poucos; é, sim, um exemplar a ser lido, relido, criticado e compreendido por todos os brasileiros – negros e não-negros. É, sobretudo, um livro para ser apreciado pelos profissionais da educação – homens e mulheres – compromissados com o processo de educação das futuras gerações. Sua leitura é muito prazerosa. Mas, acima de tudo, sua leitura é um ato político.

*Eliane Cavalleiro, Professora Adjunta da Faculdade
de Educação da Universidade de Brasília*

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
DEPARTMENT OF CHEMISTRY

RESEARCH REPORT
No. 1000

THE KINETICS OF THE
REACTION OF
HYDROGEN PEROXIDE
WITH
HYDROGEN SULFIDE
IN AQUEOUS SOLUTION

BY
J. H. KINZIE
AND
J. E. BAKER

DEPARTMENT OF CHEMISTRY
THE UNIVERSITY OF CHICAGO
CHICAGO, ILLINOIS

RECEIVED JANUARY 15, 1954
REVISED MANUSCRIPT RECEIVED
MAY 10, 1954

ABSTRACT
The reaction of hydrogen peroxide with hydrogen sulfide in aqueous solution has been studied at various temperatures and concentrations. The reaction is first order in hydrogen peroxide and second order in hydrogen sulfide. The rate constant increases with increasing temperature and decreasing concentration of hydrogen sulfide.

INTRODUCTION
The reaction of hydrogen peroxide with hydrogen sulfide in aqueous solution has been studied by a number of investigators. The reaction is first order in hydrogen peroxide and second order in hydrogen sulfide. The rate constant increases with increasing temperature and decreasing concentration of hydrogen sulfide.

EXPERIMENTAL
The reaction was studied by measuring the rate of disappearance of hydrogen peroxide. The reaction mixture was prepared by adding a known volume of a known concentration of hydrogen peroxide to a known volume of a known concentration of hydrogen sulfide. The reaction was allowed to proceed for a known time, and the remaining hydrogen peroxide was determined by titration with potassium dichromate.

RESULTS
The rate of reaction was measured at various temperatures and concentrations of hydrogen peroxide and hydrogen sulfide. The reaction is first order in hydrogen peroxide and second order in hydrogen sulfide. The rate constant increases with increasing temperature and decreasing concentration of hydrogen sulfide.

DISCUSSION
The reaction of hydrogen peroxide with hydrogen sulfide in aqueous solution is a complex reaction. It is first order in hydrogen peroxide and second order in hydrogen sulfide. The rate constant increases with increasing temperature and decreasing concentration of hydrogen sulfide.

PARTE I

A ÁFRICA NO COTIDIANO POLÍTICO: QUE TIPO DE COOPERAÇÃO?

1. DA ÁFRICA MÍTICA À ÁFRICA REAL: PARA UMA COOPERAÇÃO REALISTA ENTRE A ÁFRICA E A DIÁSPORA¹

Durante muito tempo, as diásporas africanas escravizadas no exterior tiveram de forjar uma visão idílica desse continente para existir, resistir e se manter. Por razões evidentes – que têm a ver com a brutalidade com a qual a África viva foi arrancada dos africanos escravizados no exterior da África –, a imagem que se tem desse continente, elaborada carinhosamente pelo imaginário dos deportados, via de regra, foi uma idealização. Para preservar o rico legado ancestral que nos permitiu atravessar o horror de viver em estado de **escravidão racial** nas Américas por mais de quatro séculos, foi necessário idealizar essa África da qual tínhamos sido arrancados para sempre. A África aparece, nessa visão, como um lugar quase sem tensões internas ou contradições inerentes à sua própria experiência histórica.

O objetivo deste texto é contribuir para a elucidação dos fatos da problemática africana atual

¹ Este artigo é fruto de comunicação proferida na I Conferência Internacional do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus Araraquara - SP, 16 de maio de 2007.

vista através de um prisma exclusivamente histórico e sociológico. O primeiro passo nessa direção implica situar os parceiros para a eventual cooperação África-Diáspora em função de seus interesses corporativos respetivos e também situá-los num contexto histórico mais amplo. Isso na perspectiva de contribuir para a emergência de um **novo imaginário baseado no real** – o único que acredito poder ter o potencial de servir para subsidiar as lutas cotidianas dos povos das diásporas e aquelas lutas específicas dos diferentes povos africanos pela sua própria emancipação social, política e cultural.

A África na história geral: revisitando os “Tráficos Negreiros”

A África, imenso continente constituído atualmente por cinquenta e três países, tem problemas imensos, na verdade, gigantescos; problemas que surgem de um passado já conhecido; um passado singular, um passado totalmente atípico na história da humanidade. É um passado no qual a África se distingue por ter sido o berço de toda a humanidade e das primeiras civilizações mundiais, o lugar onde o ser humano, pela primeira vez, erigiu sociedades baseadas na cooperação solidária.

De entrada, essa projeção da África entra em conflito com uma visão demonizada, na qual os africanos teriam sempre representado formas inferiores de organização e de pensamento. A primeira imagem da África, que surge diante de nós, representa os africanos como eternos escravos. Esse passado, marcado pelos tráficos de escravos, é conhecido; vários séculos

dessa atividade, que se reverteram numa hemorragia extraordinária de **dezenas de milhões** de pessoas que saíram **compulsoriamente** do continente africano como escravizados, para nunca mais voltar. Para todos nós, trata-se de um assunto que é um verdadeiro pesadelo.

Não estou falando unicamente dos vários séculos que tiveram como via de escoamento o Oceano Atlântico, trajeto este mais recente e que foi perpetrado pelas potências europeias. Afinal, nós – que somos o produto direto desse último tráfico – ficamos com uma memória muito curta, uma memória circunstancial desse tráfico do qual fomos os produtos. Refiro-me, pois, a **todos** os tráficos. Saibam que esses “tráficos negreiros” começaram antes do século IX d.C., bem antes que os europeus pensassem em sair da Europa. No século XVI, quando se inicia o tráfico pelo Atlântico, já haviam saído da África, para serem escravizados no Oriente Médio e na Ásia Meridional, **dezenas de milhões** de africanos.

Os descendentes desses tráficos esquecidos se encontram hoje espalhados em todo o Oriente Médio, na Turquia, no Irã, no Paquistão, no Afeganistão, na Índia e no Sri Lanka JAYASURIYA & PANKHURST, 2003). Estamos evocando mil e quinhentos anos de intensos tráficos de pessoas negras por mercadores, aventureiros e imperialistas não-negros. Na Índia, existem atualmente comunidades de descendentes desses primeiros tráficos – os Siddis ou Habshis -, que se encontram, hoje, em praticamente todas as partes do país: no Sul, no Centro, no Leste, no Norte (Gujarat, Punjab, Karnataka, Mumbai, Kerala, etc.). Com efeito, protagonizaram uma

história extraordinária na Índia e hoje, pela primeira vez, estão voltando os olhos para o continente africano e para essa grande **diáspora asiática** de origem africana que constituem os afro-asiáticos do Paquistão, do Sri Lanka, da Turquia, do Iran, da Arábia Saudita, do Iemen e do Iraque (BAPTISTE, 2007).

No século IX, sob a dinastia Abássida, com sede em Bagdá (Iraque), ocorreram as primeiras grandes revoltas e insurreições negras da história. As repetidas insurreições das populações afro-árabes, denominadas *Zang*, faziam tremer as elites do Império Árabe. O maior movimento de revolta por parte dos escravizados de qualquer época aconteceu em 967 d.C e durou até 980 d.C., quando os escravos afro-árabes (*Zang*) do sul do Iraque se organizaram e criaram um Estado independente dos *Zang*, sob o comando de Ali Muhamed, dirigente religioso de origem árabe, que se identificou com a causa dos revoltosos negros.² Cabe a Ali Muhamed, homem místico de raça branca, o grande mérito de ter se erguido contra o Império Abássida, colocando-se à frente da maior das empreitadas realizadas por escravos na história antes da Revolução de Haiti, em 1804.

Vale a pena sublinhar que o mesmo processo de

² Ver: POPOVIC, Alexandre. **The revolt of African slaves in Iraq in the 3rd/9th Century**, Princeton, NJ: Markus Wiener Publisher, 1999. Os descendentes afro-árabes dessa antiga população *Zang* ainda estão lá. E naquelas primeiras imagens da invasão americana do Iraque, em março de 2003, as pessoas se depararam com algo inusitado: não sabiam por que esses árabes negros compunham a população iraquiana. Mas, as imagens que estavam sendo divulgadas retratavam a realidade do sul do Iraque, o antigo bastião dos *Zang*.

perda da memória histórica que aflige as populações afrodescendentes da diáspora americana também afeta as diásporas africanas do Oriente Médio (Iraque, Síria, Iêmen, Turquia, Irã, Afeganistão) e da Ásia Meridional (Índia, Paquistão, Sri Lanka). Os Siddis da Índia e Habshis de Paquistão e Afeganistão desconhecem seu próprio passado e o lugar exato do continente africano, de onde vieram seus ancestrais há **mil e trezentos anos**. Essas populações afro-asiáticas não tinham até pouco tempo o menor conhecimento de seu passado e pouco conheciam sobre o regime escravocrata sob o qual tiveram de viver durante muitos séculos. Ora, a experiência dessas populações as leva a um lugar de reflexão que é de suma importância para a determinação das realidades africanas que permitiram esses diferentes tráficos negreiros antigos.

Desde o século VIII d.C, o continente africano já tinha se convertido no foco desses tráficos. Os árabes foram os pioneiros e os principais responsáveis por esses tráficos. Alguns estudiosos estimam que, entre o século IX e o século XV – quando começa o tráfico europeu – o mundo árabe talvez já havia retirado da África entre **18 e 20 milhões de africanos**. (HUNWICK & POWEL, 2002; LAFFIN, 1982; GORDON, 1989). Temos de nos debruçar, cada vez mais, sobre o porquê dessa realidade. Cabe perguntar por que houve uma intermediação de Estados africanos traficantes. Parece ser uma digressão, mas não é, pois o conhecimento das realidades que permitiram os tráficos negreiros daquela época, também nos permitirá compreender como erigir uma cooperação com a África que garanta que esse tipo

de situação **nunca mais** volte a acontecer.

Há mais de mil e trezentos anos, a África passou a figurar como palco de todo tipo de agressões, de todo tipo de tráfico de seres humanos. Evidentemente, seria simplório pensar que esses tráficos aconteceram simplesmente porque outros vinham até o continente africano e pegavam as populações nas regiões costeiras como se fossem cocos. Esses tráficos foram bem organizados, com ampla participação de uma parcela das elites dominantes africanas. Havia rotas de tráfico de escravos organizadas, rotas tradicionais e históricas: através do Saara, pela parte Ocidental; através do eixo do Kanen-Bornou e o Cairo (Egito); através do eixo Cairo-Sudão; e, logo, através do eixo da Ilha de Zanzibar e de Oman, diretamente até a Arábia. Quando os árabes finalmente se apoderaram da Península Ibérica, no início do século VIII, deu-se início a outro eixo pelo qual escoava a população servil africana diretamente do Sudão Ocidental até a Península Ibérica (Espanha e Portugal), a partir da África do Norte. Assim, existia uma numerosa população negra e escravizada na Espanha e em Portugal séculos antes do nascimento de Cristóvão Colombo.

Durante todo o período de domínio árabe na Península Ibérica, isto é, ao longo de quase 800 anos, foram levados para essa região algo em torno de 4 milhões de africanos, segundo as estimativas do pesquisador francês Raymond Mauny (1961). Se somarmos os tráficos árabes entre os séculos VIII e XVI (possivelmente 18-20 milhões de africanos) ao tráfico europeu a partir do século XVI (possivelmente

12-15 milhões de africanos), vemos que se tratou de um desmedido contingente de pessoas negociadas, vendidas, compradas, revendidas e, afinal, escravizadas em praticamente todos os países do Oriente Médio, da Ásia Meridional e da Europa, no decurso de um milênio. A África, então, converteu-se em palco de exportação de mão-de-obra escravizada.

Essa é a calamitosa realidade que começa a aflorar das crescentes pesquisas realizadas pelos diversos investigadores que se debruçam sobre esses tráficos (SEGAL, 2003). Sem dúvida, é complicado projetar cifras exatas, considerando todas as variáveis que talvez nunca poderão convergir, devido à ausência de estatísticas para esses períodos longínquos. Mas, o importante é que essas estimativas dão uma ideia da amplitude do desastre que assolou o continente africano por mais de um milênio e de maneira contínua.

Essa situação implicou atores externos, assim como atores internos. Estes últimos articulam um tipo de comércio com o exterior, que lesou os interesses dos povos africanos; ou seja, houve toda uma história de colaboração política e comercial de certas elites locais (comerciantes e governantes) com o exterior. Essa imbricação se dava mesmo numa situação que não era vantajosa para a África, mas sim, de certo modo, para aquelas elites que obtinham lucro desse tráfico.

Vista desde essa ótica, a identidade histórica das elites vassalas africanas, que hoje ocupam o cenário político, é complicada e problemática, pois deriva de todo o processo multissecular anterior. Embora não seja possível estabelecer uma linha direta que perpassasse todas

as épocas, culturas e sociedades, podemos inferir que os tráficos negreiros afro-árabes influíram na maneira em que se constituíram as classes dirigentes africanas que, a partir do século XVIII, serviriam de base para a colonização europeia e, inclusive, para a situação neocolonial atual. Afinal, uma grande parte das classes dirigentes pré-coloniais comandava Estados que, muitas vezes, raptavam populações inteiras, como fruto das guerras contra outros Estados, pois a mercadoria humana era uma forma de comércio que tinha se estabelecido entre a África e a Europa, bem como entre a África e o Oriente Médio.

Não iremos adentrar profundamente esse assunto muito complexo, que se constituiu um caos para os povos africanos e sobre o qual os historiadores ainda se debruçam (ANTA DIOP, 1987; M'BOKOLO, 1995). Na realidade, quando se observa o que a Europa estava vendendo para a África e o que a África estava vendendo para a Europa, não se encontra a mínima correspondência. O resultado foi que essa troca desigual garantiu aquilo que Walter Rodney, no seu importante livro, *De cómo Europa Subdesarrolló a África* (1982) chamou corretamente de "o subdesenvolvimento do continente africano".

Está nítido que foi uma troca desigual, pois, por seu intermédio, a África estava exportando suas forças vivas e, portanto, **subdesenvolvendo-se** em relação às outras regiões do mundo. O capital mais precioso de uma nação é, sem dúvida, sua população jovem, sua população criativa, sua população fisicamente sã. E o que recebia o continente africano com a exportação de

suas forças vivas? Recebia pura quinquilharia, produtos de consumo produzidos a baixo custo no Oriente Médio ou na Europa, bebidas alcoólicas, bíblias e, claro, cada vez mais... doutrinários do Islã ou missionários.

O que a indústria africana produzia nesses séculos não interessava aos europeus. A África estava produzindo o que os europeus já não precisavam. A indústria de algodão africano, assim como seus tecidos, não era competitiva em relação à indústria de tecidos que os europeus podiam obter da própria Ásia, da Índia e das outras colônias que conquistavam àquela época.

Isso equivale a dizer que toda uma mentalidade de troca desigual, toda uma mentalidade de intercâmbio que não beneficiava o continente africano e, em vez disso, fundamentalmente, favorecia as “elites exportadoras de gente”, tinha fortes raízes fixadas nas realidades do continente bem antes da colonização europeia. Há toda uma mentalidade que se criou nesse continente, produto daquelas elites abastadas que dirigiam os destinos das diferentes nações e que viram no tráfico de escravos uma oportunidade para lucrar e acumular riqueza. Na realidade, tratou-se de uma riqueza improdutiva na medida em que nem serviria para criar um processo acumulativo baseado em re-investimentos: os produtos que a Europa exportava para seus “parceiros” africanos careciam do menor valor-capital.

Foram essas as condições que contribuíram, ontem, para a queda desse continente e que determinaram a hegemonia mundial, primeiro a do Oriente Médio e, depois, a da Europa. A responsabilidade das elites vassalas africanas pré-coloniais na problemática dos

“tráficos negreiros” foi decisiva. Esse fato não pode ser ignorado, negado ou minimizado. Não encarar esse assunto é deixar o caminho livre para que os historiadores revisionistas³ – verdadeiros porta-vozes da manutenção do sistema mundial imperante e da hegemonia do chamado Primeiro Mundo – encham as bibliotecas com obras que minimizam e desculpam o crime contra a humanidade que constituíram esses tráfico e a própria escravidão racial dos povos negros.

Estamos obrigados a encarar esse assunto porque, hoje, somos nós testemunhas do protagonismo das mesmas elites compradoras na sua relação com o exterior. Elas entregam ao exterior, com uma tranquilidade criminal impressionante – e a baixo preço – as matérias-primas do subsolo africano, tal como outrora entregaram, e por pouca coisa, a mão-de-obra africana que foi escravizada no Oriente Médio (Arábia, Iêmen, Síria, Iraque, Turquia, Irã, Afeganistão), no sul do continente asiático (Índia, Paquistão, Sri Lanka) e nas Américas (do Sul, Caribe e do Norte). Assim, as elites neocoloniais contemporâneas simbolizam, de maneira concreta, a **continuidade** das relações exteriores desiguais, em detrimento total do continente africano, que tem causado tamanho dano aos povos dessa região do mundo.

³ Ver, nesse sentido, a obra de THORNTON, John *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004. Obra brilhantemente argumentada, e aparentemente objetiva, trata-se, no entanto, de uma operação que combina a mistificação com as meias verdades, para criar um quadro sedutor, desculpabilizador para o Ocidente, em relação à destruição do continente africano e na organização do tráfico negreiro pelo Atlântico.

Temos de voltar o olhar para essas circunstâncias históricas a fim de reconhecer os caminhos pelos quais se perpetua essa relação comercial desigual. Do mesmo modo, devemos nos atentar para a identificação da **continuidade** da própria mentalidade surgida de práticas baseadas nessa troca desigual, comprometida com interesses exógenos e a despeito dos interesses dos próprios povos africanos. Dito de modo direto: tanto política como ideologicamente, a estirpe constituída pelas atuais elites subservientes africanas, representa um elemento de franca **continuidade** com aquelas práticas comerciais nocivas e desumanas que vigoraram durante o período pré-colonial.

Não seria historicamente verídico argüir que todas as sociedades africanas, ou mesmo todas as classes sociais que compunham as elites dominantes em cada sociedade, se envolveram com os tráficos negreiros. Haveria que analisar cada caso, segundo as épocas e as situações, e também segundo o grau de envolvimento com o comércio extracontinental. Mesmo assim, como apontado anteriormente, o envolvimento nos tráficos negreiros baseava-se em realidades sociais intrínsecas à experiência das sociedades humanas como um todo. Essas realidades orientam que, a partir do momento em que a vida em sociedade permite a certas camadas sociais exercer relações de exploração, o ser humano se lança na busca do lucro a qualquer custo. Foi o caso de muitas das elites africanas pré-coloniais dos períodos Neoclássico e, sobretudo, Ressurgente⁴, que cada vez

⁴ Atentos à longa continuidade na ocupação humana do solo africano

articularam parcerias nocivas para seus povos com atores imperialistas do exterior, os quais, até mesmo, tinham o maior **desprezo racial** para com seus próprios "sócios" africanos.

A África colonial: a perda da soberania nacional, da iniciativa socioeconômica e a limitação da autonomia cultural

Os "tráficos negreiros" empreendidos pelo Oriente a partir do século VIII, e logo após pelo Ocidente a partir de 1500, tiveram um impacto cumulativo devastador. As sociedades africanas foram desarticuladas; os grandes espaços administrativos historicamente constituídos (os impérios) se fragmentaram e, no seu lugar, surgiu uma miríade de minúsculos reinos em constantes guerras entre si. Essa massiva fragmentação e incessantes atomizações enfraqueceram terrivelmente as sociedades africanas que, pouco a pouco, perderam a capacidade de resistência perante as agressões externas. A grande desarticulação do continente africano, por sua vez, preparou as bases para outra grande tragédia - a colonização direta pelo Ocidente.

A partir de 1860, a África começou a perder sua independência política com a implantação, em seu território, de todas essas potências europeias que a colonizaram militarmente, país por país e

(3 milhões de anos para cá), parece-nos apropriado periodizar a historiografia africana dos últimos dez milênios segundo cinco grandes períodos, respetivamente denominados como "Clássico" (5000 a C. 200 d.C.), "Neo-clássico" (200 d.C. - 1500 d.C.), "Ressurgente" (1500 - 1870), "Colonial" (1870 - 1960) e "Contemporâneo" (1960:).

região por região: franceses, britânicos, belgas, portugueses, espanhóis, alemães, holandeses. No confronto militar com o Ocidente, as elites africanas foram decididamente derrotadas e a Europa assumiu diretamente a conduta política do continente africano. Somente a Etiópia escaparia a essa humilhante experiência de avassalamento geral.

Em 1884-1885, as potências ocidentais vencedoras fincaram sua hegemonia total sobre os africanos como consequência da chamada Conferência de Berlim – conclave de nações imperialistas europeias, que conduziu à partilha brutal do continente africano e a sua total colonização, com exceção da Etiópia. Com a Conferência de Berlim, os africanos perderam a sua soberania nacional, a iniciativa socioeconômica e sofreram uma grave limitação da sua autonomia cultural. Em um período de apenas quarenta anos – entre 1860 e 1900 –, o continente africano foi espartilhado em uma multidão de “colônias” e “protetorados”. Apenas a Etiópia conseguiu manter sua independência mediante uma luta feroz contra os invasores europeus (italianos), que foram derrotados definitivamente na Batalha de Adwa, em 1896.

Entre 1860 e 1900, todos os países africanos (exceto a Etiópia) ficaram subjugados e colonizados e os imperialistas europeus desarticularam todas as estruturas básicas da administração autóctone. Com a implantação hegemônica dos valores e usos ocidentais, a África não seria nunca mais o que, até então, tinha sido e os africanos perderiam uma grande parte da confiança em si, proporcionada pelas suas próprias

culturas autótones e pelas suas civilizações originais. As classes dirigentes africanas do período Ressurgente viram subtraídas todas as suas prerrogativas políticas, econômicas e militares e foram avassaladas. As aristocracias africanas ficaram ou destituídas ou neutralizadas (os chamados “protetorados”); todos os governos autótones, incluindo aqueles que serviram para viabilizar os “tráficos negreiros”, foram liquidados.

Aquelas elites africanas “parceiras”, que anteriormente lucravam através do comércio intenso com o mundo exterior, essencialmente baseado no tráfico de seres humanos, viram-se convertidas em simples lacaios do poder colonial. Derrotadas e “marionetizadas”, essas elites constituiriam, a partir desse momento, a base social sobre a qual o poder colonial iria reconstituir as sociedades africanas em seu favor e compor novas elites ao seu serviço. Assim, criaram-se novas elites africanas, corruptas e submissas, facilmente manipuláveis. Concretamente, foi isso o que aconteceu, e haverá de se compreender esse processo de colonização de todo o continente, a destruição massiva dos valores africanos que acarretou, assim como as estruturas e mentalidades de submissão que foram implantadas, para se entender tudo o que se seguiu, até a reconquista da independência africana nos anos 1950 e 1960 num contexto mundial totalmente desfavorável aos africanos.

Não é o nosso propósito entrar nesses detalhes aqui. Mas, indicaremos que, de modo geral a colonização criou novas redes de “cooperação” entre os ocupantes europeus e a maioria das elites locais, especialmente aquelas que anteriormente tinham

intermediado os “tráficos negreiros”. A maioria das aristocracias autótones foram “recuperadas” e postas a serviço do ocupante europeu mediante uma política que os britânicos chamaram de “governo indireto”, ou seja, um governo colonial atuando por intermédio de prestigiosos dirigentes locais “reconvertidos”. Os colonizadores franceses, belgas, italianos, portugueses e espanhóis, no entanto, preferiram implantar sistemas de “governo direto”, baseados na “assimilação”.

No livro **Amkoullel, o Menino Fula** (2003), de Amadou Hampâté Bâ, vê-se nitidamente como a colonização francesa criou, artificialmente, as novas elites subservientes africanas de hoje. O interessante nesse livro é que Hampâté Bâ está narrando sua própria história sob a colonização: como ele cresceu dentro de uma família africana tradicional e como se converteu, progressivamente, em funcionário público a serviço do ocupante colonial.

Por intermédio do relato de Hampâté Bâ, tem-se uma ideia precisa de como se deu esse processo em que as potências europeias criaram uma nova elite de traidores natos, elite à qual entregariam o poder em 1960, a raiz de um processo bem orquestrado chamado descolonização. Com efeito, nesse ano, a maioria dos países do continente africano “recebeu” sua independência política, sendo o controle de suas sociedades repassado pelo antigo colonizador para as elites africanas que, em grande medida, surgiram das escolas coloniais. Esse livro é relevante e importante, porque traz uma visão de como esse processo se deu.

A repressão que exigiu a conquista e a implantação

do poder da Europa na África se traduz numa significativa queda demográfica em todo o continente. O número de pessoas dizimadas pelos colonialistas, seja durante as guerras de resistência protagonizadas por uma parte das elites (Samory Touré, Nzinga, Cetewayo, Menelik II, Behanzin), seja nas operações de “pacificação”, foi da ordem de **milhões**. No período de quatro décadas em que a Europa impôs sua dominação sobre toda a África, a densidade populacional desse continente despencou vertiginosamente: as carnificinas, massacres e “limpezas” das chamadas campanhas de pacificação cobraram a vida de **dezenas de milhões de africanos**.

Poucos têm uma ideia do que realmente foi a colonização para os africanos. Muitos continuam ignorando ou minimizando o fato de que a colonização da África foi um verdadeiro ato de genocídio contra a raça negra. Um genocídio tão extenso quanto o genocídio que foram os tráficos negreiros, por uma parte, e a escravização dos africanos nas Américas, por outra. Para dar uma ideia das proporções inimagináveis da hecatombe que foi a colonização na África, mencionaremos um só país: o Congo, conquistado pelos belgas em 1884 e colonizado até 1960.

Os belgas deram uma denominação estranha à “sua” colônia no Congo – “Estado Livre do Congo”. Este constituiu-se no único caso de um país que fora incorporado à potência colonizadora como **propriedade pessoal** do chefe de Estado. O Congo era propriedade do próprio rei Leopoldo II, um dos maiores carniceiros da história antes de Hitler. A realidade recoberta por esse estatuto *sui generis* foi terrível, além

do que as nossas consciências de hoje podem suportar. Estima-se que, no período de **76 anos** de duração da colonização belga (1884-1960), pereceram algo como **25 milhões** de africanos neste único país, como resultado da repressão e dos trabalhos forçados. Assim, temos a seguinte versão **oficial** dos fatos dada pela enciclopédia virtual Wikipedia, que descreve a situação no Congo imediatamente após a ocupação belga:

Para impingir as cotas de borracha, a “Force Publique” (Força Pública) foi instituída (...) Armados com armas modernas e chicote, a Força Pública rotineiramente pegava e torturava reféns (na maioria mulheres), açoitava, estuprava, incinerava aldeias e, acima de tudo, extirpava mãos humanas como troféus, mostrando que, quando as cotas não eram cumpridas, não estavam tendo vontade o suficiente de cumprir.

Um oficial branco de baixa patente descreveu uma incursão de punição de uma aldeia que havia protestado. O oficial branco em comando: “Ordenaram-nos a cortar as cabeças dos homens e as pendurar nas cercas da aldeia, bem como seus membros sexuais, e pendurar as mulheres e crianças em forma de cruz”. Após ver um íncola morto pela primeira vez, um missionário dinamarquês escreveu: “O soldado disse: Não leve muito a sério. Eles matam ‘a nós’ se não levarmos a borracha. O comissionário nos prometeu que se tivermos muitas mãos, ele encurtará nosso serviço”. Nas palavras de Peter Forbath:

“As cestas de mãos cerradas, postas aos pés do chefe de posto europeus, tornaram-se o símbolo

do Estado Livre do Congo. (...) A coleção de mãos tornou-se um fim em si mesmo. Os soldados da Força Pública as traziam em vez da borracha; eles até mesmo iam colhê-las em lugar de borracha... Elas se tornaram um tipo de moeda. Elas são usadas para amenizar o déficit das cotas de borracha, substituir... o povo, do qual é exigido trabalhar para as gangues com trabalhos forçados; e os soldados da Força Pública tinham seus bônus pagos de acordo com quantas mãos eles coletavam”.

Em teoria, cada mão direita provava um assassinato judicial. Na prática, soldados “trapaceavam”, simplesmente cortando a mão e deixando a vítima para viver ou morrer. Numerosos sobreviventes relataram que eles viveram além de um massacre, fingindo-se de mortos, não se movendo nem mesmo quando tinham suas mãos serradas. E esperavam os soldados partirem para então procurar socorro. Estimativas do total das chacinas variam consideravelmente. O relatório famoso de 1904 do diplomata britânico Roger Casement, aponta para 3 milhões apenas nos 20 anos que o regime de Leopold durou; Forbath, no mínimo 5 milhões. Adam Hochschild 10 milhões. **a Enciclopédia Britânica estima um declínio populacional de 20 ou 30 milhões para 8 milhões.**

Ou seja, em vinte anos, num só país – o Congo –, os belgas mataram mais africanos que aqueles mortos e

⁵ WIKIPEDIA. Estado Livre do Congo. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Livre_do_Congo. Acessado em: julho de 2007 (Grif. acrescentado). Ver também FORBATH, Peter. **The River Congo** New York: Harper & Row, 1977; PAKENHAM, Thomas. **The scramble for África** New York: Abacus, 1991

escravizados durante os três séculos que durou o tráfico negreiro pelo Atlântico e a escravidão racial dos africanos nas Américas. Se essas foram as baixas humanas apenas para o Congo em vinte anos, as cifras para o resto do continente são, simplesmente, inimagináveis. Em uma palavra, a colonização europeia do continente africano resultou, de fato, em um extermínio dos povos africanos.

Ainda hoje, existem aqueles ingênuos – ou aqueles que fingem sê-lo – que se perguntam o motivo pelo qual o continente africano se encontra hoje na situação tão desastrosa em que está, especialmente se comparado à situação do resto do planeta. Ainda existem aqueles que, negando as evidências que apontam para os tráficos negreiros e para a colonização da África como sendo rotundos **crimes contra a humanidade**, negam, inclusive, o caráter fundamentalmente racista dessas investidas da Europa contra os povos negros desse continente. A hemorragia humana que a África conheceu com os diferentes tráficos negreiros, de uma parte, e com a colonização europeia, de outra, nunca teve paralelos na história da humanidade. Simplesmente, se tratou de um **genocídio racial**.

Ora, fazendo abstração dessas realidades concretas, os novos revisionistas reciclam as velhas teorias sobre a “inferioridade natural” dos negros – a suposta incapacidade inata desses para se auto-governar e a conseqüente necessidade, para o Ocidente, de salvar os negros de si próprios. A inferioridade racial dos povos de raça negra explicaria o catastrófico estado atual do continente africano. Mas, os fatos históricos apontam para outra direção.

A luta anti-colonial: surgimento do Pan-Africanismo

A implantação progressiva da colonização europeia na África a partir de 1860 coincidiu, nas Américas, com o fim da escravidão, na maioria dos países, e o começo das lutas da pós-abolição pela conquista dos direitos civis dos afro-americanos. Ou seja, assim que obtida a emancipação, os ex-escravos afro-americanos se viram compelidos a abraçar as lutas anticoloniais no continente de origem, lugar para onde muitos sonhavam regressar. Dessa junção entre uma corrente repatriacionista diaspórica e a dinâmica das próprias lutas dos africanos contra o invasor europeu, surgiu uma ideologia de libertação comum – o **Pan-africanismo**.

O **Pan-africanismo** – ideologia política criada fora da África pelos grandes pensadores da Diáspora⁶ — predicava que a Diáspora e a África tinham um destino comum; que a emancipação dos afro-americanos não podia ser desvinculada da emancipação dos povos do continente ancestral, e vice-versa. Em geral, se atribui ao pensador Edward Wilmot Blyden (Ilhas Virgens), a primeira formulação coerente e escrita dessa visão, mas foram muitos os que contribuíram a forjá-la e edificá-la em ideologia dominante dos pensadores radicais da Diáspora do período da pós-abolição. Mencionei,

⁶ Ver o brilhante capítulo do historiador jamaicano JAMES, Winston *The Wings of Ethiopia: The Caribbean Diaspora and Pan-African Projects*, from John Brown Russwurm to George Padmore. In: FABRE Geneviève & BENESCH, Klaus (eds.). **African Diasporas in the New and Old Worlds: Consciousness and Imagination**. Amsterdam e New York: Rodopi, 2004, p. 133-172.

aqui, somente alguns dos nomes mais proeminentes: Henry Sylvester Williams, John Brown Russwurm, George Padmore, Sam Manning, C. L. R. James (Trinidad e Tobago); Ras Makonnen, Leon Gontran Damas (Guiana); Martin Delany, W. E. B. Du Bois (EUA); William Ferguson, Alexander Fitzjames, William Drape, William Rainy (Dominica); Marcus Garvey, Robert Campbell, Claudia Jones, Amy Jacques Garvey, Uma Marson, Edward Ricketts, Amy Ashwood Garvey (Jamaica); Aimé Cesaire, Frantz Fanon, Andréé Nardal, Jane Nardal, Paulette Nardal (Martinica); e muitos outros cujos nomes a história não guardou.

A ideologia pan-africanista se converteu rapidamente no elo que congregou as aspirações políticas da Diáspora e dos povos do continente africano; foi adotada pelas elites progressistas que surgiram, na própria África, no calor do combate contra a colonização e ocupação europeia. Centenas de grandes nomes de ativistas e pensadores pan-africanistas africanos do século XIX e XX vêm à memória: Joseph E. Casely Hayford (Gana); I. T. A. Wallace-Johnson (Serra Leoa); Ladipo Solanke (Nigéria); Lamine Senghor, Léopold Sédar Senghor (Senegal); Kojo Touvalou-Houenou (Dahomé); Jomo Kenyatta (Quênia); Tiemoko Garan Kouyaté (Mali).

Esses são os nomes mais conhecidos, pois se trata de intelectuais e teóricos. Menos conhecidos hoje, mas que também exerceram uma influência extraordinária no surgimento de uma consciência continental anticolonialista e antiimperialista, são os nomes das centenas de líderes africanos “orgânicos” que articularam

uma visão pan-africanista diretamente vinculada às realidades das populações autótones. Eles travaram um combate de vida ou de morte contra as forças de ocupação, usando o que pudesse servir como arma contra o ocupante colonizador – até mesmo a Bíblia e o Alcorão.

Simon Kimbangu, por exemplo, usando o cristianismo como bandeira e, ao mesmo tempo, realizando uma síntese das religiões africanas do Congo, constituiu, a partir de 1921, o primeiro movimento político de massa no Congo, o qual pregou a independência do continente africano. Foi, pois, perseguido e encarcerado pelo poder belga, e seus seguidores foram assassinados ou jogados na prisão. Também no Congo, no mesmo período, em 1923, surgiu outro grande dirigente africano, Jean Kitawala, que, de modo semelhante, utilizou a religião para pregar a independência do continente africano. O kitawalismo foi reprimido sangrentamente pelo mesmo poder colonial belga.

No Senegal, surgiu um poderoso movimento anti-colonialista muçulmano – o mouridismo - fundado pelo líder espiritual de tendência sufi, Cheikh Ahmadou Bamba. Este pregou a resistência contra a colonização francesa e defendeu a permanência das estruturas políticas e econômicas tradicionais. De modo geral, Ahmadou Bamba advogou pelo direito dos africanos a continuar governando-se por si próprios. Esse dirigente envolveu sua mensagem de rebeldia política em um manto religioso, mas, mesmo assim, foi detido, julgado por subversão e banido do Senegal, de 1895 até 1903.

De volta a seu país, ele e seus numerosos seguidores foram implacavelmente perseguidos até a sua morte em 1927.

No cone sul do continente, na África do Sul, mais especificamente no Transkei, surgiu um poderoso movimento popular anti-colonial em torno da figura do carismático Dr. Wellington (EDGAR,1976; VINSON,2006). Do mesmo modo que Kitawala e Kimbangu, no Congo, Wellington se apoiou na Bíblia para pregar o advento de um “novo reino de liberdade”, no qual os africanos voltariam a dirigir seus próprios assuntos e os ocupantes europeus “voltariam para o inferno de onde vieram”. A perseguição do wellingtonismo pelo ocupante *Bôer* foi implacável em toda a África do Sul.

Embora as campanhas de “pacificação” tenham ceifado as vidas de dezenas de milhões de pessoas, os **povos** africanos continuaram a resistência – freqüentemente contra a vontade de suas próprias elites colaboracionistas. Os povos africanos nunca aceitaram ser conquistados nem colonizados pela Europa; lutaram de corpo e alma contra os europeus e seus “sócios” locais.

As explosões de nacionalismo pan-africanista não cessaram de acontecer durante toda a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, sendo sempre reprimidas com impiedosa violência. As forças coloniais, que dominavam o continente africano, tentavam sufocar os movimentos nacionalistas. Arrasavam as aldeias, matavam indiscriminadamente os camponeses sem defesa, torturavam e liquidavam

as "cabeças fortes" nos vilarejos. Evidentemente, assassinavam os grandes dirigentes que, no meio da noite colonial, tinham se erguido e criado partidos políticos para organizar a luta.

Centenas de milhares de anônimos africanos pagaram com a vida pela consecução da independência política obtida somente a partir de 1957 (Gana). Por exemplo, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, em 1947, desencadeou-se, em Madagascar, uma massiva rebelião popular que os colonialistas e ocupantes franceses reprimiram com o barbarismo típico do colonialismo europeu na África. No espaço de vinte meses que durou a insurreição – dirigida pelo grande nacionalista Joseph Raseta –, as tropas francesas, segundo as cifras oficiais do governo da França, tinham exterminado 89 mil pessoas. Segundo as cifras dos nacionalistas, 200 mil pessoas teriam sido mortas.

Na década de 1950, na parte oriental do continente, Dedan Kimathi se ergueu no Quênia como líder supremo da rebelião militar Mau-Mau contra a ocupação britânica. Em 1957, Kimathi foi capturado e publicamente enforcado aos 35 anos de idade. Os britânicos teriam exterminado entre 80 e 150 mil pessoas para sufocar a rebelião Mau-Mau. Ao mesmo tempo em que a rebelião Mau-Mau se deflagrava no Quênia, em Camarões um movimento armado similar estourou em 1955, sob o comando do teórico Ruben Um Nyobe, líder da União das Populações do Camarões (UPC). Esse seria abatido pelo exército francês, aos 45 anos, em 1958.

Mas, o maior perigo para o imperialismo francês talvez tenha surgido na pessoa de Barthélemy

Boganda, da atual República Centro-Africana, antiga Ubangi-Shari. Boganda tinha pregado a constituição dos “Estados Unidos da África Latina” a partir das quatro colônias que, até então, constituíam a chamada África Equatorial Francesa: República Centro Africana, Congo Brazzaville, Chade, Gabão. O caso de Boganda é particularmente grave, tratando-se do líder pan-africanista, na chamada África Equatorial Francesa (AEF), que mais se aproximou das ideias de Kwame Nkrumah. Boganda converteu-se num dos primeiros grandes dirigentes africanos, munido da proposta de “independência em bloco” mediante a criação de um “Estado Federal da África Latina”. Com muita coragem, advogou, perante o imperialismo francês, por uma independência negociada coletivamente, e não por países individuais. A independência separada, país por país – enfatizou – não interessava aos africanos, porque esses chegariam ao poder fragmentados em vários países diferentes e, como consequência, seriam todos re-conquistados e re-colonizados, um por um. E foi exatamente isso o que aconteceu.

Boganda foi eliminado, em 1959, aos 49 anos, quando uma bomba colocada pelos serviços de inteligência franceses explodiu seu avião, matando-o juntamente com seus principais conselheiros e companheiros políticos. Esse golpe magistral, repetido pelos franceses anos mais tarde em várias outras colônias suas, decapitou o movimento de oposição radical ao colonialismo francês na AEF.

Apesar dos terríveis golpes dos colonialistas aqui e lá, Gana – sob a direção de Kwame Nkrumah

– conseguira negociar sua independência em 1957, seguida imediatamente pela Guiné, em 1958, sob o comando do carismático Sekou Touré. Seguiu-se, em 1960, a independência de todos os países africanos, exceto das colônias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), das colônias espanholas (Guiné-Equatorial, Ceuta, Melilla e Saara Ocidental) e da colônia-protetorado sul-africana de Namíbia.

Os casos da Rodésia e da África do Sul merecem uma menção à parte, por serem uma estranha mistura simultânea de colônia e de independência sob domínio de uma minoria exclusivamente branca. A República da África do Sul, independente desde o início do século XX, e a República da Rodésia, cuja declaração unilateral de independência branca fora proclamada em 1965, apenas obtiveram sua libertação como consequência de uma cruenta luta armada. Também somente através da violência, os africanos chegariam a modificar a situação política e conquistar sua independência nos países sob comando de Portugal, na década de 1970.

Mesmo assim, a chamada descolonização do continente africano não foi o evento de emancipação total que geralmente costumamos entender. A independência política da África aconteceu num contexto de permanência da fragmentação imposta na Conferência de Berlim, agravada pelas novas fragmentações fomentadas pelas intrigas das metrópoles coloniais; foram estas as que criaram a maioria dos partidos “nacionalistas” e financiaram seus líderes. Desse modo, foram poucos os países africanos a chegar à

independência com uma direção política independente e verdadeiramente pan-africanista.

Entre os poucos países que escaparam dessa regra, estão: Gana, que se tornou independente em 1957, sob o pan-africanista Kwame Nkrumah; Guiné, independente em 1958, sob outro grande pan-africanista Sekou Touré; Mali, independente em 1960, sob o pan-africanista Modibo Keita; Congo, independente em 1960, sob o grande dirigente pan-africanista Patrice Lumumba; Tanganica (rebatizada como Tanzânia), independente em 1962, sob a direção do pan-africanista Julius Nyerere; e Uganda, independente em 1962, sob a direção do pan-africanista Milton Obote. Ou seja, **somente seis países** africanos obtiveram sua independência sob o comando de lideranças progressistas e pan-africanistas.

Mais adiante, veremos que, ulteriormente, todos esses líderes progressistas, pan-africanistas e nacionalistas seriam ou assassinados, ou derrubados por golpes militares urdidos pelo imperialismo mundial e executados pelos seus sátrapas locais. Foi exatamente isso o que aconteceu imediatamente após a independência. Mas, a compreensão desse fenômeno requer, ainda, revisitar esses primeiros instantes de euforia, suscitada pela proclamação das independências africanas, a partir de 1957.

O disfarce da “Unidade Africana” e a realidade de dois blocos irreduzíveis em oposição

A maioria esmagadora dos dirigentes “nacionalistas” que proclamaram a independência de seus países respetivos, especialmente a partir de

1960, recusaram-se a aderir a um projeto de união continental. Essa grande maioria optou por conduzir seus respectivos povos pelo caminho da continuação das relações coloniais, transformadas em neo-coloniais, no marco de uma independência puramente nominal. Desse modo, ao assumirem a sua soberania nacional, no início dos anos 1960, os novos países africanos independentes cindiram-se rapidamente em dois blocos: um, majoritário, constituído por chefes de Estados totalmente submissos aos interesses da dominação imperial ocidental e norte-americana, chamado Grupo de Monróvia,⁷ que advogou pela manutenção do pato colonial; outro, minoritário, mas politicamente dominante, que se constituiu ao redor de cinco países radicalmente antiimperialistas – Gana, Guiné, Mali, Egito e Marrocos, que naquele momento, estava sob o comando do monarca progressista Mohammed V – chamado Grupo de Casablanca,⁸ que advogou pela ruptura imediata do pato colonial.

Esse núcleo de países progressistas de tendência decididamente pan-africanista propunha a luta armada contra o imperialismo, contra os regimes minoritários brancos da África austral e a constituição de um Governo Federal de toda a África. O arquiteto dessa proposta foi Kwame Nkrumah, o carismático e brilhante dirigente de Gana. Nesse arranjo, os diferentes países seriam

⁷ Monróvia, capital da Libéria, foi a sede da primeira reunião desse grupo de dirigentes ultra-conservadores e pró-neocolonialistas.

⁸ Casablanca, cidade portuária e industrial do Marrocos, foi a sede da primeira reunião do grupo de dirigentes africanos progressistas e pan-africanistas.

Estados-províncias, em lugar de Estados independentes. É preciso lembrar que essa proposta – que devia constituir-se na plataforma política de toda a carreira de Nkrumah – tinha custado a vida, em 1959, do brilhante centro-africano Barthélemy Boganda, mentor do projeto dos “Estados Unidos da África Latina”.

A proposta pan-africanista de um Estado Federal de todo o continente africano converteu-se na linha que demarcou, por um lado, os defensores dos melhores interesses do continente e, por outro, aqueles cujo papel principal era o de servir de guardiões dos interesses das potências imperialistas do mundo ocidental e norteamericano que os colocara no poder. Assim, tinha surgido uma nítida linha de demarcação entre dirigentes neo-colonialistas traidores (“monrovistas”) e dirigentes pan-africanistas, defensores dos interesses propriamente africanos (“casablanquistas”).

Em 1963, em Addis Abeba, capital da Etiópia, os dois blocos decidiram “conciliar” suas visões radicalmente opostas para fundar uma única organização que daria voz às aspirações compartilhadas. Chamada de Organização da Unidade Africana (OUA) na sua fundação, essa instituição política dos países independentes da África foi rebatizada, em 2002, como União Africana (UA). Como era de esperar, considerando o peso majoritário do Grupo de Monróvia, a OUA converteu-se, logo em seu início, em um mero sindicato de chefes de Estados africanos, cuja utilidade, além das pomposas reuniões solenes, resumia-se em tratar dos problemas burocráticos e amenizar as crises periódicas entre esses países (guerras fronteiriças, conflitos diplomáticos,

golpes de Estado, etc.).

A OUA nunca foi mais do que um arranjo burocrático, dispendioso e ineficaz, que permitiu aos dirigentes das novas nações apresentar-se perante o mundo como um “bloco unido”. Na prática, no entanto, a OUA sempre fora o instrumento dos dirigentes neo-colonialistas da África; das elites africanas comprometidas com os grandes interesses imperialistas mundiais; das classes dominantes locais, cuja hegemonia se baseava na incitação dos antigos ódios tribalistas; dos setores mais reacionários desses países; dos dirigentes mais corruptos e incompetentes desse continente. Muitos desses últimos ainda continuam no poder após anos ininterruptos de exercício de seus mandatos, conquistados mediante múltiplas eleições fraudulentas e assassinatos de potenciais rivais políticos.

É interessante constatar a extrema longevidade, no poder, daqueles presumidos líderes africanos, cuja única missão no governo e na vida é a de intermediar a vasta e terrível exploração das fabulosas riquezas desse continente pelo chamado Primeiro Mundo: Haile Selassie, da Etiópia: 44 anos no poder (1930-1974), **1,5 a 2,5 milhões de mortos**; Omar Bongo, do Gabão: 40 anos no poder (1967 a 2007); Étienne Gnassingbé Eyadema, do Togo: 38 anos no poder (1967-2005), **8 mil mortos**; Joseph-Désiré Mobuto, do Congo: 37 anos no poder (1960-1997), **1,5 milhão de mortos**; Félix Houphouët-Boigny, da Costa de Marfim: 33 anos no poder (1960-1993); Hastings Kamuzu Banda, do Malawi: 31 anos no poder (1963-1994), **80 mil mortos**; Ahmadou Ahidjo, do Camarões: 22 anos no

poder (1960-1982); Mathieu Ahmed Kérékou, do Benin: 22 anos no poder (1980-1991, 1996-); Léopold Sédar Senghor, do Senegal: 21 anos no poder (1960-1981); Blaise Campaoré, de Burkina Faso: 20 anos no poder (1987-); Abdou Diouf, do Senegal: 19 anos no poder (1981-2000); François Tombalbaye, do Chade: 15 anos no poder (1960-1975), **100 mil mortos**; Hailé-Marian Mengistu, da Etiópia: 15 anos no poder (1976-1991), **200 mil mortos**; Jean-Bedel Bokassa, da República Centro-Africana: 13 anos no poder (1966-1979), **300 mil mortos**; Idi Amin, de Uganda: 8 anos no poder (1971-1979), **200 mil mortos**. E por aí vai; a lista parece interminável.

O caráter eminentemente repressivo da maioria dos regimes no poder na África contemporânea é eloquente na medida em que traduz a existência de uma resistência tenaz por parte dos povos governados; resistência que não é perceptível ao olho nu. As incessantes guerras civis protagonizadas nesse continente, em torno ao poder, confirmam também essa ampla resistência popular: as elites neocoloniais de turno se vêm compelidas a recorrer continuamente ao setarismo religioso, ao ódio tribal ou à rivalidade clânica para referendar as opções colaboracionistas com a ordem imperialista mundial.

Decapitação da África: a eliminação do Pan-Africanismo

O que aconteceu com aqueles que não se prestaram ao jogo da ordem imperialista mundial; que não concordaram em ser os marionetes do neocolonialismo; aqueles que, tampouco, aceitaram ser

os agentes da destruição do seu próprio continente? A resposta a esta questão é, francamente, impressionante. Entre 1957, data da independência do Gana, e 1987, data do assassinato do último dirigente declaradamente pan-africanista, Thomas Sankara, **trinta e cinco** dirigentes africanos nacionalistas e pan-africanistas foram assassinados. Esses líderes, insubstituíveis em sua maioria, foram ultimados diretamente pelas potências ocidentais ou através de seus lacaios locais. Ou seja, nas primeiras três décadas da descolonização, o continente africano perdeu seus mais importantes e talentosos líderes; estes foram substituídos por dirigentes politicamente inexpressivos a serviço das grandes potências imperiais do planeta.

Eis uma lista parcial dessas grandes figuras, homens e mulheres, cujas vidas foram brutalmente ceifadas no auge de sua influência e contribuição política, e cujo desaparecimento comprometeu gravemente o curso dos acontecimentos no continente africano:

- 1957 – Dedan Kimathi (Kenya);
- 1958 – Reuben Um Nyobe (Camarões);
- 1959 – Barthélemy Boganda (Rep. Centro Africana);
- 1960 – Felix-Rolant Moumié (Camarões);⁹
- 1961 – Jean-Pierre Finant (Congo);
- 1961 – Joseph Okito (Congo Kinshasa);

⁹ Grande líder, importante pensador e teórico pan-africanista, dirigente da União das Populações dos Camarões (UPC), Moumié foi assassinado com veneno Tália em um hotel em Genebra, Suíça, pela "Mao Vermelha", uma seção do Serviço de Inteligência da França (SDECE) que se encarregava, na época, do extermínio dos dirigentes nacionalistas africanos nas colônias francesas.

- 1961 – Maurice Mpolo (Congo Kinshasa);
- 1961 – Patrice Lumumba (Congo Kishasa);¹⁰
- 1963 – Sylvanus Olympio (Togo);
- 1965 – Pio Gama Pinto (Quênia);
- 1965 – Mehdi Ben Barka (Marrocos);
- 1966 – Ossende Afana (Camarões);
- 1968 – Pierre Mulele (Congo);
- 1969 – Eduardo Mondlane (Moçambique);¹¹
- 1971 – Ernest Ouandié (Camarões);
- 1972 – Ange Diawara Bidie (Congo Brazzaville);
- 1972 – Jean-Baptiste Ikoko (Congo Brazzaville);
- 1973 – Outel Bono (Chade);¹²
- 1973 – Almícar Cabral (Guiné-Bissau/Cabo Verde);¹³

¹⁰ Primeiro-Ministro do Congo, assassinado em um complô urdido pelos Estados Unidos, a Bélgica e a França, Lumumba foi executado em Katanga, sob as ordens diretas do Coronel Joseph Désiré Mobutu, marionete dos Estados Unidos e da Bélgica, e aos cuidados dos traidores Moise Tchombe e Godefroid Munongo. Junto com Lumumba, foram assassinados Maurice Mpolo e Joseph Okito. Jean-Pierre Finant, que fora capturado com Lumumba, Okito e Mpolo, seria executado separadamente na região do Kasai pelo fantoche Albert Kalonji.

¹¹ Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), assassinado pelo Serviço de Inteligência de Portugal (PIDE), com uma bomba.

¹² Grande dirigente pan-africanista da República do Chade, assassinado em plena Paris com duas balas no peito pelo Serviço de Inteligência da França (SDECE), que anteriormente executara Felix-Rolant Moumié, líder pan-africanista do Camarões e tivera participação na morte de Patrice Lumumba, líder pan-africanista do Congo.

¹³ Grande líder pan-africanista de Guiné-Bissau, do Partido pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), assassinado pelo Serviço de Inteligência de Portugal (PIDE), utilizando-se de traidores do próprio movimento.

- 1974 – Onkgopotse Tiro (África do Sul);
- 1975 – Herbert Chitepo (Zâmbia);
- 1975 – Josiah Kariuki (Quênia);
- 1976 – Murtala Mohamed (Nigéria);¹⁴
- 1977 – Steve Biko (África do Sul);¹⁵
- 1977 – Modibo Keita (Mali);¹⁶
- 1981 – Joe Gqabi (África do Sul);
- 1982 – Ruth First (África do Sul);
- 1983 – Attati Mpakati (Zimbábue);
- 1986 – Samora Machel (Moçambique);
- 1987 – Thomas Sankara (Burkina Faso).¹⁷

Aqueles líderes progressistas, que lograram escapar à morte e chegar ao poder, foram derrubados

¹⁴ Líder populista e anti-colonialista Murtala Mohamed era presidente da Nigéria quando fora assassinado, segundo parece, pelos serviços secretos dos Estados Unidos (CIA) e da Grã-Bretanha (M5), utilizando-se de traidores dentro do seu próprio governo.

¹⁵ Militante pan-africanista da África do Sul, Biko foi assassinado durante sua detenção, pelo governo do Apartheid. Foi um dos mais importantes líderes do continente africano e o propulsor da filosofia da chamada Consciência Negra.

¹⁶ O grande pan-africanista, Modibo Keita, presidente do Mali, foi eliminado por um golpe de Estado promovido pela França, através do general Moussa Traoré. Keita morreu na prisão, presumidamente, envenenado em 1977. Moussa Traoré, por sua vez, foi condenado à morte por crimes políticos, por roubo e corrupção massiva, mas perdoado pelo seu sucessor, Alpha Oumar Konaré, um dos grandes articuladores do chamado "Renascimento Africano".

¹⁷ Primeiro-ministro revolucionário e antiimperialista de Burkina Faso, Thomas Sankara foi assassinado a tiros em sua própria residência pelo atual, Blaise Campaoré, presumivelmente sob as ordens do governo francês, contra o qual Sankara estava em luta aberta. Hoje em dia, o presidente Campaoré, junto com os atuais presidentes do Senegal, Abdulaye Wade, da África do Sul, Thabo Mbeki, e da Nigéria, Olusegun Obasanjo, é um porta-voz do chamado "Renascimento Africano".

ulteriormente por sangrentos golpes de Estado: Patrice Lumumba, do Congo (1960); Sylvanus Olympio, do Togo (1963); Kwame Nkrumah, de Gana (1966); Muritala Mohammed, da Nigéria (1976); Modibo Keita, do Mali (1977); Alphonse Massamba-Debat, do Congo-Brazzaville (1977); Thomas Sankara, de Burkina Fasso (1987). Eram dirigentes valentes que compreendiam o contexto internacional e que amavam a África.

Vitoria Brittain (2007), especialista em assuntos políticos do continente africano, demonstrou como “o recurso ao assassinato político e sistemático contra os movimentos de libertação **mudou o curso da história dos países africanos** e do Oriente Médio”,¹⁸ influenciando decisivamente no porvir dos povos desse continente. Explicou que tais assassinatos desencadearam, por sua vez, “outras mudanças ainda mais significativas e que às vezes desembocaram em dramáticas mudanças de direção na história do Terceiro Mundo”. Segundo ela, as relações entre o Terceiro Mundo, como um todo, e as potências ocidentais dominantes são, em si, de certa maneira, o produto de uma guerra de usura conduzida pelo Ocidente, “sobretudo por meio de assassinatos políticos que privaram a África e o Oriente Médio de alguns dos seus maiores líderes, ao tempo em que desarticulou e enfraqueceu as mais significativas organizações políticas ligadas a eles”. Em suas palavras:

“As consequências mais dramáticas desses

¹⁸ Ver BRITAIN, Vitoria. Political assassination as a strategy against liberation movements. Disponível em: <http://www.pambazuka.org/en/category/features/37899> Acessado em: abril de 2007

assassinatos políticos, com as quais temos tido de conviver, com a perda de todos esses líderes das duas gerações anteriores, encontram-se, sem dúvida alguma, no fato de que a oposição ao neocolonialismo tenha se fragmentado, se setarizado, se despolitizado, se marginalizado de tal maneira que a liderança política tenha desaparecido, dando lugar aos atentados suicidas de grande porte"¹⁹.

Para aqueles que não viveram os grandes momentos inaugurados pelas independências dos povos africanos e as esperanças que infundiram os movimentos africanos de libertação durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, enfatizou Brittain,²⁰ talvez seja difícil imaginar, hoje, o poder que tiveram dirigentes como Kwame Nkrumah sobre o imaginário coletivo e as aspirações políticas e sociais dos povos africanos. O caso de Kwame Nkrumah – indubitavelmente, o maior dirigente pan-africanista de todos aqueles que assumiram o poder desde 1957 até os dias atuais –, é emblemático. Homem político genial e excepcionalmente corajoso, Nkrumah apresentou um projeto de constituição de um Estado Africano Continental e lançou um programa destinado a garantir a autonomia estratégica do continente. Seu projeto contemplava a autonomia total do continente, até mesmo na produção de seus próprios armamentos modernos e na implantação de uma indústria pesada.

Eliminado por um sangrento golpe de Estado,

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

promovido pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e pela França, Nkrumah foi substituído por um triunvirato militar de dirigentes pró-imperialistas - os generais Joseph Ankrah, Emanuel Kotoka e Akwasi Afrifra - marionetes carentes de qualquer projeto social ou político que não fosse o de encher suas contas bancárias na Suíça. Esse trio de traidores imediatamente destruiu os grandes projetos erigidos por Nkrumah e, até mesmo, convidou os Estados Unidos a desmantelarem o reator atômico experimental que, com a ajuda da China, tinha sido construído na região de Kumasi, entregando-o a Israel. Argumentaram que a África não precisava de armas atômicas.

Mas, não seríamos honestos se não evocássemos, também, as aberrações ditatoriais dos grandes dirigentes pan-africanistas, acossados e permanentemente ameaçados de assassinato. Essa situação de cerco permanente, de bloqueio até econômico, levou a maioria deles a erigir regimes totalitários. O caso mais emblemático é o de Sekou Touré, que no início, foi um dos mais idolatrados dirigentes pan-africanistas. As "ditaduras progressistas" africanas - Sekou Touré, na Guiné; Massamba Débat, no Congo-Brazzaville, e o próprio Kwame Nkrumah, em Gana - não podem ser explicadas fora do contexto de bloqueio e de agressão pelo Ocidente. A Revolução Cubana, por exemplo, conheceria o mesmo caminho.

Resumindo: no período de trinta anos, que vai da independência de Gana, em 1957, até a queda do bloco comunista, em 1987, trinta brilhantes e irreplicáveis líderes antiimperialistas e pan-africanistas africanos

foram assassinados; no mesmo período, quinze líderes pan-africanistas derrubados por violentos golpes militares. Os grandes pensadores pan-africanistas, nacionalistas e progressistas foram exterminados e substituídos por dirigentes sem envergadura, totalmente a serviço das grandes potências mundiais. A África foi, efetivamente, decapitada.

Nenhum continente ou nenhuma outra região do mundo talvez tenha sofrido semelhante catástrofe. Poucas pessoas imaginam o desastre que pode ser para um povo o assassinato de líderes excepcionalmente brilhantes, intrépidos, qualificados, honestos e dedicados à causa da justiça social. Não se imagina o enorme tempo, assim como também o enorme investimento que requer a produção de semelhantes lideranças. Assim, não é difícil compreender como o futuro de um povo pode ser embargado, seriamente comprometido, quando são mortos seus líderes brilhantes e íntegros, substituindo-os por fantoches nanicos, sem ideias nem projetos e, sobretudo, sem princípios.

Em três décadas, o mundo hegemônico constituído pelos Estados Unidos, pela Europa Ocidental e pelo Japão logrou neutralizar totalmente o continente africano. Constata-se que, nessa época nefasta, também foram decapitados os movimentos anti-racistas e antiimperialistas da Diáspora, mediante o assassinato de seus melhores e mais clarividentes líderes, especialmente aqueles que tinham advogado a criação de vínculos estreitos com o continente africano.

Em 1965, Malcolm X pagou com sua vida o preço do seu comprometimento na luta contra o racismo.

Dois anos depois, Walter Rodney (Guiana), autor de ***De cómo Europa Subdesarrolló a África***, e Martin Luther King (EUA) também pagaram com a vida. A repressão contra o movimento negro nos Estados Unidos cobrou a vida de inúmeros militantes. Foi nesse período de trinta anos, tempos sangrentos e de extrema violência, que se eliminaram militarmente todos aqueles que propunham um vínculo militante entre o continente africano e suas diásporas.

As novas elites Neo-Coloniais e as perspectivas de cooperação entre África e diáspora

Afinal, chegamos à grande questão: como se pode articular uma autêntica e profícua cooperação entre as diásporas e as sociedades africanas? Quais seriam as vias para se chegar a estabelecer uma cooperação sustentável e mutuamente profícua entre o continente africano e suas diásporas? Para sistematizar uma cooperação entre a África e a Diáspora, temos de superar, primeiro, essa grande ignorância que impera entre nós sobre as realidades sociais africanas, tanto na África da Antiguidade como na África da contemporaneidade.

Temos argumentado, ao longo desta exposição, que a mentalidade da maioria das elites que governa a África atualmente foi forjada durante séculos anteriores no marco de um intercâmbio desigual com o exterior; uma mentalidade de “sócios” menores, de “associados” para a pilhagem interna da África. Como consequência da subalternização do continente em termos reais perante o mundo dominante, na maioria dos casos, é essa a mentalidade e os hábitos que predominam, hoje,

na prática do poder nesse continente. Assim, quando evocamos a cooperação com o continente africano, temos de saber, primeiro, com qual dos atores sociais é conveniente elaborar essa cooperação.

O ator que vemos hoje ocupando predominantemente o palco político do continente africano é, sem dúvida alguma, um parceiro problemático, na medida em que nem sempre ele atua na defesa dos interesses nacionais. Na realidade, ele vem ocupando esse mesmo palco ao longo de séculos de troca desigual entre as elites compradoras africanas e o mundo exterior. Nesse sentido, as elites vorazes, corruptas e ditatoriais de hoje têm como precursores diretos as elites vorazes e igualmente corruptas de ontem. É importante compreender isso porque toda história subsequente vai ser pautada sobre esse fenômeno, sobre os hábitos dessas elites africanas, cuja função outrora foi exportar sua mão-de-obra, de estabelecer um intercâmbio desigual, uma cooperação baseada na desigualdade.

É um mito pensar que na África pré-colonial somente imperava um pato social igualitário e solidário. Não há como fugir às duras realidades vinculadas à existência de interesses de classes contraditórias em uma sociedade organizada e hierarquizada. As contradições de classe existiram durante o período pré-colonial, e esses mesmos conflitos continuam existindo na atualidade. Fechar os olhos a essa realidade é se condenar a um estado de incapacidade permanente para compreender as realidades da África contemporânea ou da África pré-colonial.

Hoje, nos defrontamos com a África real e ela

nos apresenta duas perspectivas conflitantes. Uma é representada pelas políticas anti-populares praticadas pela maioria dos chefes de Estado africanos e as elites desse continente; políticas que conflitam com os interesses de seus povos; outra, pelas forças da sociedade civil, esmagadas pela opressão dos primeiros. É entre esses dois pólos que se situa o eixo de qualquer tipo de cooperação com o continente africano que a Diáspora tentaria estabelecer.

Com quais atores sociais as diásporas africanas poderiam se relacionar, sem risco, para pensar e executar uma cooperação que seja frutífera para o continente africano e também para essas diásporas? A meu ver, o estabelecimento de uma relação profícua Diáspora-África depende da identificação daqueles segmentos da sociedade civil africana que mais se prestam à cooperação simétrica, no sentido de que deve haver equivalência entre os dois parceiros: **sociedade civil** das diásporas e **sociedade civil** africana. Para isso, é indispensável consultar e interrogar os verdadeiros interessados no continente africano – a sociedade civil africana, representada por aquelas organizações democráticas e pelos intelectuais pan-africanistas que estão lutando, em condições tremendamente difíceis, para fazer avançar a causa da justiça social e a democracia política nos diferentes países da África.

Outro passo necessário seria o estabelecimento de um **órgão não-governamental** superior África-Diáspora, instituído pelas sociedades civis de ambas as partes, com a responsabilidade de monitorar a situação tanto do continente quanto das diásporas. Tal

instrumento internacional, de natureza política, teria a faculdade autônoma de emitir avaliações periódicas e públicas sobre todos os aspetos relacionados aos países africanos e diaspóricos. É evidente que os governos, tanto africanos quanto aqueles que exercem um domínio sobre as populações afro-diaspóricas, devem ser rigorosamente excluídos desse fórum consultivo, por razões óbvias de garantia de autonomia.

Acredito que a única maneira politicamente sensata de se pensar a cooperação entre a África e suas diásporas no mundo inteiro passa pela cooperação entre a **sociedade civil africana** e aqueles indivíduos e organizações, dentro e fora da África, que efetivamente lutam pela consecução da justiça social e da democracia política no continente africano. Devemos lembrar que o Pan-africanismo surgiu, na Diáspora, em situações de escravidão para nós, africanos deste lado do Atlântico, ao tempo em que se dava o início da colonização de todo o continente africano. Assim, os escravos africanos das Américas foram condenados, ao mesmo tempo, a pensar o fim da escravidão e do colonialismo da África, de modo que o término da escravidão no continente americano coincidiu com o fim das independências dos países africanos.

Ou seja, a Diáspora esteve condenada a pensar sua própria libertação e a pensar, paralelamente a emancipação do continente africano; não havia outra via. Acredito que essa obrigatoriedade continue sendo vigente hoje. As diásporas africanas não somente deverão defender os seus próprios interesses nos novos contextos nacionais que são os seus, mas também

estarão compelidas, política e moralmente, a defender os interesses dos povos africanos, expressos através das reivindicações específicas das sociedades civis desse continente. Mesmo além dessas reivindicações expressas, a Diáspora deve defender princípios éticos e morais, baseados na justiça e no respeito ao Outro – seja este um Outro no sentido da etnia, da religião, do gênero, da língua ou da cultura.

De todos os modos, num mundo globalizado, os movimentos sociais democráticos deverão lutar, ao mesmo tempo, pela emancipação nacional e pela concretização dos direitos dos mais pobres e oprimidos, bem como estar atentos às lutas de todos os povos no resto do planeta. Os movimentos sociais das diásporas estão obrigados a lutar para que os interesses dos povos africanos sejam respeitados e para que possam ter o direito de também aspirar a uma vida melhor e a uma vida independente no século XXI. De outro modo, iremos fatalmente cair, afinal, na traição dos interesses fundamentais tanto da própria África como de suas diásporas.

O reforço da sociedade civil, de ambos os lados do Atlântico, se converte, assim, no eixo principal da expressão de solidariedade África-Diáspora. Isso equivale a dizer que a solidariedade com a África – a verdadeira – passa predominantemente pela porta que conduz aos povos africanos e a defesa ativa dos seus interesses básicos.

Referências

ANTA DIOP, Cheikh. **Precolonial Black África**. New York: Lawrence Hill Books, 1987; M'BOKOLO, Elikia.

- Afrique noire Histoire et Civilisations**, Tome I, Jusqu'au XVIII^e siècle, Paris: Hatier, 1995.
- BAPTISTE, Fitzroy. **Habshis in Early 19th C.E. Afghanistan**: a Research Note; From "Invisibility" to "Visibility": Africans in India through the lens of some Selet Sources from the Late Classical Period to the Late 18th C.E. Comunicado pessoalmente pelo autor, março de 2007.
- BRITTAİN, Vitoria. Political assassination as a strategy against liberation movements. Disponível em: <http://www.pambazuka.org/en/category/features/37899>. Acessado em: abril de 2007.
- EDGAR, Robert R. Garveyism in Africa: Dr. Wellington and the "American" Movement in the Transkei. **Ufahamu**, vol. 1, 1976, p. 31-570.
- FABRE Geneviève & BENESCH, Klaus (eds.). **African Diasporas in the New and Old Worlds**. Consciousness and Imagination. Amsterdam e New York: Rodopi, 2004, p. 133-172.
- FORBATH, Peter. **The River Congo**. New York: Harper & Row, 1977.
- HAMPÂTÉ BA, Amadou. **Amkoullel, O Menino Fula**. São Paulo: Casa das Áfricas e Palas Athena, 2003.
- HUNWICK, John & POWEL, Eve Troutt. **The African Diáspoa in the Mediterranean Lands of Islam**. Princeton, NJ: Markus Wiener Publisher, 2002.
- JAYASURIYA, Shihan de S. & PANKHURST, Richard (eds.). **The African Diaspora Indian Ocean**. Trenton, NJ: Africa World Press: 2003.
- LAFFIN, John. **The Arabs as Master Slavers**. New Jersey: SBS Publishing, 1982; GORDON, Murray.

- Slavery in the Arab World.** New York: New Amsterdam Books, 1989.
- MAUNY, Raymond. **Tableau géographique de l'Ouest africain au Moyen Age.** Dacar: IFAN, n. 61, 1961.
- PAKENHAM, Thomas. **The scramble for África.** New York: Abacus, 1991.
- POPOVIC, Alexandre. **The revolt of African slaves in Iraq in the 3rd/9th Century,** Princeton, NJ: Markus Wiener Publisher, 1999.
- RODNEY, Walter. **De cómo Europa Subdesarrolló a África.** México: Siglo Veintiuno Editores, 1982.
- SEGAL, Ronald. **Islam's Black Slaves: The History of Africa's Other Black Diaspora.** London: Atlantic Books, 2003.
- VINSON, Robert Trent. "Sea Kaffirs": "American Negroes" and the Gospel of Garveyism in Early Twentieth-Century Cape Town. **The Journal of African History**, vol. 47, issue 2, July 2006, p. 281-303.
- WIKIPEDIA. Estado Livre do Congo. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Livre_do_Congo. Acessado em: julho de 2007 (Grifo acrescentado).

2. O BRASIL E A ÁFRICA SOB A ÓTICA DE INTERESSES COMPLEMENTARES

A reflexão que ora propomos parte de uma profunda convicção: o destino do Brasil – grande unidade federada do continente sul-americano em busca de uma Missão internacional – e o continente africano – enorme realidade geopolítica constituída por 53 Estados independentes e balcanizados em busca de sua regeneração política e unificação continental – encontram-se destinados a estar cada vez mais interligados no século XXI.

Iremos apontar as realidades nacionais e internacionais que militam para a concretização de uma nova convergência entre o país-continente federal que é o Brasil e a África, continente esquartejado, aspirante a ser um só país-continental federado. Tal confluência política é ditada, em parte, pela própria dinâmica interna brasileira, que, como sabemos, é, sobremaneira, estruturada por uma experiência sociorracial específica enraizada na trama geral da escravidão americana. De tal sorte, qual seria o impato desse contexto sociorracial doméstico sobre o contexto externo no qual o Brasil evolui como Estado e Nação?

Acreditamos ser possível demonstrar que, na arquitetura mundial, há uma correspondência entre

a estrutura das relações sociorraciais peculiares aos diferentes países multirraciais e as relações de proximidade ou de distância que estas configuram entre si e com os outros países da comunidade internacional. Para o Brasil, no passado, essa correspondência em relação ao continente africano se deu, tradicionalmente, mediante o **cultural** e o **social**. Mas demonstraremos que as contingências mundiais particulares do século XXI configurarão, inevitavelmente, complexas situações constrangedoras diante das quais os países do Hemisfério Sul deverão responder, crescentemente, com arranjos **políticos** defensivos coletivos. Em uma palavra: a sobrevivência destes dependerá de sua capacidade para se constituir em blocos estratégicos.

Nessa perspectiva, a busca do continente africano por seu próprio destino federal-continental o conduzirá, inelutavelmente, a uma crescente aproximação com o Brasil, sobretudo nos âmbitos político, econômico e comercial. Por sua vez, o Brasil, país fortemente industrializado, de convições anti-hegemônicas e que ostenta um nível de desenvolvimento tecnológico compatível com os dos mais "avançados" países do Ocidente, tem todas as condições para se converter num parceiro ideal para os países do enfraquecido continente gigante. Essa reciprocidade de interesses tenderá a crescer na medida em que se afirme, por uma parte, a autonomia do Estado brasileiro no cenário mundial, e que, por outra, a África continental possa emergir de sua impotência secular para constituir-se num potente bloco federal. Assim, a incorporação crescente da maioria afro-brasileira na vida política do país constituirá, tanto para o

Brasil quanto para a África, uma janela de oportunidade aberta para o futuro.

Brasil: as marcas persistentes do passado sobre o presente que configura o futuro

Ao tratar da dinâmica instituída desde o século XVI, Luiz Felipe de Alencastro, em seu livro **O Trato dos Viventes** (2000), demonstrou de forma incontestável a **situação de absoluta simbiose** que o Brasil manteve com o continente africano durante a maior parte de sua história, do início de 1500 até fins do século XIX, tendo no sistema escravista a chave para esta relação. Alencastro registra, pois, a impossibilidade de se compreender a construção do Brasil como Nação sem um entendimento profundo do papel do tráfico negreiro organizado pelas elites luso-brasileiras e, por consequência, da centralidade da África no percurso histórico deste país. De fato, explicou:

A partir de 1550, todos os “ciclos” brasileiros – o do açúcar, o do ouro e o do café – derivam do ciclo multissecular de trabalho escravo resultante da pilhagem do continente africano. O tráfico negreiro vai irrigar os desdobramentos regionais e setoriais da economia mineira, permitindo o desenvolvimento simultâneo das diferentes zonas produtivas: a indústria açucareira não só se mantém, como acaba rendendo mais que a do outro no século XVIII. (ALENCASTRO, 2000:353)

Ocorre que, afora esse incremento em termos tecnológico-comerciais, o escravismo determinou

também a composição demográfica do país. Do continente africano, o Brasil colonial recebeu a maior parte de sua população. Calcula-se que até seis milhões de africanos escravizados, violentamente removidos do continente africano, foram trazidos para o Brasil. Por **quase quatro séculos**, serviram como a mão-de-obra principal a partir da qual foi gerado o grosso das riquezas que tornaram possível a constituição do Brasil como Nação. A população de origem africana chegou a somar até 70% do corpo populacional até o momento da abolição (1888). Foi somente bem após a abolição, e como consequência de uma política oficial de branqueamento do país, fortalecida pelo estímulo à imigração massiva de europeus, principalmente italianos e alemães, que o contingente de origem africana passou a representar menos da metade do total, até a grande mudança demográfica constatada na década de 70.

Em 2000, embasado em uma pesquisa do IBGE para a década de 1990, o jornal **Folha de S. Paulo** alertou que **a população negra tinha atingido 50,5%** e os brancos diminuído para 49,2%. (PETRY, 2000). As pesquisas posteriores realizadas pelo IBGE, apresentadas em 2007, confirmaram, efetivamente, o fato de que **o Brasil já não era mais um país majoritariamente branco**.²¹ E, no Comunicado da Presidência No. 4 ("Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição"), preparado e divulgado em maio de 2008 pelo Instituto de Pesquisa

²¹ A última sondagem estatística do IBGE, para 2006, confirma esse decréscimo constante da população brasileira declaradamente branca (49,9% em 2005, 49,7%, em 2006).

Econômica Aplicada (IPEA), é definido com clareza o significado das profundas mudanças demográficas em curso no Brasil:

*Em 1976, o primeiro ano no qual a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) faz uma cobertura mais ou menos nacional, a população brasileira era constituída por **57,2% de brancos e 40,1% de negros**. Esta divisão foi mudando com pretos e pardos aumentando gradualmente seu peso populacional para 43,0% em 1987, 44,2% em 1996 e **49,5% em 2006**. Como a transição demográfica ainda é um fenômeno em curso, a população negra deve continuar crescendo mais que a branca até chegar a ser maioria absoluta no país. Uma projeção das tendências da última década sugere que **em algum momento de 2008 a população negra será mais numerosa que a população branca**. Se as tendências de fecundidade continuarem como nos últimos anos, **a partir de 2010 o Brasil será um país de maioria absoluta de negros**. (IPEA, 2008: 5-6)*

Indiscutivelmente, estamos diante de uma nova realidade demográfica com nitidas implicações sociopolíticas internas e estratégicas internacionais para o futuro da nação brasileira. O que temos, pois, é o seguinte: contrariamente à tendência no século XIX, momento da grande imigração de europeus para cá, a população branca, por auto-definição, cessou de ser majoritária já antes do início do século XXI e essa tendência não pode senão acelerar. Esse emergente

perfil **etno-demográfico** nos impele a tomar outra perspectiva acerca de uma questão que as elites eurocênticas, sucessivamente no poder da maior nação sul-americana desde 1888, tem submergido e apagado, a saber, a pertinência política, econômica, cultural e estratégica para o Brasil do **restabelecimento dos laços privilegiados** que uma vez ostentara com o continente africano, mas dessa vez num marco de cooperação em pé de igualdade e em benefício mútuo.

Os laços estreitos que a escravidão teceu entre o Brasil e o continente africano foram brutalmente cortados no final do século XIX pela elite republicana que assumiu o mando do país em nome de uma política de supremacia racial, a qual implicou o afastamento populacional e a marginalização sociorracial dos brasileiros de origem africana. O Brasil defronta, hoje, com o impato histórico cumulativo dessas desastrosas decisões políticas.

Como instrumento de controle social, o mito-ideologia da "democracia racial" criou uma falsa "identidade nacional" baseada na cristalização disfarçada da fragmentação sociorracial da nação brasileira. Essa ideologia de fundo racista fragilizou a consciência nacional, permitindo que o racismo estrutural se instaurasse de maneira permanente e criasse as presentes mazelas racializadas de pobreza e marginalização, constatadas nas estatísticas vitais do país.

Contrariamente à promessa de uma unidade nacional incolor, no espaço de um século, a dita política de "democracia racial" produziu "dois Brasis"

que não se encontram: um branco e outro negro, enveredados em duas lógicas contrárias e fortemente racializadas de desenvolvimento antagônico. Esses dois Brasis têm se tornado cada vez mais divergentes, como apontam os dados surgidos de pesquisas internas neste país, conduzidas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2000; 2005); os indicadores apontados pelo informe do Banco Mundial em 2000; e o Atlas Racial do Brasil (PNUD, 2005).²²

Como o apontou o economista e sociólogo Marcelo Paixão (2003),²³ os dois Brasis divergentes configuram a seguinte realidade: a) um Brasil de origem europeia, que monopoliza 2/3 da renda nacional e que corresponde a menos da metade da população do país; b) um Brasil de origem africana, que corresponde a mais da metade da população e que concentra os maiores índices de pobreza e de marginalização não apenas dentro Brasil, mas em todo o mundo. Ou seja, um Brasil do avanço impetuoso da prosperidade, e outro do desenvolvimento constante da pobreza. Esses dois Brasis divergentes, demonstrou Paixão, estão cada vez mais se constituindo em entidades mutuamente excludentes, a tal ponto que, se nos baseamos no IDH

²² Os dados do **Atlas Racial Brasileiro** podem ser acessados no site www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php.

²³ Ver, nesse sentido, **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais** a reveladora obra de Marcelo Paixão (2003).

respetivo dessas duas realidades, desembocaremos nos seguintes resultados:

a) entre os 191 países que formam a comunidade internacional, o Brasil de origem europeia ocupa a 48ª posição no ranking mundial em termos de riquezas globais (a qual o situa dentro dos países do Primeiro Mundo);

b) em contraposição, o Brasil de origem africana, nessa mesma comunidade internacional de 191 países, está colocado na 108ª posição, abaixo de países como a África do Sul ou a Argélia.

O recorte racial das estatísticas vitais do país indica nitidamente que esses “dois Brasis” tendem a divergir cada vez mais não somente em termos econômicos, educacionais e sociais, mas, sobretudo, em termos políticos, culturais e ideológicos. Tal situação se agrava anualmente, com o Brasil de origem europeia se alavancando crescentemente dentro do Primeiro Mundo e o Brasil de origem africana afundando-se cada vez mais no poço dos países subdesenvolvidos.

Os dados estatísticos levantados por organismos governamentais ou internacionais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dão conta dessa situação de maneira bastante gráfica.

O parâmetro internacional de mensuração de renda (GINI)²⁴ revela que, no mundo, **o Brasil é o**

²⁴ Ver matéria publicada no site <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano>, do jornal Folha On Line: Brasil é oitavo país em desigualdade social, diz pesquisa, no dia 7 de setembro de 2005. Acesso em 17 de agosto de 2007.

oitavo país em desigualdade social. O relatório do PNUD (2006) ratifica esta constatação ao apontar que 46,9% da renda nacional concentra-se nas mãos dos 10% mais ricos, enquanto os 10% mais pobres ficam com apenas 0,7% dessa renda. Assim, **os negros constituem 70% dentre os mais pobres** no Brasil. Por sua vez, o Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2005²⁵ sobre racismo, pobreza e violência, elaborado pelo PNUD, revela que, apesar de o Brasil ocupar a 69ª posição entre 177 países no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), se fizermos um recorte racial, a configuração muda radicalmente, com a população negra ocupando a 105ª posição no ranking mundial do IDH, ao tempo que a população branca se vê alavancada à 44ª posição desse mesmo ranking.

Dados coletados em 2001 pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)²⁶, mostram que, quando se trata do rendimento médio familiar *per capita*, há uma diferença de 196% nos ganhos que separa negros e brancos. O Brasil negro recebe cerca de 1,15 salários mínimos, enquanto o Brasil branco recebe 2,64 salários mínimos. O indicador da esperança

²⁵ Ver matéria publicada no site <http://www.pnud.org.br/raca/reportagem>, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Cor divide Brasil entre Hungria e Namíbia: Branco do DF tem desenvolvimento humano semelhante ao do Leste Europeu; negro de Alagoas vive com condições sociais subsaarianas. Acesso em 17 de agosto de 2007.

²⁶ Ver matéria publicada no site <http://www.comciencia.br/reportagem/negros/12.shtml>, de Marcelo Paixão: IDH de negros e brancos no Brasil em 2001: e a desigualdade continua! Acesso em 17 de agosto de 2007.

de vida ao nascer também revela desigualdades: 72 anos para os brancos e 66 para os negros.

No referente à taxa bruta de escolaridade, o IBGE (2001) apontou 84% para os negros e 89% para os brancos. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os estudantes negros no ensino superior representam **apenas 3,6% dos universitários brasileiros**. Em contraste, os alunos brancos ocupam 72,9% dos bancos nas instituições de ensino superior.

Essas estarrecedoras estatísticas, que apresentam divergências mínimas, desenham um quadro desolador marcado por profundas e endêmicas clivagens sociais que não cessam de se agravar à medida que se opera, no país, uma verdadeira explosão demográfica. Essas cifras são tanto mais impressionantes quando se considera que elas perfilam as condições de vida do segmento populacional que já constitui **mais da metade da população do país**

Isso, além de augurar sérios problemas no futuro para a manutenção da unidade nacional, remete ao desenvolvimento acelerado, atual, de complexos fenômenos sociais de natureza desestruturadora: auge do racismo, inclusive aquele de cunho neonazista; incremento constante da criminalidade nas “zonas de exclusão” social e alarmante crescimento das tendências de desvio social entre as camadas juvenis dessas áreas socialmente fragilizadas; a “bunkerização” crescente das elites do país em zonas residenciais fechadas e “militarmente” protegidas.

Tudo isso reforça as estruturas socialmente

constrangedoras que marcam o percurso do país e emperram ainda mais as relações entre brasileiros de origens étnicas diversas. Embora a sociedade, em si, seja eminentemente multirracial, com predominante presença negra, a divergência crescente dos dois Brasis constitui-se no maior empecilho ante a possibilidade de se chegar a um convívio interracial que garanta a igualdade para todos e o usufruto eqüitativo dos recursos da nação.

O cenário retratado – que não corresponde a uma trama de ficção – implica que se encarem certas considerações prospectivas. A primeira prevê que, se medidas concretas e enérgicas não forem tomadas neste início de século, para garantir uma repartição eqüitativa da renda nacional e possibilitar o usufruto dos recursos da Nação por todos os brasileiros, a deriva dos “dois Brasis” conduzirá, a médio ou longo prazos, a uma quebra na já frágil paz social, à perturbação da própria ordem democrática, desembocando na **militarização** da vida civil.²⁷ A segunda estabelece que a nova situação determinada pela **existência concreta de uma crescente maioria negra** (IPEA, 2008), inevitavelmente, implica uma re-arquitetura estrutural e institucional que permita uma **transição harmoniosa para um Estado multirracial e democrático**, conforme o exigem as novas realidades sociodemográficas do país.

Ocorre que a convergência desses dois fatores

²⁷ Ver, nesse sentido, o importante diagnóstico do pesquisador em assuntos sociais Luis Mir, **Guerra Civil** (2004).

enunciados resulta, também, em implicações internacionais de crescente peso. O Brasil, país que, provavelmente, será uma potência internacional para meados do século XXI, poderá se manter nessa posição sem uma mudança profunda na sua ordem sociorracial interna?

Implicações internacionais da situação sociorracial interna brasileira

O processo de implementação da Lei n. 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura da África e dos afrodescendentes, assim como as políticas públicas de ação afirmativa em favor desses e dos indígenas, além de incidir positivamente sobre o fortalecimento das estruturas democráticas do país, converge para as preocupações estratégicas nacionais. O Brasil, até o momento, é o único Estado na América Latina a tentar por em prática medidas compensatórias - embora que ainda tímidas - destinadas a eliminar o racismo e a reverter o quadro de exclusão dos afrodescendentes e indígenas. Essa decisão do Estado não pode reverter-se senão em um clima de confiança crescente entre o Brasil e o núcleo de países africanos, do Pacífico Sul e do Caribe, cujo apoio é imprescindível. Desse modo, as recentes iniciativas do Estado brasileiro no sentido de encarar suas próprias contradições internas podem contribuir para o aumento de sua credibilidade hemisférica e internacional.

A eliminação das estruturas históricas lastreadas nas iniquidades raciais internas, ao tempo que estabelece as bases para uma nova sociedade alicerçada no

respeito à cultura e à história do componente de origem africana, converter-se-á em um **fator de suma importância estratégica** na pretensão do Brasil de se erguer, no século XXI, ao *status* de potência mundial. O caráter multiétnico e multirracial do Brasil torna-se, assim, uma potencialidade política no marco de uma estratégia global de fortalecimento da identidade e da coesão nacional. Como vimos, este deve ser o sentido e o contexto geral das novas disposições do Estado brasileiro no sentido de quebrar o muro de preconceitos e ignorância que foi erigido pela escravidão em torno das questões atinentes à África e que, ainda hoje, em pleno século XXI, continua de pé, impedindo a convivência democrática dos brasileiros entre si.

É importante perceber que a implementação de tais políticas públicas de ações afirmativas, bem como o robustecimento da competitividade econômica e a ampliação do espaço de ação política do Estado brasileiro no âmbito internacional, se apresenta de maneira bastante positiva neste cenário. Essas preocupações políticas e econômicas se constituem em condição *sine qua non* para o maior peso do Brasil nas negociações internacionais multilaterais e, portanto, na defesa dos interesses da Nação.

No início do terceiro milênio, o Brasil multirracial encontra-se em posição vantajosa para exercer importante papel no conjunto das nações emergentes, no centro do qual estão os países da África e as nações de descendência africana do Caribe e do Pacífico Sul, atualmente aglutinados na Associação de Países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP). Neste conjunto,

reúne-se um total de 78 países dos 191 que compõem a comunidade internacional. Da mesma forma, e a postura do Estado brasileiro não pode senão reforçar a articulação política em torno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), agrupamento também composto majoritariamente por países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste; além de Brasil e Portugal).

Num século que se anuncia como carregado de perigos, no qual o planeta funciona sob a influência da arrogância militar e hegemônica de um punhado de membros da comunidade mundial, é necessário que o Brasil multirracial e multicultural possa intervir positivamente nos assuntos do mundo e dar voz a novas propostas democráticas. A grandeza do Brasil, bem como a sua sobrevivência no século XXI e nos séculos vindouros, não repousa na exaltação chauvinista e neo-imperial de um país geograficamente grande, mas profundamente injusto no que diz respeito ao âmbito sociorracial.

A grandeza do Brasil, a única grandeza que interessa à humanidade, é a grandeza moral que, potencialmente, o país mostra-se capaz de atingir através de mudanças profundas que levem seus cidadãos a compor com todas as formas de diferença que coexistem no seio da nação. Mudanças que, mediante sua extensão progressiva para todos os cantos da sociedade, graças a medidas enérgicas de políticas públicas de ações afirmativas, se convertam, finalmente, em **norma social**; uma nova norma nacional que possa se constituir na base de um novo Pato Social fundado na

eqüidade.

Uma grande nação, não porque seja fisicamente enorme, como é o caso, mas moralmente grande porque encontrou o modo de realizar aquilo que até agora nenhuma nação conseguiu: a erradicação do racismo, das desigualdades sociorraciais, mediante políticas consciente e deliberadamente orientadas para dismantelar o edifício das desigualdades historicamente herdadas, e erigir uma nova ordem democrática, inclusiva porque inclui a todos no que diz respeito à **repartição eqüitativa dos recursos** da nação.

África: a imperiosa unidade continental como única saída para o futuro

O problema da África continental pode ser resumido em duas palavras: um incomparável **monopólio** sobre 38 dos 48 minerais do mundo considerados estratégicos e cobiçados pelas grandes potências, por uma parte, e uma incomparável pobreza e debilidade estrutural e militar, por outra, que se vê agravada pela balkanização do continente em 53 estados frágeis e individualmente impotentes. Essas duas realidades convergem para a constituição de uma ameaça permanente que paira sobre o futuro do continente africano.

Desde a independência do Gana, em 1957, os grandes pensadores políticos africanos, tais como Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba, Cheikh Anta Diop, Amílcar Cabral e Thomas Sankara, apontaram para o dilema fundamental diante dos africanos. Ou o espaço territorial africano se converteria, em médio prazo, em um só ambiente geopolítico coerente e estável, sobre

as bases de uma racionalidade centralizada de suas atividades econômicas internas e externas, ou as nações africanas desapareceriam uma após outra, engolidas pelas duras realidades do cenário internacional, tal qual ele já se perfilava nos anos 60, e pelas incessantes guerras civis que a balkanização acarretaria.

“A África deve se unir! De outro modo, é todo o continente que sumirá no caos”, não cansou de advertir N’Krumah. No presciente **Les fonde-ments économiques et culturelles d’un État fédéral d’Afrique Noire**²⁸ (1960;1964), o cientista Cheikh Anta Diop definiu as bases estruturais que poderiam sustentar um governo federal continental.²⁹ O cenário contemporâneo de espoliação do continente Africano, explicou Diop, é possibilitado, precisamente, pela ausência de uma estrutura de governo e de racionalidade econômica em escala continental (MOORE,2007).

As nações do mundo industrializado do Hemisfério Norte focalizam regiões inteiras consideradas como estratégicas em função dos recursos minerais que possuem. O continente africano apresenta características geológicas que não se encontram em outras partes do mundo, de modo tal que, **dos 48 minerais considerados estratégicos pelo mundo industrializado, não menos que 38 deles estão ali concentrados**. Por isso, a África tem sido denominada,

²⁸ Os Fundamentos Econômicos e Culturais de um Estado Federal da África Negra.

²⁹ Existe uma tradução em inglês: **Black África, The Economic and Cultural Basis for a Federated State** New York and New Jersey: Lawrence Hill Books and Africa World Press, 1978.

por geólogos, como o “escândalo geológico do planeta”. Consideremos, por exemplo, a questão dos diamantes, mineral eminentemente estratégico, indispensável para a indústria e a tecnologia modernas. Sem os diamantes industriais, não existiriam os mísseis, os computadores, os aviões, os carros e toda uma série de produtos da tecnologia moderna.

Ora, a África monopoliza quase totalmente os diamantes que jazem no subsolo do planeta, mas é Israel, pequena potência no Oriente Médio, firmada em armas atômicas, um dos maiores exportadores de diamante industrial, a despeito de seu solo desértico não dispor de qualquer diamante. A economia israelense repousa sobre a exportação mundial de diamantes em 80%, convertendo-se na maior porção do PIB desse país. De onde procedem esses diamantes, base da economia, da indústria e da tecnologia avançada israelenses? A resposta é simples: África do Sul. De onde Israel retira o urânio bruto para a produção do **urânio enriquecido** de seus artefatos nucleares?³⁰ De onde procede o conjunto dos minerais – tungstênio, cobalto, cobre, etc. – indispensáveis para a proficiente tecnologia e indústria israelenses, que produzem seus próprios jatos de ataque, seus bombardeiros de alta penetração e seus mísseis de médio porte?

Em um período de não mais que seis décadas, o Estado de Israel erigiu-se como poderosa potência regional, graças aos espólios dos recursos do continente africano – todos os quais eram colônias europeias

³⁰ Atualmente Israel possui mais de duzentas bombas atômicas, miniaturizadas em ogivas.

quando Israel proclamou sua independência sobre um território pequeno, desértico e totalmente carente de qualquer tipo de recursos. Graças aos acordos especiais, geralmente secretos, concluídos com as potências coloniais na África, principalmente com o regime sul-africano do apartheid, Israel pôde ter um acesso irrestrito a todos os recursos minerais do subsolo africano.³¹

Toda a tragédia da África encontra-se embutida nessa inescapável realidade que constitui a sua incontestável supremacia geológica. Nesse lugar do planeta, localizam-se, praticamente, todos os recursos indispensáveis para a sustentabilidade da indústria e da tecnologia modernas. A África é, portanto, um lugar para onde se voltam as maiores ambições das grandes potências industriais, mas também ambições das outras potências que estão se industrializando.

O Irã, por exemplo, em atenção às matérias-primas presentes na África, estabelece contatos cada vez mais estreitos com este continente, usando o Islã como cortina de fumaça ideológica. A Índia também se mostra ansiosa por ampliar seu campo de ação no continente africano, após ter sofrido, nos anos 1970, sérios reveses quando a Uganda, sob o ditador Idi Amin, expulsou

A cooperação estratégica entre Israel e o regime sul-africano do apartheid proporcionou a tecnologia atômica com a qual a primeira construiu seu arsenal nuclear. Até mesmo os testes nucleares israelenses, impossibilitados de ser concluídos no seu país, foram realizados no Deserto de Kalahari, na Namíbia, então sob controle condominial da África do Sul, ao longo dos anos 1960 e 1970. O mesmo aconteceu, e pelas mesmas razões, com os testes dos mísseis israelenses, que, graças aos acordos militares com a África do Sul do Apartheid, também se realizaram na Namíbia.

do país os seus nacionais de origem indiana, sob o pretexto de que estariam “discriminando e explorando os africanos”. Mas, sobretudo, é a China que mais cobiça as riquezas do solo africano.

A crescente influência chinesa na África poderia ser apresentada como uma tentativa por parte dos países africanos de diversificar seus parceiros internacionais. Não obstante, as linhas da cooperação sino-africana seguem os mesmos caminhos demarcados pelo pato colonial: a África entrega seus recursos naturais em estado bruto e importa da China produtos manufaturados de alto valor agregado. Isso exerce um impacto negativo para a África no que diz respeito às suas possibilidades de desenvolvimento industrial.

Ambiente internacional: assimetria e unipolaridade

Em planos estritamente geopolíticos, a chamada comunidade internacional está composta por 191 países, porém é liderada por uma ínfima minoria desses. De maneira esquemática – e baseados nos critérios dos interesses estratégicos defendidos em comum, a capacidade de defesa que possuem e a capacidade de penetração econômico-comercial global que exercem -, poderíamos desmembrar os países do mundo em três categorias tipológicas bastante diferenciadas em termos políticos e socioeconômicos. Para a conveniência da discussão, falemos de três blocos: “A”, “B” e “C”.

O “Bloco A”

O “Bloco A”, chamado geralmente de “Primeiro

Mundo", constitui-se de trinta países liderados pelos Estados Unidos. Agrega nações de toda a Europa, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Israel. Não por acaso, exceto o Japão, todos os países desse bloco são de civilização europeia.

Trata-se de um conjunto de países industrializados e detentores de alta tecnologia, caracterizados por economias envoltas e protegidos por um poderio bélico sem igual na história de toda a Humanidade. Ou seja, um mundo hegemônico no que concerne ao controle sobre os assuntos do planeta, garantido mediante uma complexa rede de organizações internacionais, ditas multilaterais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) etc. Por sua vez, essas organizações mundiais se multiplicam regionalmente criando redes. Os interesses estratégicos globais desse bloco fazem com que exista uma barreira intransponível entre este mundo hegemônico e o restante da comunidade internacional.

Seja pela força das armas, seja pela pujante força econômica e científica que possuem, esses países, atuando em conjunto, exercem um efetivo domínio planetário. Coletivamente, resistem a qualquer tentativa tendente a mudar o *status quo* no globo, base da sua hegemonia surgida após a Segunda Guerra Mundial.

O "Bloco B"

O "Bloco B", constituído pelos chamados "Países Emergentes", é composto por treze países liderados pela China e Índia, incluindo Paquistão, Turquia, Irã, Egito,

África do Sul, Brasil, Coreia do Norte, Coreia do Sul, México, Argentina e Chile. Todos os países desse Bloco, sem exceção, são países multiétnicos, multirraciais e multiculturais.

Estão aí reunidos países semi-industrializados, mas de alta tecnologia e alto nível de desenvolvimento científico, protegidos por um poderio bélico real ou concretamente potencial, fato que os países hegemônicos não podem de modo algum ignorar. Antigas colônias da Europa, esses países se caracterizam por serem sociedades de economias predominantemente rurais, onde prevalece um alto índice de pobreza socioeconômica, de desigualdades sociais e iniquidades de todo tipo (raciais, étnicas, de casta, de gênero etc.).

O Brasil, a China, a Índia, o Irã e a Turquia são os únicos Estados do "Bloco B" que, neste momento, possuem um perfil estratégico mínimo que pode, eventualmente, permitir-lhes pretender um papel de liderança num eventual bloco de "nações emergentes" e/ou "nações subdesenvolvidas" num futuro próximo.

Futura potência mundial, a China ainda não conseguiu articular um discurso político-cultural suficientemente transversal e mundialista, capaz de induzir à credibilidade e confiança no sentido da construção de uma nova ordem multipolar. Sua opacidade política e cultural, somada às estruturas internas repressivas e autoritárias, também a inviabilizam como possível pivô em torno do qual poderiam se congregar as nações terceiro-mundistas com inteira confiança.

A Turquia, o Irã e a Índia encontram-se atualmente na impossibilidade política de aspirar semelhante papel,

em virtude das próprias estruturas socioeconômicas internas de opressão (étnica, de casta, de gênero, de religião, e de classe social) que as caracterizam. Mas, os laços simbióticos da Turquia com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aliança militar europeia e norte-americana, e a sua pretensão de integrar a União Europeia, além de seus graves problemas interétnicos, a inviabilizam politicamente perante o Terceiro Mundo. Por seu turno, se a União Indiana não conseguir eventualmente dismantelar o racismo estrutural **castista**, que desde os primórdios impera neste país, dificilmente poderá existir num futuro próximo como Estado unitário.³² País de uma ingente massa humana marginalizada, a credibilidade política internacional da Índia depende, sobretudo, do dismantelamento do seu sistema sociorracial de exclusão, fundado no sistema de castas.

Desse núcleo restrito de Estados dotados de um perfil mínimo de aptidão a desempenhar o papel de porta-voz para um mundo multipolar, o Brasil é o que melhor congrega uma gama de fatores propícios. Nação multiétnica e multirracial, sem tradições, ambições ou reflexos hegemônicos aparentes, nem alianças constrangedoras, o Brasil acumula características capazes de infundir uma confiança mundial. Todavia, esse potencial é colocado em risco pelas enormes

A desintegração do Paquistão limitrofe, raiz da contenda civil que após ter causado a morte de centenas de milhares de pessoas resultou na criação do Estado de Bangladesh (1971), assim como a atual cruenta guerra civil entre tâmeles e cingaleses no vizinho Sri Lanka, em torno à constituição de um Estado independente dravidico (Elam), anuncia para a Índia um futuro convulso.

disparidades sociais e pelo tenaz racismo estrutural que ainda aprisionam a sociedade como um todo.

O "Bloco C"

O "Bloco C", dos chamados "Países Subdesenvolvidos", que representam a maioria esmagadora da comunidade internacional, reúne 148 países. Trata-se de ex-colônias, totalmente dependentes da agricultura, com baixos índices de industrialização, exportadores de matérias-primas e importadores de produtos manufaturados e outros artefatos de média e alta tecnologias. Congregam os mais altos índices de pobreza socioeconômica, de desigualdades sociais, baixíssimos índices de escolaridade, assim como de iniquidades de toda ordem.

Pertencem a esse "Bloco C" todos os países da África, com exceção da África do Sul e Egito; todos os países da América Latina, com exceção da Argentina, Brasil, Chile e México; todos os países do Caribe; todos os países da Ásia setentrional, exceto Índia e Paquistão; todos os países do Sudeste da Ásia; todos os países do Pacífico Sul, exceto Austrália e Nova Zelândia; e todos os países do Oriente Médio, exceto o Irã e a Turquia.

Não é por mera coincidência que praticamente todos os países da África, da Ásia, do Caribe e do Pacífico Sul, considerados como subdesenvolvidos, sejam ex-colônias da Europa que conquistaram a sua independência após a Segunda Guerra Mundial ou mesmo recentemente. Se congregarmos o Bloco "B" e o Bloco "C", ou seja, Países Emergentes e Países Subdesenvolvidos, veremos que esses constituem

161 dos 191 países que compõem a comunidade internacional (84%). Não obstante, os assuntos mundiais estão dirigidos exclusivamente pelo Bloco "A", que, embora composto por 16% dos países do planeta, monopoliza, na prática, 90% das riquezas e dos recursos globais. Isso evidencia a existência de um desequilíbrio flagrante no *status quo* mundial, que acaba por gerar graves conflitos bélicos, que, por sua vez, constituem uma grande ameaça para a soberania dos países emergentes e subdesenvolvidos. Portanto, a luta para modificar esta ordem mundial baseada na tirania militar de um punhado de nações sobre o resto do mundo é uma das preocupações prioritárias dos países do Bloco "B" e "C".

A grande fragilidade do "Bloco C" explica os tipos de reivindicações que tais países sustentam internacionalmente: defesa de uma independência política, recém conquistada; aspiração ao crescimento socioeconômico, mediante industrialização; desenvolvimento tecnológico e científico; possibilidades de maior inserção e competitividade no mercado internacional; garantia de uma autonomia de defesa estratégico-militar etc. Ao examinar as pretensões internacionais destes países, veremos que estas são de natureza a desafiar o predomínio hegemônico do seletor "Bloco A".

As nações do "Bloco C" não poderão desempenhar um papel importante nos assuntos do mundo sem que se estabeleça uma estreita cooperação entre elas e os países do "Bloco B", cujos interesses estratégicos, concreta ou implicitamente, fortalecem as posições do "Bloco C".

Conseqüentemente, por serem países "periféricos",³³ existe uma dependência geoestratégica recíproca entre os países dos blocos "B" e "C".

As considerações assinaladas estabelecem, inicialmente, dois fatos lógicos que se interligam constantemente: a) a insensatez, em termos políticos, dos países do "Bloco B" em atuar em detrimento dos interesses do "Bloco C"; e b) a necessidade de se estabelecer **maior base de confiança recíproca** entre os países do "Bloco B" e os do "Bloco C", único ingrediente capaz de sustentar uma aliança durável entre essas duas realidades do mundo contemporâneo.

O esquema apresentado, longe de ser estático, visa somente dar uma visão geral das dinâmicas de poder que presidem a evolução dos países da comunidade mundial. Antecipa-se que países como a China, a Índia e o Brasil, atualmente proeminentes no bloco "B", integrem o bloco "A" para meados do século em curso. No caso da China, o prazo seria ainda mais curto, pois esse país atingiria o patamar de superpotência rival dos Estados Unidos bem antes de 2050.

O perigoso século XXI: alianças para a instituição de um mundo simétrico e multipolar

A despeito disso, uma análise superficial poderia

³³ Ver **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo de política internacional, de Samuel Pinheiro Guimarães (1999). Nesta obra, o autor faz uma análise do sistema mundial pós-guerra, das circunstâncias que permitiram o advento da presente ordem unipolar, abordando a questão da subalternidade que esta implica em relação à "estados periféricos", como o Brasil.

concluir pela inexistência ou impos-sibilidade de uma dimensão especificamente **estratégica** na qual se enquadraria o conjunto das relações que o Brasil estabelecerá com o continente africano. Com efeito, é certo que a preponderância de uma população de origem africana no Brasil não constitui em si um fator propriamente estratégico, senão um elemento facilitador. Qual seria, pois, a base puramente estratégica de uma relação simbiótica entre essas duas partes do planeta no século XXI?

Para responder a essa pergunta, em primeiro lugar, haveria que determinar o que o Brasil e a África têm em comum além da obviedade de suas conhecidas bases culturais, enraizadas num passado marcado pelo tráfico de cativos africanos. À primeira vista, essa realidade, que se traduz hoje por uma massiva presença demográfica africana no Brasil – equivalente à metade da população total –, poderia aparecer como a única base comum existente, a qual não pode ser considerada propriamente de caráter estratégico.

A verdadeira comunalidade reside em outro fator raras vezes apontado, a saber, o fato de que tanto o Brasil quanto a África são enormes reservatórios de inexplorados recursos geológicos de natureza **estratégica** para o mundo industrializado e altamente tecnologicizados, representado pelas grandes e superpotências da Europa ocidental (Grã-Bretanha, França e Alemanha), da Europa oriental (Rússia), da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e da Ásia Setentrional (China e Japão).

Brasil e África compartilham a perigosa característica de serem verdadeiros escândalos geológicos cobijados

pelo chamado Primeiro Mundo, um mundo minoritário em termos demográficos, mas esmagadoramente majoritários em termos militares e tecnológico-industriais. Esse mundo, cujas elites constituem menos de 10% da população mundial, mas cujos países **consomem cerca de 90% dos recursos do planeta**, tem se arrogado do direito de garantir para si, unilateralmente, o acesso total aos recursos estratégicos situados fora dos seus próprios territórios. É essa realidade, com suas decorrências políticas, econômicas e militares, que se anuncia como a grande contradição do século XXI e o principal fator de instabilidade mundial. O auge do terrorismo internacional, por exemplo, que assola certas regiões do mundo, estaria vinculado a essa realidade.

As contradições e clivagens profundas, intrínsecas à atual ordem internacional, tenderão a se agravar no século XXI, à medida que se minguam os recursos finitos contidos no subsolo do planeta. Isso constituirá o maior perigo para aquelas regiões do mundo particularmente dotadas de recursos, mas desprovidas dos meios modernos que possibilitam a total defesa de suas fronteiras marítimas, aéreas e terrestres, assim como a defesa de seu subsolo – a exemplo dos países da América do Sul, do Caribe e de todos os países do continente africano –, algumas das quais são objetos de uma cobiça apenas velada por parte das grandes potências e superpotências do mundo. A ameaça comum que paira sobre os recursos naturais da África continental e do Brasil, como país-continente, é o que se constitui na base mais concreta, **embora atualmente não tão óbvia**, para o estabelecimento de relações estratégicas

entre essas duas realidades geopolíticas num século perigosamente instável e dominado pelo unilateralismo militar.

As consequências estruturais derivadas de um passado de opressão pesam sobre as nações entaquedadas pelos avatares da história – genocídios, invasões, ocupações territoriais, tráficos negreiros, colonização. Essas correm o grande risco de pura e simplesmente desaparecer no século XXI diante das dinâmicas pujantes das macro-economias mundiais concentradas todas no Hemisfério Norte. Com efeito, tudo indica que o século XXI será marcado não pelo confronto entre ideologias como o foi o século XX, mas pela crescente incompatibilidade entre as intransigências hegemônicas de um punhado de nações globalmente dominadoras por um lado, e, por outro, pelas ambições de um mundo de nações emergentes que aspiram à democratização da ordem internacional pela multipolaridade (GUIMARAES 1999). Assim, trata-se de uma imperiosa e crescente necessidade a constituição de um eixo de nações emergentes capazes de **constituir-se em bloco estratégico** para assumir a defesa da sua soberania nacional e influir sobre as grandes decisões que irão reger a ordem planetária neste século XXI.

O Brasil e uma África continental **federada** – condição *sine qua non* para qualquer possibilidade de aliança estratégica – apresentam as mais nítidas condições político-econômicas para se constituírem num “núcleo duro”, em torno do qual se aglutinariam as nações estruturalmente enfraquecidas do planeta. Essas, ameaçadas de vassalagem política e militar pelas

grandes e superpotências mundiais, somente poderão sobreviver como entidades políticas autônomas dentro de um sistema coerente de autodefesa de seus interesses e da projeção internacional desses mesmos interesses.

Esse cenário pressupõe a interligação mundial como um fato irrecusável, com o qual os estados contemporâneos se vêem obrigados a lidar. Atualmente, quanto mais isolado um país, mais vulnerável ele fica, mais fragilizado se torna às pressões desestabilizadoras de seu entorno mundial. Nenhum país contemporâneo pode construir uma "Muralha da China" em torno de si. Nenhum país, principalmente nas circunstâncias atuais, pode viver isolado no mundo. De tal sorte, inserir-se sem riscos no ambiente mundial contemporâneo é uma questão de eminente prioridade de política exterior, mesmo porque essa questão incide diretamente sobre a capacidade do Estado de estabelecer e manter mecanismos de coesão e consenso no plano interior.

No mundo hegemônico surgido da queda abrupta do sistema bipolar, nenhum país dos Blocos "B" e "C" pode arriscar a sustentação de posições independentes sem o apoio da maioria dos países que constituem o sistema mundial. Isso significa que nenhum país latino-americano, seja qual for, jogaria um importante papel nas relações do mundo em gestação – muito menos um papel que implique a defesa plena da sua soberania nacional – sem primeiro se inserir num destacado dispositivo de alianças estratégicas a partir do qual possa fazer valer seus próprios interesses nacionais. Ou submissão, ou alianças estratégicas; não há termos intermediários. Porém, as alianças estratégicas implicam

e se alicerçam numa ampla rede de **confiança** entre os países aliados. No caso do Brasil, quais seriam as bases dessa confiança com países, tais como os da África, da Ásia, do Caribe e do Pacífico Sul?

É notável a posição internacional do Brasil, pós-ditadura militar, oposta a esse desequilíbrio mundial. No seu lugar, tem defendido, a partir da "abertura" de 1985, a instauração de uma nova ordem internacional multipolar e democrática, baseada no diálogo e na negociação entre os países, seja qual for seu nível socioeconômico ou poder militar. Ora, essas graves assimetrias que afligem a ordem internacional, inviabilizando um dialogo em pé de igualdade entre o bloco hegemônico euro-nipônico-estadunidense e os países subalternizados, **se replicam na estrutura sociorracial interna do Brasil.**

De fato, existe uma nítida correspondência entre as assimetrias que afetam a ordem internacional, baseada na hegemonia planetária de um punhado de países poderosos, industrializados e altamente militarizados, e as assimetrias sociorraciais existentes entre os "dois Brasis": um Brasil de origem europeia, cuja visão, poderio e riqueza o colocam automaticamente dentro do "Primeiro Mundo" hegemônico, e um Brasil de origem africana, cuja visão, pobreza e patrimônio cultural o engessam dentro dos parâmetros do bloco dos países subdesenvolvidos.

É, porém, **através desse Brasil negro, pobre e subalternizado**, que o Brasil, como um todo, poderá conseguir estabelecer, no século XXI, nexos e parcerias privilegiadas com os países subdesenvolvidos em geral

e, especificamente, com aqueles da África, do Caribe e do Pacífico Sul. Nesse sentido, a erradicação das disparidades sociorraciais internas se converte, ao seu modo, em um fator de política internacional. Como tal, o Estado brasileiro terá ainda outra razão a mais para expandir e reforçar aquelas medidas capazes de reverter o *status quo*.

Nesse sentido, reitero: a eliminação das estruturas históricas lastreadas nas iniquidades raciais internas, ao tempo que estabelecem as bases para uma nova sociedade alicerçada no respeito à cultura e à história do componente de origem africana, converter-se-á num **fator de suma importância estratégica** na pretensão do Brasil de se erguer, no século XXI, ao *status* de potência mundial. Seu caráter multiétnico e multirracial torna-se, assim, uma potencialidade política no marco de uma estratégia global de fortalecimento da identidade e da coesão nacional. Esse é, também, o sentido das novas disposições do Estado brasileiro, vistos num contexto geral. Concretamente, trata-se de quebrar o muro de preconceitos e ignorância que foi erigido pela escravidão em torno das questões atinentes à África e que, ainda hoje, em pleno século XXI, continua de pé, emperrando a convivência democrática dos brasileiros entre si.

Referências

DIOP, Cheikh Anta. **Les fondements économiques et culturelles d'un État fédéral d'Afrique Noire**. Paris: Présence Africaine, 1960; 1964. Existe uma tradução em inglês: **Black Africa, The Economic**

and Cultural Basis for a Federated State New York and New Jersey: Lawrence Hill Books and Africa World Press, 1978.

DIOP, Cheikh Anta. "Entrevista com Cheikh Anta Diop: raça, racismo e o lugar dos negros no destino da humanidade". In: MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 318-320.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo de política internacional. São Paulo: Contraponto Editora e Editora da Universidade de Rio Grande do Sul, 1999.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **Comunicado da Presidência No. 4**, "Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição". Brasília, 13 de maio de 2008, p. 5-6.

MIR, Luis. **Guerra Civil** – Estado e Trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

PETRY, Sabrina. Cresce o número dos que se definem negros. **Folha de S. Paulo**, 8 de junho de 2000, p. C9.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano** – 2000. Lisboa, Trinova, 2000. Cf. PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano** – Brasil 2005: racismo pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005.

3. A ÁFRICA E O BRASIL SOB A ÓTICA DE INTERESSES DIVERGENTES³⁴

Ìrohìn – O jornal *Estado de S. Paulo* publicou matéria sob o título: “Lula começa viagem à África em ato ao lado de ditador”, referindo-se à viagem do presidente Lula nesta semana a quatro países africanos, começando por Burkina Faso. Como o senhor avalia esta questão?

Carlos Moore – No sentido do que efetivamente aconteceu, o que publicou esse jornal é exato. Há vinte anos, em 15 de outubro de 1987, houve um golpe de Estado em Burkina Faso, no qual o presidente Thomas Sankara – um grande homem, um africano nacionalista e importante pan-africanista – foi covardemente assassinado durante um golpe urdido e comandado pelo atual presidente de Burkina Faso, Blaise Compaore. Junto com Sankara morreram assassinados doze outros dirigentes nacionalistas.

Ìrohìn – Quais as razões desse golpe sangrento?

Carlos Moore – Tudo se resume ao fato de que

³⁴ Carlos Moore. Entrevista concedida ao jornal *Ìrohìn*., em virtude da visita do presidente Lula a quatro países africanos – Burkina Faso, Congo-Brazzaville, África do Sul e Angola –, realizada de 15 a 18 de outubro, 2007. Publicada no site do jornal *Ìrohìn* Online: <http://www.irohin.org.br/onl/new.php?sec=news&id=2216>.

Burkina Fasso, antiga colônia francesa antigamente conhecida como "Alto Volta", escapou ao controle da França, em 1983, quando Sankara assumiu o poder e iniciou, com seus companheiros, uma verdadeira revolução social e política que eliminou rapidamente a corrupção, instaurou os direitos da mulher e implementou uma profunda reforma agrária. O novo governo revolucionário advogava pela unificação de todo o continente num só país federal, propugnava o não-pagamento das dívidas injustas contraídas com o Ocidente, começando, com isso, a revolucionar a sociedade. Sankara se colocou, assim, na mira da França. Aí se encontram as razões: essa turma que atualmente dirige Burkina Faso se encontra totalmente nas mãos do Ocidente, daquelas potências que têm atuado para o subdesenvolvimento e o atraso do continente africano, numa exploração incessante e sem misericórdia. O ano de 2007 marca, assim, o vigésimo aniversário dessa ação vil que não contribuiu em nada para o avanço do continente africano, senão para o seu atraso.

Irohìn – Sankara era um pan-africanista?

Carlos Moore – Absolutamente. Ele é amado em todo o continente, onde sua memória é venerada, como o é a de Patrice Lumumba. Como este, Sankara lutou para concretizar o projeto de unidade continental africana, proposta também defendida por líderes como o presidente Kwame Nkrumah, de Gana; Amílcar Cabral, de Guiné-Bissau; e Steve Biko, da África do Sul. Ou seja, os grandes pan-africanistas lutaram pela unidade do continente africano e muitos foram mortos

por seguir esse ideal. Sankara é um deles e sempre ficará no coração dos africanos dignos como um representante dos melhores interesses da África.

Ìrohìn – Como se explica que o presidente Lula tenha iniciado sua recente viagem à África por Burkina Faso, exatamente no dia do aniversário do assassinato de Sankara pelo presidente atual?

Carlos Moore – É um fato que a imprensa conservadora se utilizou dessa decisão da diplomacia brasileira para deslegitimar toda a política de aproximação com o continente africano. Não há dúvida de que estamos diante de um fato que surpreende. Houve, efetivamente, uma decisão por parte da diplomacia brasileira que eu, pessoalmente, não compreendo. Não se trata de um erro, pois aqueles que tomaram essa decisão conheciam os fatos. Portanto, aqui há duas questões: uma decisão que considero infeliz e o aproveitamento dessa decisão por forças contrárias tanto ao avanço africano quanto ao avanço do Brasil como Nação multirracial. É isso que considero duplamente triste, pois acredito na sinceridade pró-africana de Lula. Os argumentos apresentados na matéria de vários jornais parecem compatuar com essas forças conservadoras.

Ìrohìn – O senhor pensa que o presidente Lula tinha todos os elementos à mão antes de aceitar o convite do presidente ditador de Burkina Faso?

Carlos Moore – O presidente Lula é alguém que respeito muito. Lula é um dirigente com um passado extraordinário, que se distinguiu sempre por ser um adversário de toda forma de ditadura. Ele sempre lutou contra as forças contrárias à democracia. Com efeito,

não compreendi como o presidente Lula permitiu estar associado à figura desse ditador precisamente no dia aniversário de sua façanha assassina. Portanto, é muito triste ver aquele que efetivamente assassinou Sankara se utilizando desse momento para tentar enganar o resto do mundo, pois a figura de Lula é internacionalmente respeitada. Para mim, como pan-africanista, foi um momento de tristeza pessoal e constrangimento político.

Irohìn – Como se explica que os assessores do presidente não se atentaram para o fato de esse não ser o momento mais propício para ir àquele país, em especial nesta data?

Carlos Moore – Eu compreendo que os Estados têm sua própria lógica, a chamada “razão de Estado”. Trata-se de uma lógica diferente da que orienta as ações da militância política. Mas aqui está nítido que havia uma operação orquestrada pelo Estado neocolonial de Burkina Faso, dirigido pelo presidente Blaise Campaore, para fazer coincidir a visita de um grande e respeitado dirigente do Terceiro Mundo com o aniversário da tomada de poder mediante o assassinato de Sankara, evento que tem sido reprovado por todos os africanos nacionalistas e que se respeitam.

Irohìn – Qual é a sua avaliação do presidente Blaise Campaore?

Carlos Moore – Eu não tenho o menor respeito por esse dirigente, que se mantém no poder mediante sucessivas fraudes eleitorais, graças à intimidação de seus oponentes políticos e ao exercício do terror contra a população. Considero-o como um dos homens mais vis e, precisamente, um dos dirigentes menos capazes do

continente africano. Não irei me estender mais sobre sua pessoa, pois não acho que merece toda essa atenção.

Ìrohìn – Em que perspectiva o senhor coloca as relações entre o Brasil e a África?

Carlos Moore – Não podemos esquecer que se trata, fundamentalmente, de um continente enfraquecido, dominado pelo exterior e prostrado diante dos grandes interesses mundiais, após vários séculos de golpes duros, assaltos imperiais, intensos tráficos de escravizados e a conquista de todo o território continental pela Europa ocidental. A isso se agrega um processo de independência, a partir de 1957, já minado pelas relações neocolonialistas: a maioria esmagadora de líderes que chegaram ao poder já estava corrompida e entregue aos interesses hegemônicos mundiais. Tratava-se de elites coniventes com os interesses imperialistas e hegemônicos da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão. E, ultimamente, essas elites se mostram também coniventes com as ambições hegemônicas e neo-imperiais de grandes potências emergentes como a China. É nesse contexto global que se insere a relação Brasil-África que se inicia perante nós.

Ìrohìn – Quanto ao futuro da relação Brasil-África, sua avaliação é otimista ou pessimista?

Carlos Moore – Nenhum dos dois. Essa relação será o resultado dos encaminhamentos dados às condições concretas que a presidem e do que as sociedades civis africanas e brasileira permitirão que seja. Entre países, as relações ou traduzem a interação de estruturas que se encaixam de maneira harmônica porque se equilibram – são, portanto, simétricas –.

ou se encaixam de maneira desarmônica, porque são assimétricas. As relações políticas, econômicas ou militares obedecem a jogos de interesses, e não a embates sentimentais. Os interesses concretos, não a emoção, comandam o político e o econômico.

Irohìn – Quais são essas condições concretas a que o senhor se refere?

Carlos Moore – São muitos os elementos e bastante variados, mas se devemos resumir, eu diria que são os seguintes: a) uma sociedade civil africana enfraquecida, desarticulada, reprimida e com pouco poder de pressão sobre seus governantes, os quais são, em sua maioria, despóticos, corruptos, coniventes com os interesses exploradores do exterior, profundamente alienados culturalmente e atentos apenas a seus espúrios interesses materiais; b) um contexto internacional definido pela supremacia dos interesses de um punhado de nações imperialistas – médias, grandes e superpotências – que cobiçam as fabulosas riquezas minerais e materiais estratégicas do subsolo africano; c) uma indústria pujante no Brasil, em busca de campos de investimento e lucro, correspondente a uma economia em expansão digna de países altamente tecnológicos e perfeitamente industrializados, apesar do fato de o Brasil pertencer ao chamado Terceiro Mundo. Somado a isso, está um outro fator, de natureza ideológica: a existência no Brasil, fruto de um passado fartamente conhecido, de um desprezo profundo para com o continente africano, seus descendentes e sua história. Ou seja, de modo geral, as elites dominantes do Brasil, profundamente eurocêntricas e europeizadas, admiradoras dos métodos

norte-americanos e das normas e padrões euro-ocidentais, não consideram a África como parceiro a se respeitar, mas como o “Continente Negro” provedor de escravos, digno de ser explorado e humilhado. Essas elites têm, em suas mãos, praticamente todos os meios de comunicação e, assim, podem forjar – e forjam – todas as imagens distorcidas sobre o continente africano. Por sua vez, esse monopólio sobre a mídia poderá permitir que a opinião pública e a própria sociedade civil brasileira se mostrem omissas diante e até coniventes com a exploração desse continente. É aí onde reside o perigo: que, pouco a pouco, a opinião brasileira seja manipulada num sentido contrário a uma empatia e um sentimento de solidariedade com o continente ancestral da maioria da população do país.

Irohìn – Somando a dimensão política e os aspetos propriamente econômicos, o que dizer sobre a investida do governo brasileiro em países africanos como Burkina Faso, Angola, Congo e África do Sul?

Carlos Moore – Sabemos que um chefe de Estado deve defender os interesses de todos os seus concidadãos. Os interesses econômicos do país são pontos-chave a ser protegidos pelo chefe de Estado. Na medida em que esses interesses são representados pelos setores que marcam a presença do país no cenário internacional – em especial a indústria e o comércio –, é lógico que o presidente do Brasil trate de abrir novos caminhos para os investimentos das empresas, das companhias nacionais e multinacionais de seu país, como qualquer outro chefe de Estado o faria. Isso é algo que está previsto na lógica do poder de um chefe

de Estado. Nisso, não há mistério algum. Por outro lado, o continente africano é objeto da cobiça internacional por causa da extraordinária riqueza mineral existente em seu subsolo. Dos 48 minerais considerados estratégicos pelo mundo industrial de alta tecnologia, a África monopoliza não menos que 38. Não é por acaso que a África tem sido chamada de “escândalo geológico”. É por esse motivo que África figura como alvo privilegiado das potências mundiais e será ainda mais neste século. Nesse momento, a China põe em curso uma das maiores operações dirigidas aos 53 países africanos. A China está interessada na exploração e na aquisição desses materiais estratégicos. E não somente ela, mas o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, a Turquia, o Irã; ou seja, todas as potências emergentes. O campo daqueles países que se interessam pela África, antes restrito às grandes potências europeias, agora se ampliou. Já não se trata apenas das antigas potências coloniais, como França, Itália, Espanha, Portugal, Inglaterra, mas ainda da Alemanha, da Rússia e até da Polônia. Todos esses países estão interessados na África. É dentro desse jogo de interesses que se situa o Brasil, país que também busca ser uma potência no século XXI. Logicamente, isso representa riscos para o continente africano, mas também poderá comportar elementos positivos para esses países.

Irohìn – O que predomina na investida do Brasil no continente africano, a sensibilidade política ou os interesses puramente econômicos?

Carlos Moore – Para mim, não há dúvidas de que são os interesses econômicos os que primam, embora

seja possível admitir como sincera a simpatia expressa pelo chefe de Estado do Brasil para com esse continente. Não duvido da sinceridade do presidente Lula, mas também não duvido que sejam os interesses concretos do Brasil que comandam a sua política internacional, a qual está fundamentada em interesses econômicos e comerciais. Ora, esses interesses se exprimem num contexto internacional bem definido: a supremacia planetária dos Estados Unidos e, como resposta a essa hegemonia unilateral, a emergência de novos pólos de poder no mundo. O Brasil, nona ou décima economia mundial, é um desses possíveis pólos que aspiram ao *status* de grande potência.

Ìrohìn – Apesar da nova aproximação entre o Brasil e os países da África, pode-se afirmar que testemunhamos ainda uma relação entre “desiguais”?

Carlos Moore – Não se pode pretender que exista equilíbrio entre o Brasil, país unificado, forte e nona economia do planeta, e um continente mesmo que tão gigantesco quanto a África, mas fragmentado em 53 países paupérrimos e enfraquecidos politicamente. O peso internacional do Brasil excede ao peso de todos os países da África Central, por exemplo. Essa é a realidade. A própria mídia brasileira tem enfatizado, nesses últimos dias, o desequilíbrio entre o Brasil e os países da África e sublinhado, não sem uma ironia perversa, que o orçamento de Burkina Faso, país de cerca de 15 milhões de habitantes, representa somente 10% do orçamento de uma única multinacional brasileira: a Petrobrás! O Brasil é um país-continente unificado federalmente, forte, atuante no plano internacional e capaz de defender

suas fronteiras se essas se virem ameaçadas. A África é tudo ao contrário disso: não há nem sequer um projeto concreto de governo articulado em nível federal. O Brasil é um país forte, pujante, tecnologizado, cuja economia e indústria estão impulsionadas pelas multinacionais locais. Estas avançam agora pelo mundo em busca de lucro, de matérias-primas e expansão comercial. Os 53 países africanos, em vez disso, são majoritariamente exportadores de produtos brutos de extração, como petróleo, ouro, diamante, tungstênio, urânio e cobre. Os exércitos africanos servem unicamente para exercer a repressão contra seus povos, ou para montar golpes de Estado, e não para a defesa dos países africanos contra qualquer ameaça externa.

Ìrohìn – O que deve, então, ser superado para possibilitar o estabelecimento de uma relação justa e eqüitativa entre essas partes?

Carlos Moore – São vários os obstáculos, em ambas as partes, a serem superados para o estabelecimento de uma relação de igual para igual entre Brasil e África. Os próprios dirigentes africanos, na sua maioria, constituem-se em grandes entraves. De modo geral, boa parte desses governantes não busca estabelecer esse tipo de relação eqüitativa com o resto do mundo. Lembre-se de que a maioria deles chegou ao poder não por representar os melhores interesses de seus países, mas porque foram colocados lá pelas potências imperialistas ocidentais e para defender os interesses dessas. É por aí que temos que começar. Iniciado com a independência de Gana, em 1957, e da Guiné, no ano seguinte, o processo de descolonização se expandiu por

praticamente todos os países africanos a partir de 1960. Como resultado, levou ao poder verdadeiros dirigentes nacionalistas, poderosos pensadores, grandes homens de Estado que pensavam em nível do continente e queriam a integração do continente. Esses líderes almejavam que a África deixasse de ser fragmentada, que se tornasse uma África federativa, com um governo central e forças armadas únicas, com um parlamento e uma nacionalidade única. Entre esses dirigentes clarividentes que pensaram essa África, estavam os presidentes Kwame Nkrumah, de Gana; Sékou Touré, de Guiné; Modibo Keita, do Mali; Alphonse Massamba-Débat, do Congo-Brazzaville; bem como o primeiro-ministro do Congo Patrice Lumumba; e o presidente Julius Nyerere, da Tanzânia. Esses grandes líderes foram seguidos por outros não menos importantes como Amílcar Cabral, de Guiné-Bissau; o próprio Steve Biko e Nelson Mandela, da África do Sul, e Thomas Sankara, de Burkina Faso. Estavam fundamentados num conceito de África radicalmente diferente do utilizado pelos dirigentes neo-colonais de hoje.

Ìrohìn – O que aconteceu com esses dirigentes nacionalistas?

Carlos Moore – Esses dirigentes clarividentes, que chegaram ao poder com o processo de descolonização e lutaram pela independência da África, foram derrubados com sangrentos golpes de Estado ou assassinados, a exemplo de Lumumba; Cabral; Muritala Muhammed, da Nigéria; e ainda Eduardo Mondlane, de Moçambique. Em um período de menos de trinta anos, não menos que 38 importantíssimos dirigentes africanos foram

assassinados em circunstâncias que, na maioria dos casos, ainda não foram elucidadas. Ou seja, essas lideranças desapareceram seja pela via dos golpes de Estado, seja pela via dos assassinatos. A África nacionalista e pan-africana foi decapitada! Isso forma parte da explicação de porque a África está na atual situação de subdesenvolvimento terrível. Seus grandes líderes e pensadores foram dizimados. E quem tomou o poder em seus lugares? Observe a longevidade dos atuais governos e você verá que aqueles que estão no poder chegaram lá ou colocados pelos países do Ocidente ou urdindo sangrentos golpes de Estado em favor do Ocidente, em muitos dos casos matando aqueles que se opunham à exploração da África e que tinham grandes e inovadoras ideias sobre como emancipar e federar o continente. Então, eu diria que um dos grandes obstáculos para que o continente africano estabeleça uma relação em pé de igualdade com o resto do mundo são esses próprios dirigentes africanos. Em sua imensa maioria, as atuais elites africanas são, nesse sentido, um importante fator de subdesenvolvimento do continente africano.

Ìrohìn – Por que exatamente?

Carlos Moore – A maioria das elites africanas de hoje trabalha para manter a velha troca desigual, iniciada antes mesmo dos séculos XV-XVI, porque essa situação as beneficia. Há séculos atrás, isso correspondia ao envio de mão-de-obra africana escravizada para os grandes centros imperiais da época: primeiro o Oriente Médio e depois a Europa. Há toda uma história dessa troca desigual com os países africanos que se instaura

a partir do momento em que o império árabe, nascido no século VIII, se tornou dominante no mundo. Quando esse império, que durou mais de oitocentos anos, cai e começa a emergir o império europeu ocidental, a mesma relação assimétrica se manteve. Ainda hoje, ela está de pé e favorecendo os interesses das elites africanas. É chocante dizer isso, e ainda mais aceitá-lo, mas essa é a realidade. Assim, essas elites são uma importante peça na trama da manutenção dos nexos colonialistas de ontem e dos possíveis nexos neo-colonialistas e neo-imperialistas de amanhã.

Ìrohìn – Ainda pensando sobre os obstáculos, o que dizer sobre o contexto brasileiro?

Carlos Moore – No Brasil, as coisas acontecem de outra maneira. Aqui as elites dominantes são poderosas e defendem bem seus interesses nacionais. Entre essas elites, há setores que cobiçam as matérias-primas africanas. São interesses criados pelas grandes companhias multinacionais brasileiras que já têm força suficiente para intervir fora das fronteiras deste país. Atualmente, as empresas brasileiras estão investindo bastante em vários países latino-americanos e fazem um grande esforço para estabelecer relações com o resto do mundo. Isso é parte de toda uma trama do mundo capitalista atual. Portanto, essa tentativa brasileira de se implantar na África não é nada anormal; ela faz parte da dinâmica preponderante no planeta, dominada pela economia liberal.

Ìrohìn – Mas, há pouco o senhor se referiu à existência de forças conservadoras que atuam no Brasil. Como classificá-las?

Carlos Moore – É preciso apontar para o fato de que o Brasil dispõe de um sistema muito complexo pelo fato de ser um conjunto nacional muito parcelado. Tanto os interesses econômicos quanto os políticos são fragmentados. Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste correspondem a realidades socioeconômicas e históricas diversas, muitas vezes divergentes. Aqui neste país, não há forças conservadoras simplesmente homogêneas, senão que existem vários setores de conservadorismo. De igual maneira, há diferentes forças progressistas neste país. Trata-se, justamente, de um quadro bastante complexo. Aqui, há forças conservadoras agindo em sentidos diferentes. Por exemplo, há grupos que se opõem aos laços com a África, embora isso beneficie o Brasil e as empresas brasileiras. Assim, a política africana, que o governo Lula tenta estabelecer com o apoio de um conjunto de empresas brasileiras, representa os interesses de grupos com uma visão bem melhor definida acerca dos interesses nacionais, do que aqueles setores mais retrógrados, que demonstram uma total falta de interesse pelas relações com os países africanos.

Ìrohìn – Esses laços beneficiariam a quem, fundamentalmente?

Carlos Moore – De fato, nesta altura, eu não sei até que ponto esses laços atuais favorecem os povos africanos. O certo é que, pelo momento, esses laços vão beneficiar as elites africanas, por uma parte, e, sobretudo, a economia e as empresas brasileiras. Apesar disso, há forças conservadoras que não querem o estabelecimento desses laços com a África. Essas

forças conservadoras – não apenas no Brasil, mas em todo o continente americano – são tradicionalmente negrofóbicas; herdaram da história um ódio e um desprezo para com o continente africano que as cega ao ponto de se oporem ao desenvolvimento de relações econômicas entre suas empresas nacionais e os países africanos, embora essas relações – repito – favoreçam às suas próprias economias.

Ìrohìn – Então, o senhor acha que essas relações serão inevitavelmente neocoloniais?

Carlos Moore – Nas condições que acabo de descrever, seria um milagre que isso não acontecesse; e eu não acredito em milagres. Para mim, é evidente que todas as condições estão dadas para que a relação Brasil-África não seja diferente das relações que o resto das nações poderosas do mundo tem estabelecido e mantido com esse continente. Todas as condições estão dadas para que as relações Brasil-África evoluam na direção de relações neocoloniais, com o Brasil assumindo, pouco a pouco, o papel cada vez mais acentuado de uma potência hegemônica, mas com cara “simpática”. Até porque o atual cenário de um mandatário simpático para com os verdadeiros interesses africanos pode não se estender além do mandato do presidente Lula. Tudo vai depender da convivência ou não da própria sociedade civil brasileira na situação que nos interessa.

Ìrohìn – Essas relações estão condenadas a evoluir negativamente. É isso?

Carlos Moore – As relações neocolônias surgem sempre de profundos desequilíbrios estruturais entre nações. Sobre essas relações vêm incidir, logo após, as

elaborações ideológicas, que garantem a hegemonia do parceiro mais forte sobre o outro que se vê cada vez mais subalternizado na relação desigual. Como eu disse, no que diz respeito ao Brasil, o fator ideológico se dá na existência de uma superestrutura nacional negrofóbica e antiafricana, legado da escravidão. No Brasil, indiscutivelmente, mesmo diante de insistentes negações, existe um forte racismo estrutural e sistêmico, o qual está profundamente enraizado no imaginário social. Esses são fatores graves que não podem ser esquecidos, nem minimizados, quando se fala da África. Para se ter a medida disso, só é necessário observar como a mídia brasileira trata cotidianamente os problemas que atingem o continente africano: com um extremo grau de desprezo, insensibilidade e desrespeito, promovendo mentiras, meias-verdades e omitindo os fatos que, facilmente, poderiam explicar até os maiores horrores protagonizados nesse continente pelas suas elites neocoloniais e corruptas. Não há simpatia ou empatia nas reportagens para com os povos africanos, senão a vontade de apresentar o "Continente Negro" como algo bestial, um buraco escuro e sujo, primitivo, bárbaro, ameaçador! Ou seja, a África é apresentada na mídia nos mesmos termos que são apresentadas as favelas das grandes cidades brasileiras.

Irohìn – Então, o senhor acha que um dia também possa surgir um imperialismo brasileiro?

Carlos Moore – A experiência histórica nos demonstra que qualquer nação poderosa, a despeito de seu perfil inicialmente democrático, pode se converter numa nação hegemônica, dominadora e abusiva

em relação aos países mais fracos. Esse é o caso, especialmente, quando os interesses nacionais estão atrelados aos interesses econômicos e financeiros das grandes empresas nacionais de porte multinacional. Nesse sentido, o Brasil pode, sim, eventualmente, se converter num subimperialismo ou imperialismo no século XXI. Não existe imunidade natural contra a arrogância nacional, o chauvinismo nacional ou o racismo nacional. Não há antídoto algum que garanta que uma nação poderosa não se converta numa nação imperialista. Os exemplos dos Estados Unidos e de Israel mostram-nos a veracidade dessa ponderação. Pelo contrário, temos de ficar muito atentos e muito lúcidos. A lucidez política, a atenção meticulosa à evolução das relações com os países africanos, exige a vigilância constante da sociedade civil. Não vejo outra maneira para garantir que essas relações se mantenham dentro de um perímetro ético minimamente aceitável.

Ìrohìn – Pensando na edificação de relações mais eqüitativas, qual papel a ser desempenhado pela sociedade civil e, em particular, pelos movimentos sociais neste momento?

Carlos Moore – A sociedade civil tem, de maneira permanente, uma parte de responsabilidade na direção em que se orienta a condução da política exterior dos países. Está incumbida de assumir ou não essa responsabilidade. Eu acredito que, no caso que nos interessa, é justamente a sociedade civil que deve ser o contrapeso à ação e aos interesses das grandes empresas. É óbvio que o objetivo das empresas é o lucro e que tendem, fatalmente, a participar na espoliação do

continente africano. Isso está de acordo com a lógica do capitalismo mundial. Há um setor de ponta na economia brasileira, tecnologicamente avançado, que não deixa nada a desejar aos outros países. Está claro que esse setor está interessado em ter acesso às matérias-primas e ao mercado africano. Neste momento, a África representa um mercado crescente, onde os produtos manufaturados do Brasil vão encontrar um excelente espaço de escoamento. Assim, como as companhias chinesas, japonesas, iranianas e indianas, as brasileiras também estão interessadas em explorar e ampliar esse espaço. Essas companhias não vão priorizar o impedimento de métodos injustos de exploração dos africanos. Eu penso que isso não vai ser um ponto decisivo na atuação dessas companhias. Mesmo porque não tem sido a realidade aplicada pelos outros Estados que estão atuando na África atualmente. Os próprios chineses não estão nem um pouco preocupados em saber se os trabalhadores empregados nos países africanos estão protegidos sindicalmente ou não. Eles estão simplesmente interessados em dispor de uma força de trabalho mais barata e de se apropriar dos recursos do continente, pagando o menos possível por eles.

Irohìn – Qual o papel da sociedade civil brasileira em tudo isso?

Carlos Moore – A resposta se encontra no reforço imediato da capacidade de intervenção democrática tanto da sociedade civil brasileira quanto da africana. As forças democráticas dentro do Brasil, sejam negros ou brancos, devem se coligar para se constituir como um fato de contrapeso político. Caso não seja assim, corre-

se o risco de que a história se repita e que, da imagem de um país "simpático, alegre, sambista e futeboleiro", o Brasil vire, para a África, uma simples nova potência neocolonial. As multinacionais brasileiras terão de ser levadas a compreender que é de seu interesse, a longo prazo, contribuir para o bem-estar dos povos africanos, ao tempo que acumulam lucros nesse continente. E, também, terão de ser levadas a compreender que não é sustentável lucrar na África e ignorar a pobreza endêmica da África doméstica do Brasil. As interconexões entre essas duas realidades, embora não sejam tão visíveis agora, tenderão a aumentar no futuro próximo e haverá que ajudar as empresas multinacionais brasileiras a compreendê-las rapidamente. Ou seja, há que ajudar a avançar a causa da federalização da África, por uma parte, e ajudar a reduzir as desigualdades sociorraciais no Brasil, por outra. As multinacionais brasileiras podem contribuir positivamente em ambos os sentidos, o que contribuiria para simetrizar a relação com a África, ao tempo em que criaria um ambiente de confraternização democrática dentro do Brasil.

Ìrohìn – E quais são as possibilidades reais de a sociedade civil fazer frente a isso?

Carlos Moore – A sociedade civil terá de descobrir o modo de intervenção para ter um peso na política internacional do Brasil, pelo menos no que diz respeito à África. Vimos como a população negra dos Estados Unidos se organizou para constituir verdadeiros *lobbies* que forçaram o governo americano a recuar na África do Sul. Os Estados Unidos eram absolutamente favoráveis ao regime do *apartheid*, bem como apoiavam

militar, econômica e politicamente todos os governos de segregação que se instalaram nesse país. Foi só a partir da mobilização e da ação da sociedade civil que isso começou a se modificar. Foi o pastor Leon Sullivan o primeiro a propor a política pelo fim de investimento na África do Sul, a qual ficou conhecida como "O Princípio Sullivan". A partir daí, constituíram-se vários *lobbies* de negros americanos, dirigidos pela entidade *Trans-Africa*, que pressionaram o governo e ameaçaram as empresas multinacionais americanas de boicote caso continuassem a investir na África do Sul. Esse é um bom exemplo de intervenção eficaz e positiva da sociedade civil da diáspora para salvaguardar os interesses da sociedade civil africana. Ainda hoje, a sociedade civil africana está bastante enfraquecida. Há, portanto, que ajudá-la a crescer e se fortalecer. Os movimentos sociais africanos têm sido tão reprimidos pelas ditaduras de seus países que é somente nos últimos quinze anos que começa a haver uma reorganização da sociedade civil, de modo a essa ter uma vida independente. Há que ajudar e incentivar esse processo de ressurgimento da sociedade civil africana.

Ìrohìn – Quais as medidas concretas que o senhor sugeriria?

Carlos Moore – Em primeiro lugar, eu sugeriria que a sociedade civil constituísse um órgão incumbido especificamente de acompanhar e monitorar as relações Brasil-África. Isso se converte cada vez mais numa necessidade imperiosa. Em segundo lugar, a sociedade civil, através desse órgão, deve definir um código ético e político que deverá ser aplicado nas ações de

monitoramento e pressão sobre as empresas brasileiras atuantes no continente africano. Esse código, que deverá ser discutido com as próprias empresas e com os órgãos de política exterior do Estado, deve ir ao encontro dos anseios da sociedade civil africana. Até agora ninguém tem exigido isso: que o Estado e as empresas multinacionais brasileiras se subscrevam a um código de conduta nos países africanos, de modo a explicitar o que farão e não farão ao tempo em que buscam seus espaços de lucro lá. A meu ver, essas são algumas das precondições para que o engajamento político e econômico brasileiro na África não caia na espiral do neoimperialismo, como já está acontecendo com as relações da China com os países desse continente.

Irohìn – Quais os fatores que poderiam influenciar numa evolução positiva no caso do Brasil, contrariamente ao que acontece com a China?

Carlos Moore – Ao contrário da China, da Índia, da Europa ou do Japão, a maioria da população brasileira tem suas origens no continente africano. Precisamente por isso, eu penso que é o dever do movimento social e da sociedade civil brasileira zelar para que a intervenção econômica do Brasil naquele continente leve em consideração os interesses das sociedades civis africanas e dos povos por elas representados, os quais não estão sendo defendidos nem mesmo pelos governos africanos na sua maioria. Esse é um dos grandes deveres da sociedade civil brasileira, bem como de todas as forças democráticas deste país: defender os interesses da sociedade civil africana. Todas as forças democráticas brasileiras devem reconhecer que a África foi almejada

e esmagada historicamente, e que, portanto, não é possível que o Brasil siga contribuindo, como fez no passado escravista, para a regressão desse continente. É responsabilidade da sociedade civil democrática zelar para que a intervenção econômica do Brasil na África seja, senão benéfica para os povos africanos, pelo menos não catastrófica ou absolutamente negativa. Há que impedir que surjam relações neocolonialistas entre o Brasil e o continente africano.

Irohìn – Em poucas palavras, como o senhor definiria uma relação sã entre o Brasil e a África, baseada na cooperação?

Carlos Moore – De maneira sucinta, eu diria que um terreno sólido, saudável e mutuamente profícuo para se firmar uma cooperação entre o Brasil e o continente africano pode ser estabelecido mediante a definição das bases políticas e econômicas para uma parceria estratégica África-Brasil no século XXI. Trata-se de uma questão de vontade política por ambas as partes. Concretamente, o Brasil pode ajudar o continente africano a superar seus problemas crônicos através da concretização de um processo que conduza à unidade federal continental africana, coisa que o Brasil já tem feito consigo mesmo. Nessa ótica, o Brasil pode chegar, até mesmo, a se constituir na maior influência externa que empurre o continente africano à sua federalização imediata. Tal processo seria proveitoso para este Brasil que emerge como grande potência e precisa de aliados fortes para se defender. Por sua vez, a África, como um todo, pode ajudar o Brasil a resolver seu maior dilema interno: o problema sociorracial. A África pode

ajudar este país a operar uma transição tranquila para uma verdadeira democracia multirracial mediante o empoderamento político, econômico e social da maioria populacional brasileira, que é de ascendência africana. Isso é, de todos modos, inevitável historicamente. A África, também, precisa de um Brasil forte como aliado para se defender da legendária cobiça das grandes potências externas por seus recursos naturais. Assim, há lugar para uma parceria estratégica sã entre o Brasil e o continente africano em torno da definição de uma agenda comum de longo prazo, visando à eliminação dos grandes desequilíbrios internos e internacionais que se constituem, tanto para o Brasil quanto para a África, em perigosos fatores de ruptura e de conflitos violentos. Juntos, o Brasil e a África continental federalizada podem definir os termos de uma grande aliança para o futuro. Ao fazerem isso, o Brasil e uma futura África federalizada poderão constituir o centro de um novo bloco estratégico de países do Atlântico Sul. Tudo giraria em torno da elaboração de um grande projeto em nome da democratização simultânea e concatenada do âmbito internacional e do universo doméstico das nações que compõem a comunidade internacional. Essa seria a maior contribuição para a estabilização e a democratização da ordem internacional no século XXI, no sentido de uma descentralização multipolar que beneficie o planeta, apague as guerras e contribua para a felicidade dos povos.

4. O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA NA PERSPETIVA DA EMERGÊNCIA DO BRASIL COMO POTÊNCIA MUNDIAL

Este estudo se concentrará na interrelação existente entre o contexto sociorracial doméstico e o contexto internacional, no qual o Brasil evolui como Estado e Nação. Existiria, porém, uma correspondência entre as relações internacionais e as relações sócio-raciais na arquitetura mundial? Pretende-se mostrar que sim. Essa articulação se dá através de uma vinculação cultural e política com o continente africano, a qual determina que uma melhor compreensão da história das sociedades africanas e dos povos afrodescendentes permite maiores possibilidades de articulação internacional do Estado brasileiro. Tal relação tenderá a crescer na medida em que se afirme a autonomia do Estado brasileiro no cenário mundial.

O impacto da Lei 10.639/03 sobre o ensino superior

Uma das consequências da Lei 10.639/2003, e as disposições correlatas,³⁵ reside no fato de ter re-

³⁵ Cabe lembrar que, juntamente com a Lei 10.639/03, existe o Art. 9º, do parágrafo 2º, alínea "C", da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e o

introduzido a Universidade no centro das reflexões políticas sobre os desdobramentos das dinâmicas sociorraciais como um dos grandes elementos definidores da vida e do porvir nacional. As possibilidades abertas pela Lei 10.639/2003 são, portanto, de natureza política tanto interna quanto internacional, embora esse último fato não apareça de imediato.

Entre os possíveis impactos internos, destacam-se: a) maior coesão nacional, num momento de crescentes dinâmicas desintegradoras no mundo inteiro (União Soviética, Balcãs, Checoslováquia, Iugoslávia, Sri Lanka, Indonésia etc.); b) reforço do convívio nacional com a derrubada do muro de ignorância e incompreensão que existe no Brasil, separando os descendentes de europeus dos descendentes de africanos e dos povos indígenas; c) construção de uma nova identidade nacional brasileira a partir de fatos históricos reais e de dados socioeconômicos concretos, em substituição ao mito-ideologia da democracia racial. Como sabemos, essa excrescência ideológica desvirtuou completamente a visão que os brasileiros têm de si mesmos e de sua realidade nacional, o que diminui sobremaneira a credibilidade do Brasil no cenário internacional

Efetivamente, há interrelação entre o contexto sociorracial doméstico e o contexto internacional, no qual o Brasil evolui como Estado e Nação. Também demonstramos a existência de correspondências de todo tipo entre as relações políticas internacionais e

parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004, peça indispensável ao conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais, homologadas pelo Ministro da Educação, em 2004.

as estruturas sociorraciais dos diferentes membros da comunidade mundial. De tal sorte, os estudos sobre a história da África e das diásporas africanas deverão ser conduzidos, no Brasil, numa perspectiva na qual se entrelacem as exigências nacionais brasileiras e as ambições políticas do continente africano em um contexto mundial cada vez mais hostil a ambas.

Um novo olhar objetivo sobre a África se converte numa exigência pragmática, acadêmica, cultural e política. As medidas capazes de garantir a generalização do ensino da história da África num país onde prepondera, cultural e demograficamente, o componente surgido desse continente, correspondem, de maneira incontestável, a uma perspectiva de construção **nacional** de longo alcance.

Estudos transversais alternativos para acompanhar as mudanças do século XXI

O Brasil está mudando, sim, e saber acompanhar essa mudança positivamente é o grande desafio que se apresenta aos indivíduos generosos e às comunidades que constituem o corpo desta nação. Em lugar de entorpecê-la, impulsioná-la ainda mais ao futuro, avançá-la no século XXI. O sentido das aspirações das pessoas de espírito democrático, inspiradas na possibilidade de convivência harmônica multirracial, deve ser orientado para o futuro, e não retroagido para o século XIX, embora este seja o desejo de muitas pessoas, aterrorizadas com as conseqüências dessa mudança brasileira.

A Lei que, pela primeira vez neste hemisfério,

estigmatiza o racismo como crime inafiançável, mesmo se vendo obstaculizada em sua aplicação e inoperacionalizada pelas forças conservadoras que atuam no judiciário e na polícia, afirma que algo está mudando no Brasil. Por sua vez, a Lei que institui como obrigatório o ensino da história do segmento da população brasileira que constitui mais da metade da sua população (Lei 10.639/03), que também obriga o ensino da história, culturas e civilizações do continente de onde proveio essa parte do povo brasileiro, apesar de parcial, titubeante e ainda não consolidada, é também um indício da existência desse **momento** de mudança do Brasil.

As disposições que instituem as quotas socioraciais nas universidades, mesmo encontrando entraves onde quer que se constitua, mesmo chocando-se às hostilidades dos segmentos conservadores, assustam por serem algo que, enfim, toca em homens e mulheres que se mostram hostis a qualquer mudança que possa significar, mesmo a longo prazo, a limitação de seu acesso monopolístico aos recursos da nação. Isso é, de qualquer modo, com todas as imperfeições, um signo claro, patente, eloqüente de que **o Brasil está mudando**.

Mudando sob o impulso das ações sociais e políticas de muitos atores da sociedade civil. Destacadamente, sob as investidas do mais novo ator que chega à visibilidade, embora sempre tenha atuado para mudar esta sociedade: o movimento social da comunidade afrodescendente do Brasil.

Mais do que nunca, neste século perigoso no

qual o planeta está sob o controle da arrogância militar e hegemônica de um punhado de membros da comunidade mundial, é necessário que o Brasil, país multirracial e multicultural, possa intervir positivamente nos assuntos do mundo, e dar voz a novas propostas para por fim às injustiças sociais, às opressões políticas, às discriminações diversas e aos desequilíbrios de todo tipo que, em fim de contas, são sempre as causas das guerras, tanto civis quanto internacionais.

O desafio de criar uma Nova Universidade é, portanto, uma meta de toda uma comunidade, além da comunidade de Salvador, da Bahia e do nordeste do Brasil. É uma meta além da própria comunidade negra do Brasil. Ela é uma meta de toda uma nação que emerge, a nova nação brasileira, que se busca, se auto-redefine e se reorienta. A coesão nacional é algo do qual nenhum país, especialmente se periférico, poderá prescindir no mundo contemporâneo se pretende evoluir de maneira autônoma. Ora, essa coesão se dá somente quando o corpo social, como um todo, consolida na sua consciência nacional a necessidade imperiosa de uma convivência em pé de igualdade entre os diferentes segmentos.

A busca da pluralidade, no século XXI, equivale à busca de um norte civilizador. A luta contra o racismo se torna inseparável da consecução de uma nova ordem de justiça e equidade, tanto no interior das nações quanto no ambiente internacional. O respeito à diversidade no plano doméstico é, por consequência, um fator de relações internacionais, na medida em que amplia as possibilidades diplomáticas e estratégicas do Brasil, ao

aumentar o espaço de credibilidade política e confiança que nele possam depositar as nações do Terceiro Mundo - majoritárias na comunidade internacional e que clamam por uma nova ordem internacional governada pela justiça social, econômica e política, regida pelas negociações e não pela brutal força militar-econômico-tecnológica.

As sociedades que melhor souberem lidar com as diferenças e integrar as dinâmicas próprias ao jogo da diversidade (de gênero, raça, orientação sexual e cultural) serão política e socialmente mais eficazes e, por que não dizer, mais aptas a se desenvolver no século XXI. Serão condenadas ao fracasso as sociedades que não puderem sustentar mecanismos de consenso baseados na negociação de espaços diferenciais entre os segmentos desiguais da sociedade.

O século XXI vai requerer lideranças multiculturais e de maior diversidade em todos os sentidos; ou seja, exatamente o oposto do que hoje se observa nas chancelarias latino-americanas que continuam refletindo perfeitamente a realidade monocromática do poder político, econômico e social na América "Latina". Basta olhar para o corpo diplomático dos países da América Latina, para se ter o retrato fiel das desigualdades étnico-raciais e a ausência de diversidade que caracterizam as sociedades latino-americanas em geral. No entanto, o discurso oficial e ideológico dessas nações se baseia precisamente na exaltação da "mestiçagem" e do caráter policromático de suas sociedades.

A despeito disso, num estado multirracial ou multiétnico, a ignorância do Outro tem um caráter

desagregador. Quando à ignorância se agregam os preconceitos enraizados na história, o resultado é a corrosão progressiva da consciência nacional, base do sentido de nação. Ora, o século XXI é um período da história humana no qual os maiores conflitos já se anunciam em torno as questões: 1) da diversidade étnico-racial; 2) da diversidade de civilização (cultura e religião); e 3) da diversidade de pólos mundiais de poder (multipolarismo). Nesse contexto, a busca e a compreensão das diversidades se constituirão em parâmetros norteadores para a construção das nações tanto quanto das relações entre os países.

Não é demais reforçar que a eliminação das estruturas históricas lastreadas nas iniquidades raciais internas, ao tempo que estabelecem as bases para uma nova sociedade, ~~alicerçada~~ ^{alicerçada} no respeito à cultura e à história do componente de origem africana, converter-se-a num **fator de suma importância estratégica** na pretensão do Brasil de se erguer, no século XXI, ao *status* de potência mundial. O caráter multiétnico e multicultural do Brasil torna-se, assim, uma potencialidade política no marco de uma estratégia de *advocacy* de um mundo multipolar que concilia vias alternativas de desenvolvimento humano.

Com efeito, tal incremento em sua capacidade no âmbito internacional não pode prescindir de políticas de Estado deliberadamente voltadas para a consecução da equidade no plano doméstico. Considerando-se que, no caso específico do Brasil, os segmentos-alvo da marginalização sociorracial e política correspondem a pelo menos metade da população, torna-se ainda

mais evidente a interligação crescente entre a projeção internacional do Brasil e a sua capacidade de garantir uma coexistência democrática dentro de suas fronteiras.

As assimetrias na ordem interna deste país representam o objeto que se busca atingir mediante a promoção do princípio da pluralidade étnico-racial em todos os campos e a abertura de possibilidades iguais para todos os brasileiros. É nesse contexto que se deve analisar a importância da promulgação dessas novas leis e medidas sobre diversidade étnico-racial, voltadas para a redução do abismo entre os dois Brasis³⁶ e para que a nação passe a evoluir num sentido diferente dos moldes atuais. Sabemos que foram dinâmicas análogas que, em última instância, provocaram a implosão do estado multiétnico e multiracial soviético (CARRERE D'ENCAUSSE, 1990), apesar de seu enorme poderio militar, tecnológico, científico, econômico e industrial, assim como de outros países da Europa Oriental.

Tendo em consideração o fato de que a reivindicação de multipolaridade no âmbito internacional terá que ser

36

A medida do abismo profundo existente entre esses dois Brasis, pode ser avaliada com os dados contidos nos seguintes trabalhos: SANT'ANNA, Wania. "Desigualdades Étnico/Raciais e de Gênero no Brasil: as relações possíveis do IDH e do IDG", JORNAL DA REDE FEMINISTA DE SAÚDE, mar/2001, in: <http://www.redesaude.org.br/jornal/html/bodyjr23-wania.html>, 16/mar/2004; HERINGER, Rosana "Desigualdades Raciais no Brasil", in: <http://www.enzp.org.br/relatoriosana.html>, 21 fev/2004; SINGER, Paul, "Social Exclusion in Brazil", ILO DP/94/1997 (1997), in: <http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/1997dp94/index.html>, 21/fev/2004; Inter-American Trade Union Institute for Racial Equality (INSPIR). Map of the Black Population in the Brazilian Labor Market 121 (2000); SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora Senac, 2003.

acompanhada pelas mesmas considerações no terreno doméstico dos países, a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos afrodescendentes brasileiros, assim como a generalização das políticas públicas que tendem a potencializar o **empoderamento** dessa população, contribui, em médio e longo prazos, para o reforço dos vínculos entre os interesses estratégicos da nação e a afirmação positiva de uma das identidades constitutivas do povo brasileiro.

É nesse contexto geral, onde os problemas propriamente brasileiros e africanos convergem para criar a possibilidade de uma futura trama política condizente com desenvolvimento das pretensões nacionais de ambos, que se insere o desafio perante as instituições de ensino superior neste país. Esse desafio é o de criar um novo perfil de Universidade, uma nova tecnologia do saber e dos saberes, baseados na transversalidade e voltados para a solução dos problemas reais do país, e não tão somente em termos de crescimento econômico e de exportação de bens manufaturados.

O papel da Universidade em um contexto multirracial

Num contexto como o do Brasil, o papel de uma Universidade alternativa, realmente nova e inovadora, é preparar a transição do país para uma sociedade comandada politicamente por um **governo multirracial**. Ela é uma meta de toda uma nação que emerge, que se busca, se auto-redefine e se reorienta em busca de saídas. Ou o Brasil do futuro será um país governado por negros e brancos e indígena-americanos,

uma nação administrada em função da alocação eqüitativa dos recursos para cada um dos componentes sociorraciais da sociedade, ou fracassará como nação. Não há como se esquivar dessa realidade, tendo em conta o quadro demográfico e social atual e o que esse panorama prefigura para o futuro.

A preponderância demográfica atual do componente de origem africano é uma realidade que todas as estatísticas comprovam, assim como a da sua contínua progressão. Atento a esse fato, é necessário e urgente conceber e aplicar as políticas públicas que convêm, a fim de que as estruturas do país dialoguem com as realidades concretas. Continuar fingindo que os afro-descendentes no Brasil são uma "minoria" demográfica, bem como continuar se auto-enganando com a visão de um "país branco-europeu", é conduzir a sociedade na direção de uma desarticulação do corpo social. Isso, justamente em um momento em que as realidades internacionais exigem a constituição de um Brasil coeso e **moralmente** capacitado para rechaçar o unilateralismo hegemônico.

Faz-se necessário preparar, de maneira concreta, com medidas concretas e projetos concretos, a transição do Brasil para uma sociedade democrática de governo multirracial. Ora, governar uma nação que é concretamente multirracial, multiétnica e multicultural implica, necessariamente, estar em posse da tecnologia das relações humanas interétnicas e interraciais. É precisamente isso que está faltando aos estudos e disciplinas que dizem respeito, particularmente, à governabilidade (como os estudos sobre gestão,

administração, relações internacionais, seguro social), como também aos estudos de disciplinas que incidem na sociedade propriamente, como a sociologia.

Na atualidade, as universidades ensinam principalmente a **administrar** e a realizar pesquisas científicas e sociais, mas sem realmente adentrar as realidades compósitas do corpo social; não ensinam realmente a governar, pois essa função requer ferramentas precisas para a interpretação e compreensão da realidade social **tal qual ela é**. Há poucos acadêmicos e intelectuais nas nossas universidades que tenham cultivado a capacidade de fazer uma leitura verídica das realidades sociais concretas e compreendê-las sem mitificá-las. As nossas universidades produzem incessantemente uma multidão de indivíduos com títulos, mas que são como turistas nos países em que vivem, cujas realidades concretas desconhecem ou negam.

É por isso que os nossos governantes **administram** sociedades que eles próprios desconhecem e que, nesse sentido, são como os antigos administradores coloniais que governavam povos conquistados que desconheciam e, para se fazer obedecer, usavam da força bruta. Ser governados por **administradores** que desconhecem a realidade social, e ser administrados por "governantes" que se comportam como uma potência ocupadora, é estar, de fato, em uma situação de **colonialismo interno**. E esse é o caso de **todos** os países da chamada América "Latina".

As instituições de ensino superior não inculcam, realmente, o conhecimento profundo do corpo social, nem

compelem os estudantes a compreender essa sociedade sobre a qual se pesquisa. Em termos reais e concretos, esse corpo social resulta inteligível, irremediavelmente opaco, sem uma referência sistemática às dinâmicas em torno das quais ele gravita. No caso do continente americano como um todo, essas dinâmicas têm sido, historicamente, e com mais força hoje, as dinâmicas do pertencimento racial, social, de gênero, étnico, cultural e, crescentemente, o sentido de pertencimento que deriva da orientação sexual.

Uma verdadeira Universidade prepara o indivíduo para exercer o poder supremo sobre a nação onde vive, de maneira democrática, justa, eqüitativa e respeitosa do Outro; de todos os Outros que compõem a nação. É também o papel de uma Universidade preparar os indivíduos para **assumir o poder** na sociedade e desempenhar funções de comando político, de organização econômica, de gestão administrativa e de supervisão e execução da justiça sobre o conjunto do corpo social.

O papel de uma Universidade - especialmente se inserida num contexto ex-colonial - é forjar **pensadores** (intelectuais, artistas ou técnicos) plenamente capacitados para ler a realidade social de maneira coerente, **interpretar** a realidade social do passado e escutar o futuro para planejar o melhor ambiente social possível. Compreender e **assumir o passado**, não o negar ou travesti-lo; compreender e **mudar o presente**, não fazer de conta que ele não existe; preparar o melhor possível dos futuros sobre a base das lições do passado e da práxis cotidiana. A verdadeira função de uma

Universidade é preparar a sociedade para lidar com suas contradições, conflitos e aberrações internas. O papel da Universidade é promover as **mudanças sociais** positivas. **O papel de uma Universidade é mudar o presente e pensar o futuro.**

Mas, além da universidade, a sociedade civil deve estar plenamente envolvida na problemática da África, tanto em relação a suas implicações domésticas, quanto a suas ramificações internacionais. A Lei 10.639/03 concerne totalmente a toda a sociedade civil, e não somente aos afrobrasileiros, mesmo sendo estes a metade ou mais da população do país. Os interesses fundamentais do Brasil, como nação, estão interligados aos do continente africano no plano internacional e, no plano doméstico, esses interesses também se vinculam aos interesses básicos da comunidade nacional afrodescendente. Os afrobrasileiros são, de fato, um elemento da política internacional do Brasil. Ao mesmo tempo, o Brasil é um fator importante no futuro do continente africano. São todas essas imbricações complexas, profundas, desenhadas pela própria história passada, que haverá que tomar em conta, também, na aplicação da Lei 10.639/03³⁷.

³⁷ Neste terceiro milênio, o Brasil multirracial encontra-se em posição vantajosa para exercer um importante papel perante as nações emergentes. No centro destes, estão os países da África e as nações de descendência africana do Caribe e do Pacífico Sul. Estes países estão aglutinados na Associação de Países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP), bloco que reúne um total de 78 países dentre os 191 que compõem a comunidade internacional. Por sua vez, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), também está composta majoritariamente por países africanos: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste; além de Brasil e Portugal.

Nesta altura, retornamos à problemática inicial, a fim de argumentar em prol da constituição de um órgão específico, sob o comando da sociedade civil, voltado para os altos estudos prospectivos sobre o Brasil e a África, as relações raciais e o estudo das dinâmicas das diásporas africanas, na perspectiva do estabelecimento das bases teóricas para a construção de uma nova parceria Brasil-África. Um Brasil e uma África fortes, juntos, podem desempenhar um papel decisivo no redirecionamento das relações mundiais.

As políticas públicas de ações afirmativas e a política internacional

Existe uma evidente interrelação entre, por um lado, as assimetrias que, no âmbito internacional, regulam as relações entre o núcleo de países hegemônicos e os países subalternizados do "Terceiro Mundo" e, por outro, as assimetrias sócio-raciais que predominam no interior do Estado entre o segmento hegemônico e o segmento subalternizado. Não levar em consideração a coincidência entre tais assimetrias, que existem no âmbito internacional e as existentes no plano interno, resultaria no reforço do marco hegemônico global. Ou seja, deve haver coerência linear entre as reivindicações estratégicas de multipolaridade do Estado no âmbito internacional e as reivindicações de democratização sociorracial no âmbito nacional.

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001), celebrada em Durban, África do Sul, representou para a humanidade um marco histórico

inédito, porquanto talvez tenha sido a primeira vez que, de maneira tão nítida, se assinalou essa vinculação entre as estruturas sociorraciais domésticas e a interação das nações no âmbito internacional. Dela surgiram compromissos específicos para o desmantelamento do racismo no mundo inteiro, sendo proposta a adoção de medidas públicas reparatórias destinadas a socorrer as populações-alvo de opressão sociorraciais historicamente fundadas.

No contexto da conferência em Durban, ocorre, pela primeira vez, uma discussão mundial sobre a escravidão racial imposta aos povos do continente africano e das consequências **contemporâneas** que esta ocasionou – a marginalização maciça, a pobreza absoluta e as discriminações raciais de todo gênero, impostas aos povos afrodescendentes no mundo inteiro, por uma parte, e a ruína de todo um continente, por outra. A compreensão desses fenômenos, à raiz dos quais surgiu o mundo da modernidade em torno do capitalismo industrial que hoje se tornou capitalismo globalizado, é impossível sem um conhecimento profundo da história dos povos e sociedades africanas bem antes da colonização europeia ou árabe-semita. Como demonstrado, tanto pelo estudioso Luis Felipe Alencastro (2000), quanto nas obras clássicas de Eric Williams (1994) e de Walter Rodney (1974), a ignorância sobre a África impossibilita não somente a compreensão cabal dos fenômenos que conduziram à modernidade, portanto a emergência do próprio Brasil, mas também torna ininteligível a compreensão do mundo contemporâneo no qual um país como o Brasil

poderia pretender desempenhar um papel de primeira ordem.

A generalização das políticas públicas que tendem a potencializar o empoderamento da população de origem africana no Brasil contribui para o reforço, na consciência nacional, dos vínculos entre os interesses estratégicos da nação e a afirmação positiva de uma das identidades constitutivas do povo brasileiro. Deste modo, essas iniciativas do Estado brasileiro, no sentido de encarar suas próprias contradições internas, contribuem para aumentar a credibilidade hemisférica e internacional do Brasil. Nesse sentido, a implementação de políticas públicas de ações afirmativas em favor dos afrodescendentes e indígenas, além de incidir positivamente sobre o fortalecimento das estruturas democráticas do país, converge para as preocupações estratégicas nacionais. O robustecimento da competitividade econômica e a ampliação do espaço de ação política do Estado brasileiro no âmbito internacional se constituem em condição *sine qua non* para seu maior peso nas negociações internacionais multilaterais.

A eliminação das estruturas históricas lastreadas nas iniquidades raciais internas, ao tempo que estabelecem as bases para uma nova sociedade alicerçada no respeito da cultura e da história do componente de origem africana, converter-se-á num fator de suma importância na pretensão do Brasil de se erguer, no século XXI, ao *status* de potência mundial. O caráter multiétnico e multirracial da sociedade brasileira torna-se, assim, uma potencialidade política no marco de

uma estratégia de "advocacia" de um mundo multipolar que concilia vias alternativas de desenvolvimento humano.

Porquanto a busca da equidade, no século XXI, equivale à busca de um norte civilizador, a luta contra o racismo se torna inseparável da consecução de uma nova ordem de justiça e de equidade, tanto no interior das nações como no ambiente internacional. A busca da diversidade, no plano doméstico é, por via de consequência, um fator de relações internacionais na medida em que amplia as possibilidades diplomáticas e estratégicas do Brasil ao aumentar o espaço de credibilidade política e de confiança que nele possam depositar as nações do Terceiro Mundo, majoritárias na comunidade internacional, que clamam por uma nova ordem internacional governada pela justiça social, econômica e política, e regida pelas negociações e não pela brutal força militar-econômico-tecnológica.

O século XXI vai requerer lideranças multiculturais e de maior diversidade em todos os sentidos, a saber, exatamente o oposto do que hoje se observa nas chancelarias latino-americanas que continuam refletindo perfeitamente a realidade monocromática do poder político, econômico e social na América Latina. Basta olhar para o corpo diplomático dos países da América Latina, para ter o retrato fiel das desigualdades étnico-raciais e a ausência de diversidade que caracterizam as sociedades latino-americanas em geral. No entanto, o discurso oficial e ideológico destas nações se baseia, precisamente, na exaltação da "mestiçagem" e do caráter policromático de suas sociedades.

A compreensão da história da África e dos afrodescendentes brasileiros é indispensável numa estratégia nacional destinada a fazer convergir os dois Brasis que, atualmente, estão aceleradamente indo em direções totalmente opostas. Como já vimos, permitir a existência de dois Brasis desiguais corresponde a aceitar que mais cedo ou mais tarde se dissolva uma unidade nacional já precarizada pelas crescentes desigualdades. O ensino da História da África e dos afrodescendentes se converte, assim, numa imperiosa tarefa em prol da coesão nacional da qual nenhum país, especialmente se periférico, poderá prescindir no mundo contemporâneo se pretender evoluir de maneira autônoma.

Referências

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O Trato dos Videntes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CARRÈRE D'ENCAUSSE, Helene. **L'Empire Eclaté**. Paris: Flammarion, 1978; *La Russie Inachevée*. Paris: Fayard, 2000; **Central Asia, a study of Russian Rule**. New York: Colombia University Press, 1990.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia** - uma contribuição ao estudo de política internacional. Contraponto Editora com Editora da Universidade de Rio Grande do Sul, 1999.
- HERINGER, Rosana. "Desigualdades Raciais no Brasil", in: <http://www.enzp.org.br/relatoriosana.html>, 21/ fev/2004.
- RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped África**. London: Boggle-L'Ouverture Publications, 1974.

SANT'ANNA, Wania. "Desigualdades Étnico/Raciais e de Gênero no Brasil: as relações possíveis do IDH e do IDG". **Jornal da rede feminista de Saúde**, mar/2001, in: http://www.redesaude.org.br/jornal/html/body_jr23-wania.html, 16/mar/2004.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora Senac, 2003.

SINGER, Paul, "Social Exclusion in Brazil", ILO DP/94/1997 (1997), in: <http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/1997/dp94/index.html>, 21/fev/2004; Inter-American Trade Union Institute for Racial Equality (INSPIR). **Map of the Black Population in the Brazilian Labor Market 121** (2000).

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery**. North Carolina: University of North Carolina Press, 1994.

PARTE II

**A ÁFRICA NO COTIDIANO EDUCATIVO:
QUE TIPO DE ENSINO SOBRE A ÁFRICA?**

5. NOVAS BASES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL³⁸

A obrigatoriedade³⁹ do ensino da história da África nas redes de ensino no Brasil confronta o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sua população, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano. Aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos, culturas e civilizações do continente africano, antes, durante e depois da grande tragédia dos tráficos negreiros transaariano, do mar Vermelho, do oceano Índico (árabe-muçulmano) e do oceano Atlântico (europeu), e sobre a subsequente colonização direta desse continente pelo Ocidente a partir do século XIX⁴⁰, são tarefas de grande envergadura.

38 Texto gentilmente cedido pelo Ministério da Educação/SECAD. MOORE, Carlos. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: Edições MEC/BID UNESCO, 2005. p. 133-166.

39 A lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/CP 001/2004 regulamentam esta lei.

40 A Conferência de Berlim (1884-1885) fixou e disciplinou as regras do jogo de ocupação do continente africano. Em 1880, apenas uma décima parte da África estava vagamente ocupada pelos Europeus, lembra o

A generalização do ensino da história da África apresenta problemas específicos. Neste texto, assinalamos, de maneira sumária e a título indicativo, alguns dentre os quais, parece-nos, deverão ser levados em conta na formação inicial e continuada das/os professoras/es das redes de ensino incumbidos dessa missão. Limitar-nos-emos aos problemas menos evidentes contidos na problemática epistemológica, metodológica e didática em relação à África, tendo em mente que se trata de uma modesta contribuição, dentre outras, num campo tradicionalmente semeado de abordagens conflitantes e de acerbos controvérsias. Este texto foi elaborado na perspectiva de abrir um debate de fundo no seio do corpo docente brasileiro de todos os níveis de ensino, assim como dos estudantes das disciplinas humanísticas, com o espírito de democratizar o tema mediante a sua **deselitização** corporativista. Desta forma, este texto diz respeito e visa subsidiar o ensino de História da África no Ensino Básico e Superior.

1. Problemática Epistemológica

1.1. Singularidades africanas

Como todas as disciplinas humanísticas, a história é um campo movediço, prestando-se a múltiplas distorções. O conjunto de elementos que compõem a subjetividade é, de fato, o que determina a “interpretação” ou “tradução” da realidade do

historiador Joseph Ki-Zerbo, mas essa situação mudaria bruscamente nos vinte anos seguintes, quando o Ocidente se apoderou de todo o resto do continente. (KI-ZERBO, 2002:76-77).

outro. No campo da análise histórica, sob o peso das subjetividades, encontra-se um lugar privilegiado para a produção e proliferação da mais perigosa aberração produzida pela mente humana – o racismo, com seus múltiplos derivados ideológicos (religiosos ou laicos). Por conta destes fatores, há muitos séculos, reina em torno do continente africano uma confusão quase permanente que continua dominando os estudos sobre os povos autótones dessa porção do planeta⁴¹.

No contexto da história geral da humanidade, a África apresenta, em planos diversos, um conjunto impressionante de singularidades que remetem a interpretações conflituosas e, muitas vezes, contraditórias. É provável que nenhuma das regiões habitadas do planeta apresente uma problemática de abordagem histórica tão complexa quanto a África, e isto se deve a muitos fatores, dentre os quais podemos destacar:

- a sua extensão territorial (30.343.551 km², o que corresponde a 22% da superfície sólida da terra), que vai desde a região do Pólo Sul até o Mediterrâneo e do Oceano Atlântico ao Oceano Índico, apresentando uma grande variedade climática⁴²;

⁴¹ Alguns dos melhores exemplos do quanto alguns pensadores modernos promoveram uma visão racista sobre o continente africano podem ser encontrados nas obras de Wilhelm Friedrich Hegel, François Voltaire, Karl Marx, Charles-Louis de Montesquieu, Eugène Pittard e David Hume, para ficarmos em apenas alguns. É importante lembrar também que a produção da antropologia na sua vertente antropométrica e a etnologia prestaram serviços idênticos, ou ainda maiores, na proliferação e sistematização da lógica racista.

⁴² No interior do continente as distâncias são imensas – os 7.000

- uma topografia extremamente variada: grandes savanas, vastas regiões desérticas ou semidesérticas (Sahel), altiplanos, planícies, regiões montanhosas e imensas florestas;
- a existência e interação de mais de 2.000 povos com diferentes modos de organização socioeconômica e de expressão tecnológica;
- a mais longa ocupação humana de que se tem conhecimento (2 a 3 milhões de anos até o presente) e, conseqüentemente, uma maior complexidade dos fluxos e refluxos migratórios populacionais.

1.1.1. Berço da humanidade

A mais marcante das singularidades africanas é o fato de seus povos autótones terem sido os progenitores de todas as populações humanas do planeta, o que faz do continente africano o berço único da espécie humana. Os dados científicos, que corroboram tanto as análises do DNA mitocondrial⁴³ quanto os achados paleoantropológicos, apontam constantemente nesse sentido.

O continente africano, palco exclusivo dos

quilômetros que separam o Cabo da Boa Esperança, ao sul, do Cairo, ao norte, são aproximadamente a mesma distância entre Dacar, a oeste, e a extremidade do Chifre da África, a leste.

⁴³ DNA mitocondrial humano é um pequeno DNA circular presente nas mitocôndrias (as usinas energéticas da célula) no citoplasma. Este DNA tem uma série de características genéticas peculiares, destacando-se o fato de ter herança puramente materna. Em outras palavras, todo o DNA mitocondrial de um indivíduo vem de sua mãe apenas, sem nenhuma contribuição paterna.

processos interligados de *hominização* e de *sapienização*, e o único lugar do mundo onde se encontram, em perfeita seqüência geológica, e acompanhados pelas indústrias líticas ou metalúrgicas correspondentes, todos os indícios da evolução da nossa espécie a partir dos primeiros ancestrais hominídeos. A humanidade, antiga e moderna, desenvolveu-se primeiro na África e logo, progressivamente e por levas sucessivas, foi povoando o planeta inteiro⁴⁴. Portanto, as atuais diferenças morfo-fenotípicas entre populações humanas – as chamadas “raças” – são um fenômeno recente na história da humanidade (presumivelmente do final do paleolítico superior, 25.000-10.000). E a ciência já descartou como anti-científica a ideia de que o morfo-fenótipo possa incidir de algum modo nos processos intelectuais de socialização ou de aquisição/aprimoramento de conhecimentos⁴⁵.

Grupos de humanos anatomicamente modernos deixaram o continente africano pela primeira vez há aproximadamente 100.000 anos. Essa população humana ancestral, que tinha apenas dois mil indivíduos, migrou progressivamente para os outros continentes, atingindo a Ásia e a Austrália há 40 mil anos, a Europa há 30-35 mil anos, e, finalmente chegando ao continente americano há pelo menos 18 mil anos.

Convém esclarecer um ponto: o fato de que a noção de “raça” não traduz uma realidade biológica não quer dizer que “raça” não exista como construção histórica. Neste caso, ela corresponde não a uma realidade genotípica (biológica), mas sim a um fato sócio-histórico baseado numa realidade morfo-fenotípica concreta à qual se deu uma interpretação ideológica e política. A fição é a de se pretender que “raça” seja unicamente um fato que deve ser enquadrado na biologia. Infelizmente *raça* não é uma fição. Ela é uma realidade sociológica e política bem ancorada na história e que regula as interações entre os povos desde a antiguidade. Desde há séculos, os povos africanos e afrodescendentes têm de se defrontar no cotidiano com essa concretude da *raça*.

Desde o mais remoto ancestral do gênero *Homo* (o *Sahelantropo Chadense*, hominídeo de 6 a 7 milhões de anos, encontrado no Chade⁴⁶), passando pela própria aparição do gênero *Homo* (*Homo Habilis*, de 2 a 5 milhões de anos) e o surgimento dos primeiros *Homo Sapiens Sapiens* (*Homo Sapiens Idaltu*: 160.000 a 200.000 anos), a história da espécie humana se confunde com a própria história da África, onde se originaram, também, as primeiras civilizações do mundo. Cada novo descobrimento da paleoantropologia ou da antropobiologia no continente africano provoca novas ondas de choques e embates entre os cientistas, pois tais descobrimentos invalidam complexos esquemas teóricos até então tidos como definitivos, complicando ainda mais o quadro das interpretações sobre a evolução humana⁴⁷.

As novas interpretações dos dados científicos

⁴⁶ O crânio do "homem de Toumai", achado no Chade (África Central) em 2002, é cerca de 1,5 milhão de anos mais velho do que o mais antigo ancestral humano até então conhecido. Essa descoberta paleontológica revolucionou a história da evolução humana, colocando-a no próprio centro da África.

⁴⁷ Dentre as abundantes obras recentes que tratam do tema, assinalaremos as seguintes: TATTERSALL, Ian e SCHWARTZ, Jeffrey H., **Extinct Humans**. Colorado: Westview Press, 2000; HOWELLS, William, **Getting Here: The Story of Human Evolution**. Washington, D.C.: The Compass Press, 1993; STRINGER, Christopher e MCKIE, Robin, **African Exodus: The Origins of Modern Humanity**. New York: Henry Holt, 1998; TATTERSALL, Ian, **The Last Neanderthal: The Rise, Success and Mysterious Extinction of our Closest Human Relatives**. Colorado: Westview Press, 1999; HUBBE, M.O.R. ATUI, J.P.V., AZEVEDO, E.T. & NEVES, W.A., **A Primeira Descoberta da América. Evolução Humana**. Sociedade Brasileira de Genética. Ribeirão Preto: Atheneu, 2000.

remetem à grande complexidade do acontecer humano como um dado essencial e permanente da história. Ao mesmo tempo, geram a necessidade de realizar constantes atualizações da história do continente africano. Essa situação deve ser celebrada, pois enfraquece cada vez mais os velhos mitos e esquemas preconceituosos que chegaram até a colocar em dúvida a própria essência humana dos seres africanos. Ora, a história da humanidade começa precisamente com os primeiros seres humanos africanos; seres dotados de **consciência**, de **sensibilidade**, e não somente de inteligência.

Certa tradição, eurocêntrica e hegemônica, costuma alinhar o fato histórico com a aparição, recente, da expressão escrita, criando os infelizes conceitos de povos "com história" e de povos "sem história" que, eventualmente, o etnólogo Lucien LEVY-BRUHL (1947) iria transformar em "povos lógicos" e "povos pré-lógicos". Mas, a história propriamente dita é a interação consciente entre a humanidade e a natureza, por uma parte, e dos seres humanos entre si, por outra. Por conseguinte, a aparição da humanidade como espécie diferenciada no reino animal, abre o período histórico. O termo "pré-história", tão abusivamente utilizado pelos especialistas das disciplinas humanas, é uma dessas criações que doravante deverá ser utilizada com maior circunspeção.

A porta de entrada no ensino da história da África passa pelo reconhecimento desse continente nas suas singularidades essenciais, tais como:

- berço da humanidade em todas as suas

configurações, tanto antiga (*Homo Habilis*, *Homo Eretus*, *Homo Neanderthalensis*) como moderna (*Homo Sapiens Sapiens*)⁴⁸;

- lugar a partir do qual se efetuou o povoamento do planeta, a partir de 100 a 80.000 anos;
- berço das primeiras civilizações agro-sedentárias e agro-burocráticas do mundo ao longo do Nilo (Egito, Kerma, Meroé).

Parece-nos difícil acreditar numa história verdadeiramente africana, e rigorosamente ancorada nos dados científicos, fora desse esquema geral que tanto a biologia molecular e genética como a paleoantropologia e a lingüística comparada referendam como a autêntica (DIOP, 1977; OBENGA, 1993).

1.1.2. Berço das primeiras civilizações mundiais

Uma das singularidades da África decorre, precisamente, do fato de esse continente ter sido o precursor mundial das sociedades agro-sedentárias e dos primeiros Estados burocráticos, particularmente ao longo do rio Nilo (Egito, Kerma e Kush). Ao longo dos séculos, as riquezas destes Estados, assim como as riquezas do império de Axum, na parte oriental do continente, e do império de Cartago, situado na porção setentrional, aguçaram a cobiça de inúmeros povos vizinhos, desde o mediterrâneo europeu (gregos

⁴⁸ Os dados científicos apontam crescentemente na direção do surgimento, somente na última fase do paleolítico superior (25.000 – 10.000 anos), de variantes morfo-fenotípicas correspondentes aos povos "proto-europóides" e "proto-sino-nipônico-mongois".

e romanos) e o Oriente Médio semita (hicsos, assírios, persas, turcos, árabes), até o sudeste asiático (indonésios).

Com efeito, desde meados do primeiro milênio a.C. até o período recente de dominação colonial pela Europa Ocidental, a África tem sido o lugar do mundo que sofreu as mais prolongadas e devastadoras invasões de diferentes povos e civilizações. Nesse período de 3.500 anos, proto-europeus ("povos do mar," gregos, romanos, vândalos), semitas do Oriente Médio (hicsos, assírios, persas, turco-otomanos, árabes), asiáticos do sul (indonésios) e, finalmente, europeus ocidentais (espanhóis, portugueses, franceses, italianos, belgas, ingleses, holandeses, dinamarqueses, suecos, alemães...) têm invadido, conquistado e se apossado de praticamente todo o continente, às vezes de maneira irreversível, como foi o caso da África setentrional e de Madagascar.

1.1.3. Alvo da escravidão racial e dos tráficos negreiros transoceânicos

A singularidade do continente africano que teve a maior repercussão negativa sobre o seu destino, determinando o que é a África de hoje, foi a de ter sido o primeiro e único lugar do planeta onde seres humanos foram submetidos às experiências sistemáticas de **escravidão racial** e de tráfico humano transoceânico em grande escala. As deportações violentas de africanos foram metodicamente organizadas, primeiro, pelos árabes do Oriente Médio, desde o século VIII até o século XIX d.C., com ampla participação dos iranianos, persas e turcos. A partir de 1500 até a segunda metade do século XIX,

foram os povos da Europa ocidental que protagonizaram o tráfico negreiro, através do oceano Atlântico.

O chamado "continente negro" – como é designado o continente africano, ainda que nenhum historiador tenha se referido à Europa como continente "branco" ou à Ásia como o continente "amarelo" – foi transformado, durante um período de um milênio, em um verdadeiro terreno de caça humana e de carnificina. O impacto negativo cumulativo dessa realidade sobre o desenvolvimento econômico, tecnológico, político, demográfico, cultural e psicológico dos povos africanos está ainda por ser determinado. Mas, as complexas interconexões existentes entre as singularidades apresentadas e a visão depreciativa que permeia tudo o que se refere à herança histórica e cultural dos povos africanos já começam a aparecer.

1.1.4. Alvo dos mitos raciológicos

Às singularidades próprias do continente se agrega outra, de construção totalmente externa: uma mitologia preconceituosa erigida por seus sucessivos conquistadores (hicsos, assírios, gregos, romanos, persas, turcos, árabes, indonésios e europeus), que sobrevive atualmente na maioria das obras eruditas produzidas pelos africanistas de todos os continentes e pelos historiadores em particular.

O ensino da história da África apresenta, pois, múltiplos problemas específicos de interpretação com os quais o pesquisador nunca se defrontará ao percorrer a história dos outros povos do planeta; povos cuja inteligência, dinamismo, capacidade de empreender.

aprender e de adaptar-se às condições e meios diversos jamais foram questionadas. Por exemplo, nunca se questionou se os povos leucodermes da Europa e do Oriente Médio (semitas), os povos sino-nipônico-mongóis da Ásia setentrional e meridional, ou os povos mongolóides indígenas das Américas, criaram ou não, com suas próprias mãos, as suas civilizações. Aceita-se facilmente que eles desenvolveram formas de escrita, construíram impressionantes complexos arquitetônicos, realizaram descobertas científicas, ou criaram sistemas filosóficos e religiosos originais e, de modo geral, protagonizaram suas respectivas histórias sem intervenção de forças externas.

No entanto, no caso da África, chegou-se a afirmar que a civilização do Egito faraônico tivesse sido “trazida de fora” por misteriosos povos “de pele branca”, supostamente vindos do Oriente Médio. Ou que as outras antiqüíssimas civilizações do continente (Kerma, Kush, Meroé, Axum, Mwenemotapa) tinham sido, presumivelmente, a obra de uma “raça camita” que até hoje a ciência não consegue localizar em região alguma do planeta. O Egito faraônico foi sumariamente “amputado” da África e colocado ora na esfera histórica do Mediterrâneo Europeu, ora na esfera histórica do Oriente Médio ou da África do Norte, até que um intrépido historiador contestasse veementemente tamanha impostura de caráter racista⁴⁹. Numídia e

⁴⁹ Ver: DIOP, Cheikh Anta, **Nations nègres et Culture**. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979. Infelizmente, até hoje esse incontornável clássico, que mudou radicalmente o rumo das pesquisas sobre o Egito faraônico, não foi publicada em espanhol ou em português.

Cartago sofreram, desde então, a mesma sorte, e a África foi **ideologicamente** dividida entre uma "África negra" e uma "África branca", para marcar a coincidência entre o conceito de raça e o conceito de civilização.

É somente quando se trata da África que surgem descrições comparativas racializadas: "egípcios e negros" ou "núbios e negros" (como se os egípcios e núbios da Antiguidade não tivessem sido negros), "camitas e negros" etc. Os povos africanos ao sul do Saara foram apresentados, por sua vez, durante longo tempo, como gente "sem história", "sem escrita", "sem estados", e "sem moeda", ou seja, sociedades desprovidas de coerência orgânica. Sabe-se que, na ótica materialista, hegemônica e linear do Ocidente e do Oriente Médio, a expressão "escrita", a organização em "estados" e a utilização de "moeda" são sinônimos de inteligência, superioridade e civilização. Os povos que não cumpriram esses requisitos seriam, no olhar de muitos pesquisadores, "primitivos" abortos da humanidade, aptos para o lixo histórico.

Outro estratagema urdido pelos historiadores racistas da Europa e do Oriente Médio, e que encontra eco nas dependências acadêmicas na "América Latina", é o emprego de uma vasta terminologia raciológica e depreciativa para designar os povos melanodermes: "negróide", "negritico", "negrilho", "negrito", "bushman" (ou seu derivado "bosquímano")⁵⁰.

⁵⁰ Essas categorizações, altamente prejudiciais, têm sido incorporadas, às vezes, até nas obras de certos historiadores africanos que, normalmente se supõe que deveriam estar mais atentos que os outros aos contradições falas e racistas. Cabe ressaltar o fato de que nunca foram inventados termos racializados correspondentes para designar a realidade dos povos europeus, semitas ou asiáticos. Com efeito, as descrições

A racialização de tudo tocante à África é uma prática tão universalmente insidiosa, que os próprios historiados nem a percebem mais como um elemento de violenta desumanização do ser humano africano. Sobre essas bases movediças que atentam contra o rigor científico assentaram-se, durante vários séculos, os estudos sobre a África. Tais estudos alimentaram o saber acadêmico, religioso e filosófico das sociedades do globo até o início da descolonização do continente, no final da década de 1950, alastrando-se até hoje. É por isso que, apesar do acúmulo de estudos mais recentes e das descobertas revolucionárias destes últimos dez anos, os oito volumes produzidos e publicados pela UNESCO, nos anos oitenta, sob a autoridade de um Comitê Científico Internacional⁵¹ para a Redação de uma História Geral da África, continuam plenamente vigentes e atuais. Com efeito, esses volumes apresentam uma visão panorâmica, diacrônica e objetiva desse continente, rompendo com a racialização binária sistemática.

Entretanto, ainda hoje, a visão raciológica continua a afetar boa parte das obras consagradas ao continente africano, tanto na Europa e nos Estados

antropológicas, etnológicas ou históricas carecem de designações tais como "brancóide" ou "branquinho", "semitóide" ou "semitinho", e muito menos "amarelóide" ou "amarelinho".

⁵¹ O Comitê Científico Internacional, responsável intelectual da obra, era formado por 39 membros, 2/3 deles africanos e 1/3 não africanos. No Brasil a editora Ática traduziu e publicou os seguintes volumes: 1. Metodologia e pré-história da África, coordenado por J. Ki-Zerbo; 2. A África antiga, coordenado por G. Mokhtar; 4. A África do século XII ao século XVI, coordenado por D.T.Niane; e 7. A África sob dominação estrangeira, 1880-1935, coordenado por A. Adu Boachen.

Unidos, como também no Oriente Médio e na América Latina onde, de modo geral, os incipientes estudos africanistas são, freqüentemente, meras prolongações dos conceitos e preconceitos urdidos pela academia europeia e norte-americana. É dentro desse marco paradigmático, e atendendo para as múltiplas questões de compreensão/interpretação que ele suscita e impõe, que também deverão ser enxergados e abordados os problemas epistemológicos, metodológicos e didáticos em relação ao ensino da história da África.

2. Problemática Metodológica

2.1. Para uma metodologia específica

Poder-se-ia dizer que o ensino da história da África não pode fugir das práticas metodológicas geralmente aplicadas no ensino da história de outras partes do globo. Temos visto, no entanto, que a história altamente complexa da África e de seus povos possui características singulares que não afetaram a história de outras regiões. Por causa dessas singularidades já assinaladas, é imprescindível adotar uma abordagem transversal, transdisciplinar e de longa duração, baseada em uma dupla diacronicidade, a saber: a) diacronicidade intracontinental, e b) diacronicidade extracontinental.

2.2. Diacronicidade continental e mundial

A África deve ser estudada a partir de suas próprias estruturas, analisando-as em função das interrelações dentro do continente, mas também em relação ao mundo extraafricano. Somente assim se poderá descobrir as

múltiplas maneiras pelas quais a evolução dos povos africanos interferiram e/ou influenciaram eventos nas diversas sociedades do mundo e não somente o inverso, como tem se dado até agora. Um enfoque diacrônico que privilegie tanto as relações intra-africanas como a interação do continente com o mundo exterior permitirá dar conta de fenômenos e de períodos que ainda se mantêm na escuridão e são lacunas do conhecimento mundial.

Isolar a história da África da história do resto do mundo, como ainda continua sendo feito em muitas instâncias, equivale a contribuir para a opacidade da própria história dos povos extraafricanos, além de colocar a história dos povos africanos numa situação de ininteligibilidade histórica total. Para fugir desse lamaçal, não há muitas opções fora do restabelecimento dos complexos nexos existentes entre a história dos povos africanos entre si, desde a mais alta Antigüidade até o presente, assim como restabelecer os nexos entre África e mundo exterior.

Talvez o período obscuro de maior importância para a compreensão da história do continente seja o do final do segundo milênio a.C. Sabemos que, **grosso modo**, foi nesse período que ocorreram as grandes migrações de povos euro-asiáticos para o seu *habitat* atual, tanto na Europa como na Ásia. Sabemos também que essas grandes migrações, realizadas à custa das populações autótonas dessas regiões, chegariam a afetar, de maneira letal, as civilizações do mundo antigo. Dificilmente se poderá proceder ao levantamento histórico africano, isolando esses

acontecimentos mundiais. Portanto, o restabelecimento da diacronicidade intra-africana, como aquela que existe em relação com o exterior, pode ser considerada como uma das prioridades da historiografia renovada da África.

2.3. A persistente tradição linear-fatual

A abordagem histórica do continente africano, na ausência de parâmetros diacrônicos, nos sentidos intracontinental e extracontinental assinalados, desemboca necessariamente no reducionismo simplificador próprio à tradição linear-fatual que ainda aprisiona a historiografia africana.

Há uma considerável quantidade de obras que apresentam a história da África numa recitação linear, desprovida de dinamismo social orgânico e sem interconexões das sociedades africanas ou com as sociedades extraafricanas. Desse enfoque, emerge um quadro sem profundidade social, pois privilegia as ações individuais de eminentes monarcas, as grandes batalhas e conquistas militares sobre inimigos circunstanciais. Embora a rica tradição preservada nos repertórios dos Griôs seja de uma importância inestimável na reconstituição da história específica dos povos e um importante baluarte da memória coletiva, não se pode perder de vista que ela forma parte da linhagem historiográfica que denominamos de linear-fatual, apresentando os inconvenientes inerentes a esta abordagem.

Cabe lembrar que os Griôs conformam uma casta, no sentido de agremiações fechadas de caráter sócio-

profissional hereditária. Numa sociedade de castas, por exemplo, se é ferreiro, marceneiro ou artesão de jóias, hereditariamente. A casta Griô sempre esteve incumbida da captação, preservação e transmissão da memória histórica do conjunto da sociedade ou de setores específicos dela. O que chamamos de tradição griótica refere-se ao relato linear, circunstanciado pela narração cronológica de fatos e eventos. Os Griôs são, pois, cronistas, por hereditariedade, de uma sociedade.

A abordagem linear-fatual direciona a atenção, freqüentemente laudatória, à nobreza dominante em detrimento de uma análise transversal do conjunto social. Ao contrário, um enfoque que privilegie a interação contraditória das classes e agremiações sociais, mostrando os mecanismos internos de exploração, de dominação e de coerção, assim como os conflitos decorrentes do choque de interesses variados se revela muito mais fecundo e suscetível de refletir as realidades concretas.

Há critérios divergentes sobre como direcionar metodologicamente os estudos sobre a África, dependendo dos diferentes níveis de ensino. Para muitos, é necessário manter um enfoque linear-fatual – no estilo dos Griôs – para níveis correspondentes ao Ensino Fundamental. De maneira mais ou menos geral, há concordância de que, a partir do Ensino Médio, deve-se passar para uma visão complexa da história da África, centrada num estudo das dinâmicas internas, para elucidar a especificidade dos povos e das sociedades. O Ensino Médio é a porta de entrada para o mundo acadêmico; portanto, espera-se que, nesse nível,

a história africana já seja abordada de forma complexa

3. Em busca de uma síntese metodológica

O empenho eurocêntrico deixou um legado raciológico que, ainda hoje, continua dominando os estudos africanos, constituindo um sério obstáculo para a elucidação da realidade histórica desse continente. Esse obstáculo somente cederá diante da criatividade, do rigor científico e da curiosidade investigativa do pesquisador ou docente.

Pode-se conceber uma solução através do confronto e cruzamento das metodologias utilizadas pelos mais sólidos historiadores africanos. Temos em mente, especificamente, pesquisadores tais como: Joseph Ki-Zerbo (1978), Cheikh Anta Diop (1960;1967;1993), Elikia M'Bokolo (2003), Boubakar Barry (1985), J. F. A. Ajayi (1998;1992), Sekene Mody Cissoko (1966), Théophile Obenga (1976) e Pathé Diagne (1967). Apesar de divergirem entre si em muitos aspetos, eles convergem o suficiente nas áreas fundamentais para que seus trabalhos forneçam os elementos necessários para uma epistemologia comum. Portanto, a definição dos pontos de convergência entre estes diversos autores permite-nos conceber uma nova base metodológica abrangente e flexível o bastante para enxergar as realidades do continente na sua totalidade geográfica.

3.1. Exigências analítico-interpretativas

As abordagens historiográficas de Ki-Zerbo, Diop, Ajayi, Obenga, Cissoko, M'Bokolo e Diagne coincidem

suficientemente em torno da questão das exigências analítico-interpretativas requeridas para a compreensão da evolução das sociedades africanas. Esses autores fazem uma análise diferenciada de cada uma, partindo do marco referencial comum a todas elas. Poder-se-ia resumir essas exigências, simplificando-as um pouco, da seguinte maneira:

- enfoque histórico-temporal de longa duração;
- diacronicidade continental;
- preeminência histórica absoluta e exclusiva do continente africano na emergência da humanidade, na sua configuração tanto antiga como moderna e no povoamento do planeta;
- anterioridade histórica da civilização egípcio-núbio-meroítica;
- evolução multilinear das sociedades africanas a partir de matrizes político-econômicas, filosófico-morais e lingüístico-culturais comuns;
- delimitação de fases específicas de evolução sócio-histórica, segundo momentos socioeconômicos precisos;
- enfoque societário centrado na estratificação social, nos modos de produção e nas estruturas políticas;
- delimitação das evoluções societárias segundo espaços civilizatórios específicos.

Os grandes marcos referenciais que obedecem a critérios históricos e paleontológicos comprovados, em relação aos quais existe certa unanimidade, podem resumir-se a esses oito pontos de demarcação histórica propriamente africana. Os pontos de convergência entre

esses cinco historiadores podem constituir uma base que nos permita evocar uma “metodologia Diop-Ki-Zerbo-M´Bokolo-Obenga-Diagne” para a abordagem da história da África? Pensamos que sim. Ela consistiria na definição dos seguintes aspetos como constitutivos da inteligibilidade histórica especificamente africana:

- periodização de longa duração (começando com o próprio processo de hominização);
- configuração de espaços civilizatórios singulares;
- análise societária centrada na **atividade** principal de produção (coleta, caça, pastoreio) como determinante do grau de complexidade das relações sociais;
- análise societária centrada na **estratificação** da sociedade em agregados de interesses diferenciados;
- análise societária centrada no **modo de produção**, como estrutura fundamental da sociedade classista;
- análise societária centrada nas estruturas de poder e comando político.

Com base nesses seis critérios, iremos erigir esquemas analíticos flexíveis, com o intuito de incorporar ao máximo a imensa complexidade histórica e social africana, respeitando o lugar que ocupa cada povo – no espaço e no tempo – na sua própria inscrição histórica.

3.1.1. Definição de “espaços civilizatórios”

A complexidade social, aliada à massividade e extrema diversidade eco-geográfica do continente

africano, impõe a necessidade de enxergá-lo analiticamente através da noção de “espaço civilizatório”, como lócus das inter-relações fundantes da sociedade. Atendendo considerações, que aliam tanto a identificação das continuidades geo-lingüístico-culturais atuais quanto as delimitações de espaços político-culturais antigos, podem ser definidos, para começar, pelo menos quinze grandes “espaços civilizatórios” africanos surgidos de uma evolução humana que parte do período Neolítico (10.000 - 4.000 a.C), a saber:

- núbio-egípcio-kushita;
- etíope-somálio-axumita;
- ugando-ruando-burundês;
- tanzano-queniano-zairiano;
- zimbábue-moçambicano;
- botswano-azaniano;
- madagasco-comoriense;
- namíbio-zambiano;
- congo-angolano;
- nígero-camaronês;
- ganeano-burkino-marfinense;
- senegalo-guineo-maliense;
- mauritano-saeliano;
- marroco-numídeo-cartaginês;
- chado-líbio.

Esse corte analítico, de natureza ao mesmo tempo histórica, cultural e espacial, infere imbricações osmóticas de todo tipo, que contrastam com a visão de “estanqueidade” que muitos estudos africanistas persistem em veicular.

3.1.2. Análise societária centrada no modo de produção, nas estruturas políticas e nas relações segmentárias

As sociedades africanas podem ser analisadas a partir de uma identificação baseada:

- I) no modo de sustentação da vida material e social em relação à função produtiva principal:
 - caça-coleta nômade;
 - pastoreio nômade;
 - agro-pastoreio;
 - agro-manufatura.
- II) nas estruturas de poder e de comando político:
 - a) Estados:
 - agro-burocracia abrangente (pluri-étnica);
 - agro-burocracia restrigente (mono-étnica).
 - b) Chefaturas:
 - Chefatura confederada (multi-clânica);
 - Chefatura básica (uni-clânica).
- III) nas formas de estratificação social em agregados diferenciados, hierárquicos ou horizontais:
 - agremiações sociais fechadas⁵² (de gênero,

⁵²

Trata-se daquelas agremiações que, tradicionalmente, foram batizadas de "organizações secretas", designação que abandonamos em favor do termo "sociedade fechada", cunhado por Kabenguele Munanga, que é muito mais apropriado à natureza e funções desse tipo de agrupamento social.

de idade, de casta);

- agremiações sociais abertas (classes).

A partir desse esquema geral, pode-se partir para uma delimitação dos períodos históricos de longa duração, que correspondem à evolução singularmente africana. Dividimos esse enorme período em três “marcos referenciais” – Antigo, Formador e Moderno – nos quais privilegiamos os seguintes elementos:

- ciência, tecnologia, religião, artes e filosofia;
- organização socioeconômica e lutas sociais;
- interação das famílias linguísticas africanas.

4. Para uma nova periodização africana (antiga e moderna)

A periodização é um padrão conceitual que facilita a apreensão de uma longínqua trama histórica ou pré-histórica, tornando-a inteligível para nós. Ela é necessariamente arbitrária, porquanto surge de uma necessidade de ordem e de delimitação por parte do pesquisador. Se descartarmos definitivamente o conceito de “pré-história” no que diz respeito à África posterior a 2,5 milhões de anos atrás, o ciclo histórico de qualquer periodização se iniciaria, logicamente, nesse continente com a aparição da primeira humanidade arcaica como espécie diferenciada dentro da família dos homínídeos. No estado atual de nossos conhecimentos, esse evento aconteceu efetivamente pelo menos há 2,5 milhões de anos. Somente uma periodização de **longa duração** poderia refletir esses fatos históricos, que a ciência moderna legitima, e aquelas singularidades que são

próprias à historiografia africana.

Por conseguinte, há várias formas de abordagem para potencializar a inteligibilidade desses grandes períodos de uma história de tal extensão. Aquela que propomos consiste num padrão de periodização que levaria em conta tanto a produção das ideias filosóficas, religiosas e morais, como a produção do conhecimento científico e tecnológico pelas distintas sociedades:

- o processo de hominização;
- o povoamento do continente africano pela humanidade arcaica;
- os êxodos do continente e o subsequente povoamento do planeta;
- os processos de migração intra-africana, sedentarização e assentamento agrícola;
- o processo da construção dos primeiros Estados agro-burocráticos da história;
- as lutas e rivalidades políticas entre povos e nações africanas, os expansionismos intra-africanos desde a Antigüidade núbio-egípcia até a contemporaneidade;
- as invasões do exterior;
- a conquista e colonização árabe da África setentrional;
- os tráficos negreiros intra-continentais e transoceânicos;
- os processos de desintegração de espaços sócio-históricos constituídos;
- a conquista e colonização europeia de todo o continente africano;

- as lutas de libertação e a descolonização da África;
- as lutas da pós-independência.

Nesse caso, o enfoque deveria estar direcionado para a análise de cada um dos quinze espaços civilizatórios especificados, no enquadramento dos seis marcos referenciais de periodização definidos, a saber, Antigüidade Próxima, Antigüidade Clássica, Antigüidade Neoclássica, Período Ressurgente, Período Colonial e Período Contemporâneo. Parece-nos que essa abordagem apresenta a vantagem de um enfoque panorâmico que, sem desnaturar ou desfigurar a experiência histórica dos povos africanos, coloca-os numa posição de maior inteligibilidade para o estudo por parte daqueles que inclusive não possuem, ao início, uma grande familiaridade com essas questões.

4.1. O marco referencial antigo

4.1.1. Antigüidade Pré-histórica (7.000.000 – 2.500.000 anos)

- o processo de hominização e a aparição de várias espécies de Hominídeos.

4.1.2. Antigüidade Remota I (2.500.000 – 1.000.000 de anos)

- surgimento, sucessivamente, de dois troncos prototípicos da família humana arcaica (*Homo Habilis*, *Homo Eretus*) e primeiras migrações fora da África (Oriente Médio, Ásia).

4.1.3. Antiguidade Remota II (1.000.000 – 200.000 anos)

- surgimento da família humana proto-moderna (*Homo Sapiens Neandertalensis*) e migrações para o Oriente Médio e a Europa.

4.1.4. Antiguidade Remota III (200.000 – 10.000 anos)

- surgimento da família humana anatômica moderna (*Homo Sapiens Sapiens*); povoamento definitivo do planeta por ondas sucessivas a partir da África;
- aparição de novos “troncos fenotípicos” na Eurásia (proto-europóides e proto-sino-nipônico-mongóis);
- migrações dos povos leucodermes euro-póides;
- migrações dos povos leucodermes sino-nipônico-mongóis.

4.2. O marco referencial formador

De modo geral, o Neolítico se apresenta como o momento em que os ancestrais imediatos das famílias lingüísticas correspondentes aos povos e sociedades que conhecemos atualmente chegaram aos *habitat* que ocupam hoje. Embora ainda não tenhamos um desenho geral concreto sobre esse período, com a abrangência e a meticulosidade que se requer, sabe-se que “os ecossistemas atuais do continente africano se constituíram entre 12.000 e 3.000 anos a.C., dando ao continente essa “configuração ambiental que

explica o desenvolvimento das práticas agrícolas". (M'BOKOLO, 2003:51). Por isso, privilegiamos o Neolítico como o ponto de referência para determinar aquelas configurações histórico-demográfico-culturais que designamos como "espaços civilizatórios".

Atentos ao fenômeno de longa continuidade na ocupação do solo e das complexas dinâmicas migratórias intra-continenciais, parece-nos apropriado utilizar o período que vai desde o início do Neolítico (10.000 a.C.)⁵³ até meados do século XIX, como o grande marco histórico referencial para uma periodização suficientemente flexível. Atendendo a essas considerações, a historiografia africana dos últimos dez milênios pode conceber-se no interior de cinco grandes períodos, respetivamente denominados como "clássico", "neo-clássico", "ressurgente", "colonial" e "contemporâneo".

4.2.1 Antiguidade Próxima (10.000 a.C. – 5.000 a.C.)

Aparição das primeiras sociedades sedentárias agrícolas nos diferentes espaços civilizatórios.

4.2.2. Antiguidade Clássica (5.000 a.C.- 200 d.C.)

Aparição, apogeu e declínio das primeiras civilizações agro-burocráticas clássicas: Egito, Kerma,

⁵³ Convencionalmente, o período entre 10.000 e 4.000 a.C. está dividido em Mesolítico (de 10.000 à 8.000 a.C.) e Neolítico (de 8.000 à 4.000 a.C.). Privilegiamos a unificação destes, para constituir um só período abrangente: Neolítico (de 10.000 à 4.000 a.C.).

Kush, Cartago, Axum (primeiras potências africanas), atendendo à:

- organização social;
- extensão imperial;
- rivalidades políticas interafricanas;
- invasões pelos povos europeu-mediterrâneos ("povos do mar");
- invasões pelos povos semitas (hicsos);
- rivalidade com o mundo semita emergente (hititas, assírios, persas);
- confrontações com o mundo greco-romano.

4.2.3. Antiguidade Neo-clássica (200 d.C. - 1.500 d.C.)

Aparição, apogeu e declínio dos Estados agro-burocráticos neo-clássicos nos diferentes espaços civilizatórios (Ghana, Kanem-Bornu, Mali, Mwenemotapa, Songoi...).

O império árabe e os tráficos escravistas pelo Saara, pelo Oceano Índico e pelo Mar Vermelho (séculos VIII-XVI).

4.3. O marco referencial moderno

4.3.1 Período Ressurgente (1500 – 1870)

Aparição, apogeu e declínio dos Estados agro-burocráticos ressurgentes nos diferentes espaços civilizatórios (Kongo, Oyo, Walo, Tekrur, Macina, Segu, Kayor, Diolof, KwaZulu, Buganda, Bunyoro...).

A dominação imperial europeia e o tráfico escravista transoceânico pelo Atlântico (séculos XV-XIX).

4.3.2. Período Colonial (1870 – 1960)

A destruição pela Europa dos Estados agroburocráticos ressurgentes e a colonização do continente africano.

O processo de subdesenvolvimento do continente africano pela Europa e o surgimento da supremacia planetária do mundo ocidental.

As lutas dos povos africanos pela descolonização do continente e o surgimento da ideologia panafricanista⁵⁴ nas diásporas africanas⁵⁵ e na África.

4.3.3. Período Contemporâneo (a partir de 1960)

Do sonho libertacionista ao pesadelo neo-colonialista.

As independências políticas africanas: a decapitação política da África e a implantação do neo-colonialismo ocidental.

A África em crise I: as elites vassalas.

A África em crise II: os conflitos entre nações.

O futuro da África: globalização neo-liberal, ou invenção de uma via alternativa africana?

⁵⁴ Pan-africanismo: ideologia política elaborada no século XIX, logo após a abolição da escravidão, por pensadores afro-descendentes nas Américas, dos quais os mais proeminentes são, Edward Wilmot Blyden, Sylvester Williams, W. E. B. DuBois, Marcus Garvey, Caseley Hayford, George Padmore, C. L. R. James. Centra-se na ação política e econômica sustentada, em prol da descolonização do continente africano e ao estabelecimento de nações soberanas.

⁵⁵ Diáspora Africana: conjunto de comunidades de afro-descendentes em diferentes continentes.

5. Como catalogar as estruturas sociais africanas

5.1. As formações sociais ou modos de produção

Diversas e complexas estruturas sócio-econômicas, chamadas de “modos de produção” ou “formações sociais”, marcaram a vida social dos diferentes povos africanos através dos tempos. Por diversas razões, nem todas das quais nos são conhecidas, essas sociedades se encontram, hoje, em diferentes situações de adaptação socioeconômica e tecnológica. Existem casos, por exemplo, de povos outrora sedentários e agrícolas que se reconverteram em caçadores-coletores devido a invasões e agressões perpetradas contra suas sociedades. Todas essas sociedades, surgidas do fundo dos tempos, eclodiram na composição de mais de 2000 sociedades que compõem atualmente o universo africano. Como defini-las estruturalmente constitui um dos maiores quebra-cabeças para os africanistas.

Um momento único de desenvolvimento humano, em que mais de 2000 povos estivessem no mesmo patamar socioeconômico e tecnológico, nunca existiu na África, como não se deu também nas outras regiões do mundo. Desde o Neolítico, povos pastoris, agricultores sedentarizados e povos caçadores, adaptados à vida nas florestas, têm coabitado nos mesmos espaços. Grandes espaços dominados por Estados burocráticos potentes sempre coexistiram com agremiações étnicas, clânicas ou com confederações tribais. Portanto, a maneira mais racional e dinâmica de se abordar o problema parece-

nos ser considerar cada povo e as instituições por ele produzidas ao longo do tempo, no contexto da sua própria inscrição histórica.

O primeiro pressuposto a descartar é, sem dúvida, uma ótica unilinear e universal, como a que surgiu do dogmatismo marxista a partir dos desacertos da própria metodologia de Karl Marx (BAECHLER, 1971). Nem dentro nem fora da África houve um modo de desenvolvimento histórico universalmente linear. A história da humanidade, felizmente, é bem mais complexa do que isso, como o demonstrou o cientista senegalês Cheikh Anta Diop (DIOP, 1959).

É nessa fase das preocupações que surge a difícil e problemática questão do lugar que ocuparam, desde a alta Antigüidade egípcio-núbia até o século XIX, as estruturas servis de exploração socioeconômica, tais como as formas diferentes de trabalho **escravo**, seja para a produção de serviços, seja para a produção de mercadorias de uso ou de exportação, seja como "mercadoria de câmbio" para o comércio exterior ou intra-comunitário.

5.2 As categoriais servis

Apesar da enorme produção analítica sobre a escravidão no mundo inteiro⁵⁶, não se chegou, até

⁵⁶ Com relação à escravidão em geral, ver: VERLINDEN, Charles, **L'Esclavage dans l'Europe Médiévale**. Bruges: De Tempel, 1955. Ver também: DAVIS, David Brion, **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FINLEY, Moses I., **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio

hoje, a uma teoria geral sobre a escravidão, que seja suficientemente abrangente e flexível para permitir o desmembramento tipológico desse sistema particular de trabalho opressor, atendendo às especificidades de épocas e de sociedades. A África, no seu percurso de estruturação de diferentes formas de relações sociais, conheceu diversos modelos de relações de trabalho e de produção baseados no trabalho servil escravo⁵⁷. A questão que continua sendo o problema é: de que tipo de escravatura se trata? Como conceber uma tipologização de formas especificamente africanas de trabalho servil à base de escravos?

A escravização de um ser humano por outro ser humano, seja qual for a razão ou ocupação à qual estaria destinada tal força de trabalho, é sempre uma das expressões mais cruéis da dominação na história da humanidade. Certamente, essa forma de exploração, que arranca do ser humano o direito à sua dignidade

de Janeiro: GRAAL Editora, 1991; BAKIR, Abd el-Mohsen, **Slavery in Pharaonic Egypt**. Cairo, 1952; CHANANA, Dev Rāj, **Slavery in Ancient Índia: as Depited in Pali and Sanskrit Texts** New Delhi, 1960; MENDELSON, Isaac, **Slavery in the Ancient Near East: a Comparative Study of Slavery in Babylonia, Assyria, and Palestine, from the Middle of the Third Millennium to the End of the First Millennium** Nova York: Oxford University Press, 1949; WESTERMANN, William L., **The Slave. Systems of Greek and Roman Antiquity**. Philadelphia: American Philosophical Society, 1974. Sobre a Ásia, ver: WILBUR, C. Martin, **Slavery in China during the Former han Dynasty, 206B.C.-A.D. 25**. Chicago: Field Museum of Natural History, 1943; WATSON, James (org.), **Asian and African Systems of Slavery**, New York: Oxford Press, 1980.

⁵⁷ Sobre a escravatura africana, ver o excelente trabalho: MEILLASSOUX, Claude, **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

inata, é odiosa e condenável sem apelo.

A escravidão existente na África, principalmente no período pré-islâmico e pré-colonial, continua a desafiar as tentativas de tipologização, sendo motivo das mais divergentes e contraditórias análises (MEILLASSOUX, 1975; BARRY, 1985; CISSOKO, 1975). Todo o assunto gira em torno da questão: houve escravidão sem sistema escravista, que englobasse a totalidade da sociedade na África? Com base nas pesquisas cada vez mais precisas que estão sendo realizadas pelos especialistas africanos, começa a emergir uma visão que remete a uma complexidade maior do que se pensava.

As formas de regime de trabalho escravo na África foram tão variadas quanto complexas envolvendo, na sua maioria, o trabalho escravo **serviçal**, sem se chegar nunca a uma situação de **escravidão econômica generalizada** e, muito menos, de **escravidão-racial** como aquela que predominou nas *plantation* do Oriente Médio e, mais tarde, das Américas. As formas autótonas de escravidão que existiram no continente africano, até o advento do islã no século IX e a conseguinte perturbação profunda da ordem estrutural interna, foram do tipo doméstico-serviçal, com pouca extensão para a esfera da produção econômica. Essa situação tenderia a mudar com a crescente "arabização" e "islamização" das estruturas sociais africanas, como demonstra o caso do império Songai, sem, no entanto, atingir, em qualquer época, uma formação social englobante sobre a qual repousasse o conjunto da sociedade, o que a caracterizaria *ipso facto* como **sistema dominante**.

No estado atual de nossos conhecimentos, nada

autoriza a afirmação de que as formas africanas de escravidão se acercam àquelas desenvolvidas na Europa, desde a época greco-romana até o final da Idade Média, já estudadas por Charles Verlinden (1977), ou àquela praticada no Oriente Médio a partir do século IX, já evocada, entre outros, por Bernard Lewis (1994). As formas de escravidão propriamente africanas⁵⁸ também não podem ser confundidas com o modelo desenvolvido nas Américas (**escravidão racial**), a partir do século XVI. O esforço de Paul E. Lovejoy (2002), tendente a demonstrar a existência, na África, de um **modo de produção** escravista de caráter dominante, não nos parece suficientemente convincente para mudar essa conclusão.

Desde o início das primeiras entidades burocráticas africanas, no vale do Nilo, no período clássico, até a chegada dos árabes no século VII e a chegada dos europeus no século XV, a condição de escravo correspondeu a uma **categoria social** entre várias outras, e não foi, de nenhum modo, nem socialmente dominante, nem demograficamente preponderante. Isso quer dizer que a condição servil escrava, seja doméstico-serviçal, burocrático-militar ou econômico-produtora, correspondeu a uma definição estritamente social, independentemente do juízo que nós possamos, e devemos, ter sobre essa forma de estratificação da sociedade.

A menos que se possa demonstrar o contrário, com

⁵⁸ Naturalmente, excluimos desta consideração o caso da África setentrional conquistada e povoada pelos árabes, onde foi imposta e praticada em grande escala a escravidão racial oriunda do Oriente Médio árabe-semita

base numa análise rigorosamente fincada nas estruturas concretas, a África não conheceu um modelo único, perene, e muito menos dominante, de estruturas servis baseadas na escravidão. Não parece haver surgido, em parte alguma do continente, em qualquer época que se considere, um **modo de produção dominante** – sobre o qual tivesse repousado o conjunto da sociedade, como foi o caso na Europa greco-romana, no Oriente Médio e nas Américas – baseado no trabalho escravo.

Como definir a instituição da escravatura conhecida no continente africano desde a época egípcio-kushitica faraônica até os alvores do século XIX? Um número crescente de africanistas, sejam eles africanos ou não, têm-se empenhado, ultimamente, nessa tarefa, mas os resultados, até agora, mostram-se inconclusos. Em muitos casos, a análise parece “forçada” e, às vezes, francamente atentatória à verdade histórica. Outros objetivam demonstrar que as formas africanas de escravidão eram similares, se não piores, às da escravidão racial das Américas, às da escravidão greco-romana, às da Europa medieval ou às do Oriente Médio. Não obstante o caráter manifestamente ideológico que poderiam ter algumas dessas abordagens, ou as razões extraacadêmicas que poderiam consubstanciá-las, o tema de como catalogar as estruturas escravistas propriamente africanas deverá ser analisado como uma exigência a mais do conhecimento histórico geral da África⁵⁹.

⁵⁹ Ultimamente, à medida que é trazida à tona, pelos africanos e pelas diásporas afrodescendentes, a questão de reparações para o continente africano pelos tráficos negreiros desenvolvidos em grande escala pelos

No futuro, essas indagações deverão estar no centro dos esforços investigativos, sem idealizar, de modo algum, as estruturas pré-islâmicas e pré-coloniais dos povos africanos, a fim de elucidar as grandes questões suscitadas pelo percurso e o destino tão singular do continente africano. Em todo caso, com a queda final do continente africano, há cinco séculos, o mundo despencou na barbárie (DIOP, 1981) planetária, marcada pelos genocídios americanos, o gigantesco tráfico negreiro Atlântico, a imposição da **escravidão racial** nas Américas, a extensão imperialista da Europa sobre o resto do mundo e, naturalmente, o surgimento da atual ordem capitalista mundial e a conseguinte planetarização do racismo.

6. Problemática didática

6.1. As fontes de ensino

É possível antecipar que a implantação do ensino da história da África no Brasil apresentará problemas que também tiveram que ser enfrentados e resolvidos no continente africano. Considerando a visão negativa

árabe-semitas do Oriente Médio e pelos Europeus do Ocidente, observa-se uma tendência crescente em certos meios acadêmicos, particularmente norte-americanos, à banalização da natureza holocáustica desses tráficos e da própria escravatura racial nas Américas. Esse fenômeno, por sua vez, não parece estar desvinculado do surgimento das tendências unilateralistas nas relações internacionais como consequência da queda do império soviético. Ela é, possivelmente, uma das várias manifestações do auge de uma nova ordem planetária homogeneizadora e geradora de um pensamento único. Ver nesse sentido: THORNTON, John, **A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

sobre a África, que predominou na sociedade brasileira durante tanto tempo, o primeiro desses problemas e, talvez, o de maior significado, tem a ver com o pesado legado de fontes bibliográficas eruditas "poluídas".

Trata-se aqui do problema de "retroalimentação", ou seja, da reintrodução, no ensino contemporâneo, de teorias desacreditadas pelos estudos científicos. Ora legitimadas por novos argumentos, ora envoltas nestas latitudes numa nova roupagem acadêmica, não é inconcebível que a maioria das obras sobre a África estejam **sutilmente** imbuídas de tenazes e profundos preconceitos contra os povos e as civilizações africanas. O pesado legado dos séculos que corresponderam aos momentos mais trágicos da história dos povos da África renasce constantemente de suas próprias cinzas. Com efeito, esse é um dos maiores problemas que afetaM o ensino da história da África no mundo inteiro.

Quando a UNESCO tomou a decisão pioneira de redigir a História Geral da África (8 volumes), defrontou-SE com esse tipo de problema. Por isso, é necessário ter uma ideia precisa de quais obras apresentam o maior grau de objetividade científica e o menor risco de transposição, para o universo do ensino, das teses preconceituosas e das informações infundadas de outrora.

6.2. A avaliação das fontes de ensino

Há, em toda a América Latina, uma carência de material didático sobre a África, em línguas portuguesa e espanhola. Esta questão não será resolvida tão cedo, considerando que a tradução e publicação das

obras estão submetidas a considerações de mercado e da política das grandes editoras. Corre-se o grande risco de que se privilegiem para a tradução em língua portuguesa, precisamente, obras preconceituosas ou **desatualizadas**, situação com a qual haverá que coexistir durante um longo tempo.

Nortear os estudos sobre a África, em função de todas as considerações expostas, exige repousar o esforço didático sobre um corpo de obras interdisciplinares, desprovidas de preconceitos raciológicos ou ideológicos e que respeitem a verdade histórica. Essas obras, que devem responder a vários critérios entrelaçados que garantam sua confiabilidade, poderiam ser selecionadas, possivelmente com a assistência da UNESCO, por um painel pluridisciplinar de especialistas com comprovada familiaridade com as realidades africanas e com sólidos conhecimentos da bibliografia sobre o continente. Isso permitiria estabelecer uma ordem de prioridades das obras a serem traduzidas, que poderiam servir de bibliografia mínima norteadora sobre a história da África⁶⁰.

6.3. Obras dos cientistas africanos

Até os anos sessenta do século XX, a produção sobre a história da África esteve, inquestionavelmente, monopolizada por africanistas europeus, americanos e árabes, majoritariamente imbuídos de uma visão fundamentalmente essencialista e raciológica. Essa tendência tem diminuído em parte, mas não desaparecido, com o crescimento exponencial de especialistas e

⁶⁰ Ver: Anexo I: Bibliografia mínima norteadora.

cientistas africanos dedicados ao estudo do passado de seu próprio continente. Esse novo desdobramento da situação, que contribui para a superação dos problemas sublinhados ao longo deste texto, constitui a razão pela qual o novo empreendimento docente, preconizado na Lei nº 10.639/2003, não poderá prescindir da historiografia especificamente produzida por africanos, sem ferir gravemente as exigências de rigor e de respeito pela verdade cientificamente elaborada e demonstrada.

Trata-se de especialistas que conhecem a África a partir de dentro, através das mentalidades, cosmogonias, línguas e estruturas que moldaram aquelas sociedades ao longo da mais extensa história do planeta. Uma abordagem da África **a partir de dentro** implica uma capacidade **intuitiva** que se situa além das possibilidades contidas na própria pesquisa e que, por sua vez, confere ao especialista uma maior propensão para a compreensão até das múltiplas sutilezas contidas nos termos que descrevem e definem as realidades socioeconômicas, cosmogônicas e relacionais, próprias às estruturas concretas. Isso, que chamaremos de **conhecimento orgânico** – que está implícito na condição de ter nascido e ter sido socializado nas línguas, na psicologia (mentalidade), nas estruturas concretas, e no mundo relacional em que se forja uma cultura e se inscreve uma história – não poderá ser desconsiderado⁶¹.

⁶¹ Essa realidade deveria ser cristalina para aqueles que, na América do Sul, sempre denunciaram o olhar historiográfico norte-americano como sendo um fator redutor da experiência especificamente sul-americana, e que, conseqüentemente, lutaram pela existência de uma historiografia sul-americana construída *a partir de dentro*.

Existe, no momento, um importante corpo de obras básicas, incontornáveis, produzidas por africanos, que podem e devem servir para ampliar as bases do saber sobre esse continente, assim como para a reconfiguração e reestruturação dos programas de estudos africanos em todos os níveis. Embora não sejam, e de longe não serão, as únicas obras rigorosas sobre os assuntos em questão, as problemáticas que tratam são suficientemente específicas para constituir, no seu conjunto, uma sólida base geral para ajudar a assentar os estudos e pesquisas sobre a história da África.

Nem toda a produção historiográfica africana, como é lógico, terá o mesmo peso nem a mesma confiabilidade. Existe, ainda, o caso de historiadores africanos que, por não se desprenderem suficientemente da hegemonia ideológica do mundo ocidental ou do Oriente Médio, tergiversem com as realidades históricas do seu próprio continente. Alguns, por medo de se contrapor às tradições do mundo árabe-islâmico, que continua pautando ideologicamente a vida de muitas sociedades africanas através do Islã e dos costumes árabes; outros, por medo de incomodar as dinâmicas hegemônicas do universo judeu-cristão atualmente dominante. Felizmente, trata-se de uma minoria, facilmente reconhecível pelo caráter apologético, ou legitimador, das suas produções.

Pelo contrário, as novas gerações de especialistas africanos exibem um **pensamento crítico** de qualidade que privilegia o rigor científico e a busca da verdade a qualquer custo, em contraposição àquele pensamento, tentador, que consistiria na apologia

sistemática do passado pré-islâmico ou pré-colonial. Ao mesmo tempo, a maioria desses cientistas mostra uma preocupação empática pelo destino de um continente abalado, razão talvez pela qual tenham produzido obras que incomodam, ou cujas conclusões freqüentemente conflitam com as interpretações dominantes. Em todo caso, a historiografia africana está em pleno processo de descolonização intelectual, graças às obras de uma nova estirpe de historiadores africanos, entre os quais o nome do senegalês Cheikh Anta Diop⁶², grande visionário das novas perspectivas epistemológicas, merece especial reverência.

Conclusão

Para uma Pedagogia empática

O avanço constante do conhecimento científico

⁶² Cheikh Anta Diop é considerado como a personalidade científica africana que mais marcou o século XX. Físico, matemático, químico, egiptólogo, antropólogo, lingüista, sociólogo e historiador, ele foi, desde a década dos anos cinquenta, o verdadeiro precursor de uma visão histórica alternativa solidamente ancorada na pesquisa objetiva. No calor da ideologia racial que predominava na academia ocidental da época, sua primeira tese de doutoramento, sobre o Egito faraônico, foi recusada por uma banca de eminentes egiptólogos franceses. Esse trabalho precursor se converteu na sua mais célebre obra, **Nações Negras e Cultura**, livro seminal que de um golpe reverteu a projeção anti-científica dos estudos "africanistas" que dominaram os séculos XVIII, XIX e a maior parte do século XX. Mundialmente célebres, mas ainda desconhecidas na América Latina, as obras de Diop provocaram um amplo debate que culminou na elaboração subsequente, com sua participação, de uma história geral descolonizada do continente africano, sob a coordenação da UNESCO. Diop morreu de um infarto, aos 62 anos, em 1986, deixando um rico acervo de obras essenciais incontornáveis.

sobre a África, em especial nos campos da paleontologia e da antropobiologia, não cessam de confirmar que esse continente foi o lugar privilegiado onde surgiu a consciência humana e onde se elaboraram as experimentações que conduziram à vida em sociedade. Contudo, a lentidão da assimilação/integração desses dados revolucionários, pelo meio acadêmico, continua sendo um problema, razão pela qual a reatualização dos conhecimentos deverá constituir peça importante do processo didático. À primeira vista, uma das formas eficientes de alcançar esses objetivos seria a organização de oficinas de formação para agentes multiplicadores selecionados, preferencialmente, entre os docentes das disciplinas humanas, e não somente na disciplina histórica.

A sensibilidade do docente determinará, em muitos casos, a predisposição à aceitação, ou à rejeição, das teses raciológicas e manipulações legitimadoras que, inevitavelmente, vestirão a roupagem "acadêmica". Por isso, o docente incumbido do ensino da matéria africana deverá cultivar sua **sensibilidade** em relação aos povos e culturas oriundos deste continente. Num país como o Brasil, onde as tradições e culturas africanas nutrem, de maneira tão vigorosa, a personalidade do povo brasileiro, a empatia para com a África apareceria como algo natural, mas ela não é, apesar de todos os brasileiros serem herdeiros das tradições e cosmovisões desse continente.

Os novos desafios

O/A professor/a incumbido/a da missão do ensino

da matéria africana se verá obrigado/a, durante longo tempo, a demolir os estereótipos e preconceitos que povoam as abordagens sobre essa matéria⁶³. Também terá de defrontar-se com os novos desdobramentos da visão hegemônica mundial, que se manifesta através das “novas” ideias que legitimam e sustentam os velhos preconceitos⁶⁴. Trata-se daqueles africanistas – designados como “revisionistas” e “negacionistas” por Elikia M’Bokolo⁶⁵ – que afogam os fatos históricos com sofisticadas armações estatísticas e argumentos “técnicos”, que tendem a relativizar as terríveis conseqüências do mais trágico momento da história da África e da humanidade, apagando – seja mediante a omissão ou a sua simples negação⁶⁶ – aqueles eventos que hoje resultam insuportáveis para a consciência humana. Estamos diante de novas tentativas de banalização dos efeitos do racismo e das agressões imperialistas por parte de verdadeiros soldados ideológicos da visão e das

⁶³ Ver, a esse respeito: OBENGA, Theophile, **Le sens de la lutte contre l’africanisme eurocentriste**. Paris: L’Harmattan e Khepera, 2001; TEMU, A., SWAI, B., **Historians and Africanist History: A Critique. Post-Colonial Historiography Examined**. Londres: Zed Press, 1981.

⁶⁴ Ver, entre outros: CURTIN, Philip D., **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison: University of Wisconsin Press, 1969; WEBB, James A., **The Desert Frontier: Ecological and Economic Change Along the Western Sahel, 1600-1850**. Madison: University of Wisconsin Press, 1995. ANSTEY, Roger, **The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760 – 1810**. Londres, The MacMillan Press, 1975.

⁶⁵ Ver: M’ BOKOLO, Elikia, **África Negra. História e Civilizações**, tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003, especialmente caps. III e IV, neste com especial atenção às págs. 322-325.

⁶⁶ O ato fundador do negacionismo especificamente brasileiro foi, sem dúvida, a queima por ordem de Rui Barbosa, de todos os arquivos relativos à escravidão dos africanos no Brasil.

estruturas hegemônicas que tomaram conta do planeta.

À guisa de conclusão, aparece-nos como uma evidência tanto acadêmica quanto moral, que o respeito à **verdade** quanto à inscrição histórica dos povos africanos, no tempo e no espaço, deve nortear todos os esforços de pesquisa e de ensino da história da África, assim como da história das comunidades afro-descendentes. Levando em conta tudo o que precede, os estudos sobre a história da África, especificamente no Brasil, deverão ser conduzidos na conjunção de três fatores essenciais: uma alta sensibilidade empática para com a experiência histórica dos povos africanos; uma constante preocupação pela atualização e renovação do conhecimento baseado nas novas descobertas científicas; e uma interdisciplinaridade capaz de entrecruzar os dados mais variados dos diferentes horizontes do conhecimento atual, para se chegar a conclusões que sejam rigorosamente compatíveis com a verdade.

Esses três pré-requisitos estão, por sua vez, vinculados ao problema mais geral que radica na necessidade de se chegar a um maior grau de compreensão das diferenças e da alteridade, como fatores estruturantes da convivência humana. O conhecimento do Outro, de sua identidade étnica, cultural, sexual ou racial, do seu percurso humano, de sua **verdadeira** inscrição histórica, possibilita a convivência confortável, se não feliz, com as diferenças fundamentais.

Um novo olhar objetivo sobre a África se converte numa exigência pragmática, acadêmica, cultural e política. No entanto, ela também está intimamente vinculada às múltiplas interações do

corpo social brasileiro, incidindo, propriamente, como está determinado pela Lei, na história das populações afrodescendentes no mundo inteiro. Estabelecer as múltiplas conexões entre todas essas histórias vinculadas ao continente matricial será, portanto, outro aspeto configurador da problemática tratada neste estudo.

É nesse sentido que o novo esforço educador tem o potencial e pode se transformar num fator democratizante de um amplo processo integrador com vocação universal. Entretanto, é evidente que, quando se vinculam a história da África e as histórias das diásporas afrodescendentes, como prevê acertadamente a Lei, surgirá uma gama de reações de todo tipo, desde os melhores sentimentos conducentes a um melhor convívio inter-racial, até as tendências mais conservadoras ligadas a um passado escravista mal assumido.

As medidas capazes de garantir a generalização do ensino da história da África num país onde prepondera, cultural e demograficamente, o componente surgido desse continente, correspondem, efetivamente, a uma perspectiva de construção **nacional** de longo alcance. Poderá o esforço didático do/a professor/a se desincumbir dessa complexa responsabilidade?

O/A professor/a incumbido/a da missão do ensino da história dos povos e das civilizações da África – que, como já vimos, não é uma história qualquer – dificilmente poderá permanecer insensível a todas essas considerações. Pensamos que, pelo contrário, a sua eficácia pedagógica terá uma maior repercussão e abrangência na medida em que a sua sensibilidade empática, para a matéria e para o seu entorno social, seja elevada.

Referências

- AJAYI, J. F. Ade, **General History of Africa: Africa in the Nineteenth Century until the 1880s**. Los Angeles: University of California Press, 1998
- _____, **People and Empires in African History: Essays in Memory of Michael Crowder**. London: Longman, 1992.
- _____; CROWDER, Michael (orgs.), **History of West Africa**, 2 volumes. Londres: Longman, 1985.
- AKINJOGBIN, I. A., **Dahomey and its Neighbours (1708-1818)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- ANSTEY, Roger, **The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760 - 1810**. London, The MacMillan Press, 1975.
- BAECHLER, Jean, **Les origines du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1971.
- BAKIR, Abd el-Mohsen, **Slavery in Pharaonic Egypt**. Cairo, 1952.
- BARRY, Boubakar, **Le royaume du Wallo. Le Senegal avant la conquête**. Paris: Karthala, 1985.
- _____, **Le Senegal avant la conquête**. Paris: Karthala, 1985;
- CHANANA, Dev Raj, **Slavery in Ancient India: as Depited in Pali and Sanskrit Texts**. New Delhi, 1960.
- CISSOKO, Sekene Mody, **Histoire de l'Afrique occidentale. Moyen Age et Temps Modernes (VII^e siècle-1850)**. Paris: Présence Africaine, 1966.
- _____, **Tomboutou et l'Émpire Songhay**. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1975.

- Curtin, Philip D, **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison: University of Winsconsin Press, 1969.
- DAVIS, David Brion. **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DIAGNE, Pathé, **Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale: Essais sur les Institutions politiques précoloniales**. Paris: Présence Africaine, 1967.
- DIOP, Cheikh Anta, **Antériorité des civilisations nègres, mythe ou vérité historique?** Paris: Présence Africaine, 1967, 1993.
- _____, **Civilisation ou Barbárie**. Paris: Présence Africaine, 1981.
- _____, **L'Afrique noire précoloniale**. Paris: Présence Africaine, 1960, 1987.
- _____, **L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire**. Paris: Présence Africaine, 1959.
- _____, **Nations nègres et Culture**. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979.
- _____, **Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines**. Dakar: IFAN-NEA, 1977.
- FINLEY, Moses I., **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: GRAAL Editora, 1991.
- HOWELLS, William, **Getting Here: The Story of Human Evolution**. Washington, D.C.: The Compass Press, 1993.
- HUBBE, M.O.R, ATUI, J.P.V, AZEVEDO, E.T.& NEVES, W.A., **A Primeira Descoberta da América. Evolução Humana**. Sociedade Brasileira de Genética.

Ribeirão Preto: Atheneu, 2003.

KI-ZERBO, Joseph, **Historie de l'Afrique Noire**. Paris: Hatier, 1978.

LEVY-BRUHL, Lucien, **La mentalité primitive**. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

LEWIS, Bernard, **Race and Slavery in the Middle East**. London: Oxford University Press, 1994.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M' BOKOLO, Elikia, **África Negra. História e Civilizações**, tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003.

MEILLASSOUX, Claude, **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____, **L'Esclavage en Afrique précoloniale**. Paris: Maspero, 1975;

MENDELSON, Isaac, **Slavery in the Ancient Near East: a Comparative Study of Slavery in Babylonia, Assyria, and Palestine, from the Middle of the Third Millennium to the End of the First Millennium**. Nova York: Oxford University Press, 1949.

OBENGA, Theophile, **Contribution à l'histoire traditionnelle de l'Afrique centrale**. Paris: Présence Africaine, 1976.

_____, **Le sens de la lutte contre l'africanisme eurocentriste**. Paris: L'Harmattan e Khepera, 2001.

_____, **Origine commune de l'égyptien**

- ancien, du copte et des langues négro-africaines modernes: **Introduction à la linguistique historique africaine**. Paris: L'Harmattan, 1993.
- STRINGER, Christopher e MCKIE, Robin, **African Exodus: The Origins of Modern Humanity**. New York: Henry Holt, 1998.
- TATTERSALL, Ian, **The Last Neanderthal: The Rise, Success and Mysterious Extinction of Our Closest Human Relatives**. Colorado: Westview Press, 1999.
- TATTERSALL, Ian e SCHWARTZ, Jeffrey H., **Extinct Humans**. Colorado: Westview Press, 2000.
- TEMU, A., SWAI, B., **Historians and Africanist History: A Critique. Post-Colonial Historiography Examined**. Londres: Zed Press, 1981.
- VERLINDEN, Charles, **L'Esclavage dans l'Europe Médiévale**. Bruges: De Tempel, 1955.
- WEBB, James A., **The Desert Frontier: Ecological and Economic Change Along the Western Sahel, 1600-1850**. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.
- WESTERMANN, William L., **The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity**. Philadelphia: American Philosophical Society, 1974.
- WILBUR, C. Martin, **Slavery in China during the Former Han Dynasty, 206B.C.-A.D. 25**. Chicago: Field Museum of Natural History, 1943.

6. BIBLIOGRAFIA MÍNIMA NORTEADORA DE OBRAS BÁSICAS SOBRE A ÁFRICA

BARRY, Boubakar, **Le royaume du Wallo. Le Senegal avant la conquête**. Paris: Karthala, 1985.

CISSOKO, Sekene Mody, **Histoire de l'Afrique occidentale. Moyen Age et Temps Modernes (VII^e siècle-1850)**. Paris: Présence Africaine, 1966; **Tomboutou et l'Émpire Songhay**. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1975.

DIAGNE, Pathé, **Pouvoir politique en Afrique occidentale**. Paris: Présence Africaine, 1967; **Histoire générale de l'Afrique noire**, vol. 2. Paris: UNESCO, 1978.

DIOP, Cheikh Anta, **L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire**. Paris: Présence Africaine, 1959, 1982; **Nations nègres et Culture**. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979; **L'Afrique Noire pré-coloniale**. Paris: Présence Africaine, 1960, 1987; **Civilisation ou Barbárie**. Paris: Présence Africaine, 1981, 1988.

KI-ZERBO, Joseph, **História Geral da África negra**, volumes I e II (3^a. ed.). Portugal: Publicações Europa-América, 2002.

M'BOKOLO, Elikia, **Afrique noire histoire et civilisations, jusqu'au XVIII^e ème siècle**, Tomos I

et II. Paris: Hatier-Aupelf, 1995⁶⁷.
OBENGA, Theophile, **L'Afrique dans l'Antiquité. Égypte ancienne-Afrique noire**. Paris: Présence Africaine, 1973; **Afrique centrale précoloniale. Documents d'histoire vivante**. Paris: Présence Africaine, 1974; **La Cuvette Congolaise. Les hommes et les structures. Contribution à l'histoire traditionnelle de l'Afrique centrale**. Paris: Présence Africaine, 1976; **Les Bantu, Langues-Peuples-Civilisations**. Paris: Présence Africaine, 1985; **La Philosophie africaine de la période pharaonique – 2780-330 avant notre ère**. Paris: L'Harmattan, 1990; **Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues negro-africaines modernes. Introduction à la linguistique historique africaine**. Paris: L'Harmattan, 1993; Cheikh Anta Diop, Volney et le Sphinx. Contribution de Cheikh Anta Diop à l'Historiographie mondiale. Paris: Présence Africaine e Khepera, 1996.

⁶⁷ O volume 1 foi publicado em português: M'BOKOLO, Elikia, **África negra. História e civilizações, tomo I até o século XVIII**. Lisboa: Editora Vulgata, 2003.

1. The first part of the paper discusses the importance of the study of the history of the English language.

2. It then goes on to discuss the various factors which have influenced the development of the English language.

3. The third part of the paper discusses the various stages of the development of the English language.

4. The fourth part of the paper discusses the various influences which have shaped the English language.

5. The fifth part of the paper discusses the various factors which have contributed to the development of the English language.

6. The sixth part of the paper discusses the various influences which have shaped the English language.

7. The seventh part of the paper discusses the various factors which have contributed to the development of the English language.

8. The eighth part of the paper discusses the various influences which have shaped the English language.

9. The ninth part of the paper discusses the various factors which have contributed to the development of the English language.

PARTE III

O FUTURO DA ÁFRICA entrevista e depoimentos



7. ENTREVISTA

O FUTURO DA ÁFRICA

Por Pedro Cardoso, Jornal de Angola

Esta é uma entrevista em que as perguntas surgem só para aliviar a torrente de palavras e de histórias. Carlos Moore, etnólogo e cientista político cubano, rompeu com o regime de Castro e lutou o resto da vida pela emancipação de África e contra as formas de dominação do homem. Trabalhou com Savimbi, viveu de perto o calvário de Viriato da Cruz, privou com Mário Pinto de Andrade e foi angolano por um ano. Na voz e no olhar, preserva ainda aquele idealismo a que chamam utopia, que arrancou uma ovação de pé do jovem auditório da Universidade Lusíada, em 2009, nas comemorações do aniversário do companheiro Mário de Andrade.

Dissidente cubano. O nome não lhe pesa?

Há que diferenciar. Em Cuba não houve dissidências só à direita, ao contrário do discurso oficial do regime. Eu sou um dissidente da esquerda cubana. Sou um revolucionário, mas não concordo com o regime instituído. Fidel Castro matou violentamente a Revolução de Cuba no início da década de 70. Durante os primeiros vinte anos, as ideias revolucionárias coexistiam com um regime autoritário e repressivo que tinha colocado o marxismo-leninismo como ideologia do Estado. Eu não concordei com essa identificação.

O seu posicionamento político durante essa época foi marcado pela questão racial.

Quando alcançou o poder, em 1959, a pequeno-burguesia hispano-cubana negou-se a partilhar o poder com a maioria negra, e serviram-se do marxismo-leninismo da Revolução para camuflar a dominação racial e de classes. Nessa altura, entre 35 a 45% da população era negra. Quando Fidel Castro propõe a reforma agrária, e outras medidas revolucionárias, a situação inverte-se – cerca de 20% da população branca entra em ruptura com o regime e foge, sobretudo para Miami, e de repente o regime castrista encara uma maioria negra, com a qual não contava e que começa a temer. Começa, então, uma repressão brutal contra intelectuais negros que alertavam para o grave problema racial que o país vivia, como o historiador e etnólogo Walterio Carbonell. O regime rejeita continuamente essas chamadas de atenção, dizendo que vivíamos numa democracia racial, o que era mentira.

Diziam que a única cor em Cuba era a “cor cubana”.

Sim, começaram com essa demagogia. Mas o problema era grave e a repressão aumentava de tom. A uma certa altura, baniram as cerca de 525 organizações negras do país. Confrontado com uma realidade insustentável, o presidente destas chamadas “sociedades de cor”, o sociólogo e revolucionário Juan René Betancourt Bencomo, que teorizara a questão racial cubana ainda antes de Fidel chegar ao poder, começou a pedir aos dirigentes uma discussão aberta sobre a situação dos negros em Cuba. Acabou exilado e com as suas obras proibidas por Fidel.

Qual era o seu enquadramento neste movimento?

Como os meus companheiros, acreditava na Revolução e apenas queria uma oportunidade para discutir o problema com o governo. Mas não havia nenhum interlocutor possível para além de Fidel, que já monopolizava o poder e que nos confiscara o direito de pensar. Ainda assim, em 1961, levei o meu protesto ao chefe do exército, o comandante Juan Almeida Bosque, que também era negro. Acabei preso. Levaram-me para a chamada Villa Marista, onde estive numa cela com perto de 30 pessoas, que iam sendo levadas, noite após noite, para serem fuziladas. Estive 28 dias à espera de ser morto e só escapei porque, na altura, trabalhava com um grande dirigente dos direitos civis dos Estados Unidos, Robert Williams, que estava a viver em Cuba sob a proteção de Fidel Castro. Quando ele soube que eu estava preso, moveu os contatos junto do chefe da Contra-Inteligência cubana, Manuel Piñero Losada (que mais tarde se destacou como chefe dos serviços secretos cubanos em Angola). Acabei por ser libertado.

Mas continuou a forçar o diálogo com Fidel.

Tinha que continuar, apesar de estar fortemente vigiado. Até que um dia, em 1962, estava numa rua de Havana com uma delegação africana quando os carros pretos e blindados de Fidel param em frente a uma gelataria, no outro lado da rua. Impulsivamente comecei a correr e a gritar pelo nome dele. Ia sendo um desastre. A segurança ia atirar sobre mim, mas ele impediu-a. Perguntou-me, então: "Mas o que é isso, quem és tu?" Respondi-lhe que fazia parte de um grupo de intelectuais revolucionários que não estavam de acordo com a forma como ele colocava a questão racial. Ficou colérico e

disse-me para ir ao escritório dele e levar as nossas preocupações num papel. E para levar a lista de toda a gente envolvida. Não demos os nomes, mas fomos ao escritório dele, onde fomos recebidos pelo seu braço direito, Celia Sanchez, que recebeu o nosso manifesto. No dia a seguir, estávamos presos.

De novo para a Villa Marista?

Desta vez não. Fui levado ao atual vice-presidente cubano, o comandante Ramiro Valdez Menéndez, que era, na altura, o chefe da polícia secreta, o grande terror de Cuba. Depois de seis horas de interrogatório, tive que assinar uma confissão a dizer que não havia racismo em Cuba e que tinha sido contaminado pelas ideias do imperialismo durante o tempo em que tinha vivido nos Estados Unidos. Ou isso ou o fuzilamento. Compreendi que este regime era uma máquina infernal que estava a tragar toda a gente, inclusivamente a esquerda cubana. Aí morreu toda a identificação com esse regime.

E acabou num campo de reabilitação.

Sim. Fui enviado para um campo de reabilitação, do qual saí depois de um acidente e onde não voltei mais. Depois do tratamento, puseram-me a trabalhar no Ministério da Informação e depois no Ministério das Relações Exteriores. Um dia, aproveitei uma confusão no trabalho, apanhei um táxi e refugiei-me na embaixada da Guiné-Conacri. Fiquei lá três meses, enquanto o embaixador guineense negociava com as autoridades a minha saída do país. Ele teve o apoio dos embaixadores do Mali, do Egito e do Gana. Quando o governo se deu conta de que nações amigas se recusavam a entregar-me, acabou por ceder. Deixei Cuba em 4 de Novembro de 1963, o dia em que completei 21 anos. Fui para o Cairo,

no Egito, onde comecei a trabalhar com os movimentos de libertação africanos.

Alguns meses depois de chegar ao Egito, conhece Jonas Savimbi, com quem começa a trabalhar. Como era este político em 1964?

Conheci-o através do conselheiro de Gamal Abdel Nasser [Presidente do Egito] para os assuntos africanos, Abdel Azziz Iss-Hak. Nessa altura, Savimbi era espetacular. Era um homem brilhante, sem dúvida, com um pensamento claro, muito progressista. Tínhamos conversas puramente teóricas, de um nível muito alto. Tal como Viriato da Cruz e Mário de Andrade, que conheci mais tarde, Savimbi via África dentro de uma dinâmica internacional e analisava sempre os diferentes elementos do jogo mundial. Era pró-guevarista, pró-castrista, marxista, mas maoista. Tivemos fortes e contínuas discussões, até chegarmos ao ponto de acordarmos tacitamente em não tocar mais no “assunto Cuba”, porque nunca iríamos conseguir atingir um consenso. Ele era muito pro-castrista – especialmente guevarista – nessa altura.

Como encarava Savimbi os outros movimentos de libertação de Angola?

Savimbi via Holden Roberto como um político ditatorial e como alguém que obedecia fundamentalmente aos interesses ocidentais. Não obstante, compreendia que a base da União dos Povos de Angola (UPA) era formada por verdadeiros nacionalistas, e que havia que ter isso em conta. Por outro lado, pensava que o MPLA era dirigido por políticos dogmáticos que estavam comprometidos com os interesses soviéticos, falasse com respeito de alguns nacionalistas como Viriato da Cruz,

Mário de Andrade, ou Agostinho Neto.

Savimbi acreditava num acordo com o MPLA?

Acreditava, sim, que era possível uma aliança, porque o MPLA era uma organização progressista. Até hoje acredito que poderia ter havido um acordo inteligente de partilha do poder político em Angola entre os dois partidos, que também não excluísse a FNLA. Houve erros graves de todos os lados. A pessoalização do poder, a egomania e os setarismos ideológicos impuseram-se, o que deu oportunidade aos soviéticos, americanos, cubanos e sul-africanos para fazer o seu próprio jogo.

Como é que Savimbi se movimentava no Cairo, nessa altura?

Ele tinha um forte apoio de Nasser, que o admirava bastante, e que, por outro lado, odiava Holden Roberto. Entre 1964 e 1965, Savimbi e Viriato da Cruz, ambos maoistas, estabeleceram contatos entre si. Estavam a tratar, penso, de destruir a força política de Holden Roberto. Recorde-se que Savimbi tinha sido ministro das Relações Exteriores do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE) e que Viriato da Cruz integrou a UPA/FNLA quando saiu do MPLA, o que, no meu entender, foi um erro político. Cheguei a dizer várias vezes ao Viriato que não conseguia entender essa decisão.

O que é que ele lhe respondia?

Nunca disse nada. Ele tinha uma maneira de olhar para ti em silêncio, quando não queria responder... Penso que não queria admitir que isso tinha sido um

erro grande. O Savimbi tinha-se oposto à integração de Viriato, mas o admirava.

Voltemos a Savimbi. Cairo, 1964.

Para além de Nasser, que obrigou o governo tunisino a conceder passaportes aos homens de Savimbi, este dirigente tinha também um grande apoio da esquerda trotskista europeia e do Baath, no Iraque e na Síria, de Michel Aflak. O primeiro treino militar dos elementos que ele controlava, e que na altura constituíam o PARA – Partido Africano Revolucionário de Angola (a Unita viria muito depois) - teria sido feito no Iraque. Entretanto, no Cairo, Nasser concedera um espaço para o Savimbi montar – sigilosamente - sua organização política sob a cobertura de uma representação do GRAE, que ficou sob a responsabilidade de Florentino Duarte, um jovem mestiço vindo da Suíça. Savimbi pediu-me, então, para ajudar a montar o escritório, sob a condição de eu não revelar a ninguém que era cubano, porque ele não podia ter relações com dissidentes do regime de Fidel. Aceitei trabalhar com ele. Fui eu, por exemplo, quem redigiu o primeiro boletim de Savimbi, publicado no Cairo. Chamava-se “Kwatcha Angola”.

Durante quanto tempo trabalhou com Savimbi?

Durante todo o ano de 1964. Ganhei até um passaporte tunisino, em que adquiri a identidade de um angolano chamado Carlos Nsilan-Kango, um nome do sul de Angola que Savimbi me deu. Eu tinha 21 anos e queria ir para a luta. Ele prometeu-me, então, que seis meses depois me enviaria com um grupo para receber treino militar na China e que depois seguiria para Angola. Ele não estava muito contente com o tipo de treino que

o primeiro grupo recebera no Iraque, porque tinha sido muito "convencional". Ele tinha muita confiança nos métodos da guerrilha chinesa, o sistema que queria implementar em Angola. Savimbi dizia que a fraqueza do MPLA residia no fato dos seus dirigentes não serem capazes de combater no meio do povo e morrer, se preciso. Ele era muito prático. Lembro-me de me ter dito para estudar o máximo possível sobre as etnias angolanas. Prometeu-me até trazer-me um dicionário de umbundo feito pelos missionários.

No entanto, acabou por não ir nem para a China nem para Angola.

Fiquei quase um ano no Cairo com identidade angolana à espera de ser chamado, o que não aconteceu. Disse, então, ao Savimbi que não estava disposto a continuar. Reagiu muito mal, mas ainda me perguntou se estaria disposto a partir para a China assim que as condições estivessem criadas. Respondi que sim. Segui, então, para Paris. Ainda trocamos três cartas e, a um dado momento, uma mulher de confiança dele, Stella Makunga, da Zâmbia, foi ter uma conversa comigo a França e ficou na minha casa. Nessa altura, ele pediu-me ajuda para recrutar médicos e enfermeiros Afro-americanos e negros das ilhas do Caribe, dispostos a ir para a China. Eu estava a trabalhar com Malcom X, que tinha a ideia de enviar pessoal da diáspora para ajudar os movimentos de libertação em África, quanto o mataram. O Savimbi sabia disso. Depois disso, escreveu-me uma última carta, que marcou a nossa distância. Em 1966, ainda o encontrei em Paris. Discutimos e não o vi mais.

Por que esse distanciamento?

Savimbi era brilhante e carismático, mas tinha uma

personalidade autocrática e centralizadora. Era ele quem criava as estruturas políticas e quem dava as instruções. E como era tão brilhante, não havia ninguém à volta dele que servisse de contrapeso. O nosso diferendo começou quando lhe disse, a certa altura, que as questões tinham que ser discutidas, porque havia pontos de vista diferentes. A partir daí houve a ruptura, pois ele não aceitava nenhuma forma de contestação.

Quando chegou a Paris, foi imediatamente acolhido por angolanos.

Sim, eram angolanos simpatizantes do MPLA. Durante um ano, dividia o quarto com Pedro Filipe, quem me apresentou Mario Clington.

Viriato da Cruz comia na sua casa em Paris, o único sítio onde tinha a certeza que não seria envenenado...

Viriato chegou a Paris no início de 1966, com identidade falsa. Conhecia-o das referências de Savimbi sobre ele – que era um “pensador notável”. Viriato era, naquele momento, uma molécula solta, politicamente falando, pois tinha rompido com o MPLA, de Agostinho Neto, e com o GRAE, de Holden Roberto. Ele estava a ser perseguido pela PIDE, que o queria matar, mas também pelos seus antigos camaradas. Foi Mário Clington quem nos apresentou. A partir de então, Viriato começou a ir todas as noites a minha casa para jantar. Ele apenas comia a comida feita pela minha esposa. O Mário trazia-o às 21 horas de táxi. Ele entrava, comia e ficávamos a falar até uma, duas horas da manhã e logo ia embora. Falávamos de muitas coisas e também da sua angústia. Contou-me da morte de Matias Miguéis e José Miguel. A dada altura, os chineses arranjam-lhe

um passaporte e ele foi para a China. Começou, então, a nossa correspondência.

Conseguia-se perceber, através das cartas, o apertar do cerco do regime chinês a Viriato da Cruz?

No início, ele falava da China com muito entusiasmo, mas, a dada altura, pelo contato de Viriato em Paris, Monique Chajmowiez [autora do livro "Cartas da China"] começa a enviar-me mensagens encriptadas. Aí, percebi que havia um problema sério. Foram alguns amigos haitianos – que tinham ido para a China para um treino militar - que me contaram que os chineses tinham posto Viriato em isolamento total, sujeito a uma perseguição feroz e à destruição psicológica. As últimas cartas que ele me enviou eram incompreensíveis. Eram ideias desligadas, o que não era nada próprio dele, que escrevia sempre de uma forma muito clara. Até ao dia em que Mário Clington me ligou a dizer que Viriato tinha morrido.

Como interpreta o fim de Viriato da Cruz?

Os chineses recuperaram-no para ele fazer o jogo deles, mas o que Viriato queria era recriar o movimento revolucionário em Angola. Primeiro, tentou fazê-lo com Savimbi, depois pegou a boleia da China, a pensar que lá teria uma base para tal. Mas, os chineses já tinham decidido que iam apoiar Savimbi. Viriato tinha uma grande capacidade crítica. Foi isso que, eventualmente, o levou a suspeitar das verdadeiras intenções da política chinesa em África e a confrontar-se com os dirigentes chineses. A China foi implacável com o Viriato.

CUBA EM ANGOLA

Acusa Cuba de ter tiques imperialistas em relação a África. Por quê?

Há que terminar com a mitologia totalmente mentirosa que apresenta a ação de Cuba em África como uma ação de puro altruísmo, e que pinta os "bons dirigentes brancos cubanos" - que dirigiam as guerras a partir de Havana - como os salvadores dos africanos. Essa é a versão cubana da intervenção em Angola e, especialmente, dos combates de Kuito-Kwanavale. Esta história alimenta em Cuba uma mentalidade imperialista, paternalista e condescendente sobre a própria África, para além de criar a ideia que os negros cubanos são superiores aos negros africanos. Mas, a verdade é que Cuba tinha interesses estratégicos bem definidos quando interveio em África.

Quais?

As intervenções massivas de Cuba em Angola começam em 1975, mas os dirigentes cubanos começaram a construir a sua política para a África a partir de 1965. Depois da crise dos mísseis, Cuba ficou altamente dependente da União Soviética. Para reverter o quadro, Fidel Castro desejava estabelecer em África uma série de Estados vassalos que fizessem com que a URSS ficasse dependente de Cuba para aceder aos recursos em África. Ao mesmo tempo, Fidel queria impedir a entrada em cena da China, que estava a apostar forte em divisões dentro dos movimentos de libertação africanos para estabelecer grupos pró-chineses. Enfim, Havana queria se colocar numa posição de força em algum lugar estratégico do mundo, para assim poder forçar os americanos a negociar uma coexistência durável. Não

lhe foi possível ter esse papel protagonista na América Latina, então os dirigentes castristas decidiram apostar na África. Provo todas estas ideias no livro *Castro: os Negros e África* (Los Angeles: CASS/UCLA, 1989), que o regime cubano atacou, tentando me descredibilizar.

De que forma?

Alegando que eu seria um “agente do imperialismo”, um “instrumento da CIA” e que teria sido pago para escrever esse livro. Difundiram até por toda parte todo tipo de rumores como o de eu ter sido um “assessor” de Holden Roberto e seu “intérprete” durante as suas viagens aos Estados Unidos.

Isso aconteceu?

Claro que não! Eu nunca vi Holden Roberto na vida, a não ser nos filmes e na televisão! E ainda hoje desafio o governo cubano a apresentar provas que confirmem esse tipo de calúnias. Provas que não existem, como é óbvio. Mas, o regime cubano não se importa: ele sempre mente e calunia seus adversários, sejam de direita ou de esquerda.

Che Guevara esteve em África durante vários meses, em 1965, numa missão de reconhecimento do terreno e de contatos com os movimentos nacionalistas. Que ideias apresentou ele em Havana?

Che concluiu que, em África, os regimes revolucionários eram fracos e que poderiam (pensava ele) facilmente ficar dependentes de Cuba, que tinha uma força militar forte. Para tal, ele queria utilizar tropas negras cubanas no Congo-Kinshasa, onde queria montar um comando-geral que coordenasse as várias lutas

independentistas. Estes militares foram selecionados pelo comandante negro Vitor Drake. Mas, quando voltou a Cuba, Che falou também com um grande entusiasmo de Jonas Savimbi, o dirigente que mais o impressionara. A tal ponto de afirmar, numa reunião em Havana, que "sobre os ombros de Savimbi navega a revolução africana". Percebiam-se as afinidades: ambos eram maoistas e viam a luta como um compromisso direto com o povo. Mas Savimbi não fazia parte dos planos da política soviética que pairava sobre Cuba, nem do regime castrista, que tinha já relações com o MPLA.

Angola foi só mais uma intervenção cubana ou teve um cariz especial?

O que aconteceu em Angola foi muito complicado, embora a primeira experiência de Cuba em África, na Etiópia, também não ficasse atrás em complexidade. Cuba não sabia que Savimbi lhe ia dar um argumento magnífico para intervir em Angola – a aliança ao regime do Apartheid e a Mobutu. Esse foi o facto que justificou a entrada das tropas cubanas em Angola, mas é bastante claro que esta intervenção já estava preparada há muito tempo e visava somente colocar o MPLA no poder. A entrada das forças cubanas provocou um desequilíbrio tão grande, que abriu as portas para todo o tipo de erros políticos de Savimbi, como essas alianças que ele firmou.

30 anos depois, há questões ainda difusas. No ano passado, o Ministério da Cultura angolano terá dado ordem para retirar o documentário "Cuba, uma odisseia Africana" do cartaz do Festival Internacional de Cinema de Luanda...

A visão que esse documentário passa é absurda, embora retrate o discurso oficial. Em Cuba, começaram

a dizer que os angolanos não combateram, que eram uns covardes e que só os cubanos foram para a frente de combate. O próprio Fidel Castro mantém, até hoje, que foi ele quem dirigiu a guerra desde Havana. Claro que isso é uma enorme mentira. Todos sabemos que foi o General Arnaldo Ochoa Sánchez – que fora fuzilado em 1989 – quem dirigiu as operações em Angola, junto com os generais angolanos. Depois da batalha do Kuito- Kwanavale, Castro fez um discurso em que dizia: “estamos dispostos a ficar em Angola 10, 20, 25 anos, se necessário”. O que é isso? Puro imperialismo da elite dirigente cubana. E eu sempre tenho me oposto a toda forma de imperialismo, começando por aquele praticado na África por meu próprio país, sob a máscara conveniente do “internacionalismo”.

Mas não ficaram.

Porque Cuba não percebeu as complexidades nem de Angola, nem do continente africano. Vieram com o “complexo de Tarzan” e encontraram uma resistência difícil e dura. Determinante foi também a obstrução dos chineses, que lutaram muito contra os cubanos aqui em África. Por outro lado, em Angola, dentro do MPLA começou a haver receio desse controlo excessivo. E, por último, os dirigentes cubanos não suspeitavam que seu aliado soviético iria se desintegrar, como foi o caso. Isso mudou totalmente a correlação de forças no mundo. Cuba se viu subitamente fragilizada e, porém, negociou a sua saída de Angola com os americanos e os sul-africanos. Porque os cubanos não vieram só aqui para combater. Eles estavam a exportar diamantes, levaram para Cuba todos os recursos que puderam. Quando regressei a Cuba (só fui autorizado a voltar em 1997), antigos militares cubanos relataram-me a pilhagem geral

que fizeram aqui. Alguns deles contavam-me, a chorar, as maldades que tinham cometido em Angola.

Por exemplo?

O uso de napalm contra meninos, mulheres, contra aldeias inteiras. Muitos militares cubanos enlouqueceram durante essa guerra, mas disso ninguém fala. Em Cuba, as autoridades só apresentam a versão "tarzaniana" da guerra de Angola.

Como encaravam Viriato da Cruz e Mário de Andrade, com quem conviveu no exílio, esta intervenção cubana em Angola?

Quando conheci Mário de Andrade, em 1980, ele já estava num processo de séria reavaliação do caráter do intervencionismo militar cubano na África, e sobre a natureza do próprio regime cubano. Aimé Césaire e René Depestre já tinham tido conversas extensas com ele, em que confirmaram as suas apreensões sobre a situação cubana. Tanto Mário como Viriato não acreditavam na propaganda castrista, que dizia que Cuba estava a "salvar" África. Eles viam uma contradição entre essa "paixão" pelos africanos e a existência de um forte racismo em Cuba que excluía do poder a maioria negra - uma afrofilia na política externa e uma afrofobia em nível interno. Eles estavam contra a satelização dos movimentos africanos em relação a que país fosse.

Numa conferência na Universidade Lusíada, sobre Mário Pinto de Andrade, disse que "fora de um projeto panafricanista estamos perdidos". Por quê?

Eu não vejo a evolução do continente africano baseado em 54 países, cada um tratando de desenvolver

autonomamente as suas estruturas de desenvolvimento, sem estruturação orgânica com o resto do continente. Sem a organização de um espaço continental federado política e economicamente, não vejo como a África pode reverter o terrível quadro atual. Por exemplo, aquilo que os portugueses deixaram como Estado – em Angola, no Moçambique, ou na Guiné-Bissau – é uma prisão de nações. A partir do momento em que se anuncia a independência, essas nações aspiram a uma autonomia real e a uma memória forte real.

O panafricanismo desperta receios no que toca à soberania dos vários países.

Qual soberania? Há africanos que hoje dizem que uma união põe em causa a independência. Qual independência? Que país africano pode dizer hoje que é independente? Nenhum! Não há um só país africano que pode defender as suas fronteiras aéreas, marítimas, terrestres e que pode ir buscar os recursos onde vai ter que buscar daqui a 50, 60, 100 anos, que é no mar! Um dia Angola vai pedir de joelhos uma gota de petróleo aos Estados Unidos, que andam aqui a explorar os vossos recursos, mas que têm das maiores reservas mundiais em que não tocam. Que independência temos nós quando em Angola 95% do povo fica fora do acesso à riqueza brutal deste país?

Temos uma classe política descomprometida com as populações, com uma corrupção endêmica. Um projeto africanista com esta geração de políticos...

Não é possível! O projeto panafricano tem que ser imposto pela sociedade civil porque, se se assenta em dirigentes, quando eles morrem, o projeto morre.

Foi o que aconteceu quando eliminaram dirigentes tais como Barthelemy Boganda, Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah, os panafricanistas iniciais. Temos 54 Estados incapazes de instituir um passaporte único, que nas fronteiras tratam os cidadãos de outros países africanos como criminosos. Isto é normal? Esta não foi a África pela qual lutamos. O projeto não está ainda nas mãos das populações, porque não há sociedade civil. Estes ditadores acabam com o pouco da sociedade civil que até os regimes coloniais incentivaram, ainda assim.

Ditadores estes que tentam, por seu lado, e insistentemente, liderar o projeto panafricanista, como Khadafi.

Mas, é um projeto autoritário aquele do Muammar Khadafi. Isso veio de uma cabeça que quer a dominação do mundo árabe sobre o resto do continente. É subalternizar a África. Eu falo da sociedade civil que tem que ser reforçada, rapidamente, para que possamos ter uma geração de africanos que vejam que o caminho que estamos a seguir nos está a levar para a destruição. Estas sociedades africanas estão a implodir. Amanhã vai ser a África do Sul! Pelo menos há que fazer coincidir os espaços linguísticos e culturais com as estruturas administrativas. As pessoas estão apenas a olhar para a Europa e Estados Unidos, mas estão a nascer pólos imperialistas que podem ser tão ou mais bárbaros e que poderão levar a uma hecatombe, porque têm uma situação demográfica a resolver.

China?

China, Índia, Irã ou o Japão. São aves de rapina dos recursos africanos. Além do mais, dentro de 50 anos, países como a China, a Índia e o Japão tem

que pôr a sua população excedente em algum lugar, senão implodem. E eles vão para onde? O único lugar despovoado e cheio de recursos é África. Isto não é um convite ao imperialismo do século XXI?

Como você se define politicamente: à direita ou à esquerda?

Sou fundamentalmente um militante anti-racista e anti qualquer forma de dominação – racial, de gênero, sexual. Passei 30 a 35 anos da minha vida a apoiar movimentos de libertação africanos e negros. Em nenhum momento tenho entrado em conluio com forças de direita, mas também não acredito de forma nenhuma na esquerda, muito menos na esquerda marxista, que é uma das mais mentirosas e trapaceiras - diz que traz a libertação, mas cria partidos políticos de palhaços desorientados sobre os quais sempre vai reinando um déspota. A direita já sabemos de há muito tempo o que é, mas muitas pessoas continuam tendo ilusões com a esquerda. Acho que teremos que encontrar um novo rumo, nem à direita, nem à esquerda.

A sua ideologia?

Neste momento, não tenho nada que me possa apresentar ideologicamente; nada em que possa acreditar, como ideologia, porque não acredito em ideologia nenhuma, religiosa ou não. Tenho uma série de princípios que guiam a minha vida. Opor-me ao imperialismo e colonialismo não é difícil. Opor-me ao racismo, também não é difícil; é como respirar. Acredito, sim, puramente na capacidade que o ser humano tem de mudar.

Sou um pensador livre e já não há um regime capaz de me intimidar. Podem fazer o que quiserem com

o meu corpo, mas não decidem sobre a minha alma, porque não lhes dou permissão para tal. O intelectual tem que assumir esta atitude. Um intelectual que é um covarde tem que parar de se denominar como tal, porque para ser um intelectual, ele tem que assumir um compromisso com a sociedade – o compromisso da verdade, não do poder. A dignidade humana é o meu sonho e não vou entregá-lo nas mãos de ninguém. A nenhum tirano, a nenhum partido. É o único que eu tenho. Pertença à África. Saímos desse continente acorrentados e continuamos prisioneiros, séculos e séculos depois. Ninguém vai tirar a África de mim, nem me tirar da África.

Carlos Moore nasceu a 4 de Novembro de 1942, em Camaguey, Cuba. Etnólogo e cientista político, é Doutor em Ciências Humanas e Doutor em Etnologia pela Universidade de Paris-7. Com uma longa carreira académica nas Caraíbas e nos Estados Unidos, Moore foi, em 1982 e 1983, consultor pessoal para assuntos latino-americanos do Secretário-Geral da OUA, Edem Kodjo. Foi assistente pessoal de Cheikh Anta Diop. Tem várias obras publicadas, entre as quais, "Pichón: Race and Revolution in Castro's Cuba" (auto-biografia), "Castro, The Blacks and Africa", "Racismo e Sociedade", "A África que Incomoda", e "This Bitch of a Life" (única biografia autorizada do músico panafricanista nigeriano, Fela Kuti).

8. DEPOIMENTOS

O Imbróglia Angolano

Os grandes desastres africanos que mais me afetaram, pessoalmente, foram o assassinato de Patrício Lumumba e as guerras civis mortíferas que se seguiram, no Congo; o genocídio de Ruanda, em 1992; a guerra civil de praticamente duas décadas em Angola. Nunca imaginei que veria perdas humanas nessa escala de milhões de pessoas, na África. Acho que Angola me traumatizou, particularmente, pois eu estive a ponto de me integrar nessa luta, no início dos anos sessenta. Com efeito, eu estive ligado pela amizade com três dos dirigentes Angolanos: Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Jonas Savimbi. Irei falar primeiro de Savimbi, pois foi o primeiro que eu conhecera, em 1964, quando morava no Cairo, Egito.

Conheci-o através do conselheiro de Gamal Abdel Nasser [Presidente do Egito] para os assuntos africanos, Abdel Azziz Iss-Hak. Nessa altura, Savimbi era espetacular e rapidamente nos ligamos de amizade. Era um homem brilhante, sem dúvida; com um pensamento claro e muito progressista. Ele tinha um forte apoio de Nasser, que o admirava bastante, e que, por outro lado, não gostava de Holden Roberto. Ora, o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), dirigido pelo Holden, tinha sido reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA). Então, Nasser o apoiava oficialmente, mas em segredo ajudava o seu rival:

Savimbi.

No Cairo, Nasser concedera um espaço para o Savimbi montar – sigilosamente – sua organização política sob a cobertura de uma representação do GRAE. Esse escritório ficou sob a responsabilidade de Florentino Duarte, um jovem mestiço angolano vindo da Suíça. Nasser fez com que o governo tunisino concedesse passaportes aos homens de Savimbi (eu mesmo me beneficiei).

Savimbi tinha também um grande apoio da esquerda trotskista europeia, na época sob o controle do Maître Goujon, da Suíça, e da China. Ele tinha igualmente o apoio do Baath de Michel Aflak, tanto no Iraque como na Síria. O primeiro treino militar dos elementos que ele controlava, e que na altura constituíam o clandestino Partido Africano Revolucionário de Angola (PARA) – a UNITA viria muito depois – teria sido feito no Iraque. Mas, Savimbi preferia o treino que os chineses dispensavam, baseado na experiência de guerra de guerrilla da Longa Marcha. Ele próprio foi para a China treinar militarmente.

Savimbi era um marxista bastante eclético: Trotskysta convito, era pró-guevarista, pró-castrista, e fervente maoista. Com Savimbi eu tinha conversas puramente teóricas, sobre o marxismo, de tal intensidade que até chegarmos ao ponto de acordarmos tacitamente em não tocar mais no “assunto Cuba”. Estava claro que nunca iríamos conseguir atingir um consenso sobre o marxismo cubano, que ele admirava. Ora, eu acabara de fugir dessa Cuba que ele tanto idealizava, aliás, como todo mundo naquela época. Savimbi era muito pro-castrista – especialmente guevarista – nessa altura. E o Che Guevara lhe manifestava uma grande admiração. Quando Guevara voltou a Cuba do seu primeiro grande

périple africano, falou com um grande entusiasmo de Jonas Savimbi, o dirigente que mais o impressionara. A tal ponto de afirmar, numa reunião em Havana, que "Sobre os ombros de Savimbi navega a revolução africana". Percebiam-se as afinidades: ambos eram maoistas e viam a luta como um compromisso direto com o povo. Mas, Savimbi não fazia parte dos planos da política soviética que pairava sobre Cuba, nem do regime castrista, que tinha já relações com o MPLA. Para aqueles que só conhecem o Savimbi dos anos setenta, oitenta e noventa, tudo isso pode até surpreender.

Trabalhei com a facção de Savimbi durante todo o ano de 1964. Savimbi pediu-me para ajudar a montar o escritório dele no Cairo, sob a condição de que eu não revelasse a ninguém que era cubano (porque ele não podia ter relações com dissidentes do regime castrista). Aceitei trabalhar com ele. Por exemplo, redigimos – Florentino Duarte e eu – o primeiro boletim de Savimbi, publicado no Cairo. Chamava-se "Kwacha Angola". Mas, os planos de irmos treinar na China abortaram, no meu caso, e a partir daí comecei a me distanciar. Por quê?

Savimbi era brilhante e carismático, mas tinha uma personalidade autocrática e centralizadora. Era ele quem criava as estruturas políticas e quem dava as instruções. E como era tão brilhante, não havia ninguém à volta dele que servisse de contrapeso. O nosso diferendo começou quando lhe disse, a certa altura, que as questões tinham que ser discutidas, porque havia pontos de vista diferentes. Ele não aceitou isso e me acusou de tê-lo "atacado." A partir daí, houve a ruptura, pois ele não aceitava nenhuma forma de contestação. Ele sempre se viu, e viveu, como um Grande Chefe. E o movimento que criou posteriormente – a UNITA – foi estruturado de

maneira altamente centralizada, em torno ao Savimbi. Savimbi tinha ingressado no GRAE, do qual foi o ministro de relações exteriores durante um tempo bastante curto; ele andava buscando seu próprio espaço. Ele estava engajado numa guerra surda contra Holden, quem via como um político corrupto e ditatorial e como alguém que obedecia fundamentalmente aos interesses ocidentais. Não obstante, compreendia que a base da União dos Povos de Angola (UPA), dirigida pelo Holden – e que era o núcleo do GRAE – era formada por verdadeiros nacionalistas do universo Mukongo, e que havia que ter isso em conta.

Por outro lado, pensava que o MPLA era dirigido por políticos dogmáticos que estavam comprometidos com os interesses soviéticos. Mas, Savimbi falava com respeito de alguns nacionalistas do MPLA, como Viriato da Cruz, Mário de Andrade ou Agostinho Neto, embora discordava seriamente deles. Inclusive, Savimbi acreditava num acordo com o MPLA. Acreditava, sim, que era possível uma aliança, porque o MPLA era uma organização progressista. Tal como Viriato da Cruz e Mário de Andrade, que conheci mais tarde, Savimbi via África dentro de uma dinâmica internacional e analisava sempre os diferentes elementos do jogo mundial.

Entre 1964 e 1965, Savimbi e Viriato da Cruz – ambos maoistas – estabeleceram contatos entre si. Estavam a tratar, penso, de destruir a força política de Holden Roberto. Viriato da Cruz integrou a UPA/FNLA quando saiu do MPLA, o que, no meu entender, foi um erro político. Cheguei a dizer várias vezes ao Viriato que não conseguia entender essa decisão. Mas, ele nunca disse nada a respeito. Ele tinha uma maneira de olhar para ti em silêncio, quando não queria responder.

Penso que não queria admitir que isso tinha sido um erro grande. O Savimbi tinha-se oposto à integração de Viriato, mas o admirava.

Até hoje acredito que poderia ter havido um acordo inteligente de partilha do poder político em Angola entre os dois partidos, que também não excluísse a FNLA. Isso foi o que finalmente aconteceu após praticamente duas décadas de guerra civil e dois milhões de mortos. E para quê? Neto morreu; Savimbi morreu. E deixaram o que atrás? Somente mortos! Acho isso absurdo; terrivelmente injusto.

Por que aconteceu o que aconteceu em Angola? Houve erros graves de todos os lados. Nenhum dos três grandes movimentos agiu de boa fé em relação aos outros. E todos eram clientes de alguma que outra potência externa à África, ou quando africana – como no caso da África do Sul – tratava-se de uma potência da minoria branca nazista. A personalização do poder; os interesses pessoais; a egomania; os setarismos ideológicos – entre tantos outros fatores – impuseram-se. E isso tudo abriu o caminho para os soviéticos, os americanos, os cubanos, os chineses e os sul-africanos fazerem o seu próprio jogo.

O meu encontro com o Viriato da Cruz aconteceu num contexto totalmente diferente – na França, onde eu tinha me refugiado após a experiência no Egito. Viriato chegou a Paris no início de 1966, com identidade falsa. Conhecia-o das referências de Savimbi sobre ele – que era um “pensador notável”. Viriato era, naquele momento, uma molécula solta, politicamente falando, pois tinha rompido com o MPLA de Agostinho Neto e com o GRAE de Holden Roberto. Ele estava a ser perseguido pela PIDE, que o queria matar, mas também pelos seus antigos camaradas. Foi o sociólogo angolano,

Mário Clington, quem nos apresentou. A partir de então, Viriato começou a ir todas as noites a minha casa para jantar. Ele apenas comia a comida feita pela minha esposa, pois temia ser envenenado. O Mário Clington trazia-o na minha casa por volta das 21 horas, sempre de táxi. Ele entrava, comia e ficávamos a falar até uma, duas horas da manhã e logo ele ia embora.

Falávamos de muitas coisas, e também da sua angústia. Contou-me da morte de Matias Miguéis e José Miguel, seus íntimos camaradas, que foram assassinados em Brazzaville pelo Agostinho Neto. O MPLA, nessa época, já era uma máquina de matar seus próprios militantes! E isso bem antes de chegar no poder, em 1975.

A dada altura, os chineses arranjam-lhe um passaporte e ele foi para a China. Começou, então, a nossa correspondência. No início, ele falava da China com muito entusiasmo, mas, a dada altura, suas cartas viraram enigmáticas. Ele me enviou algumas mensagens, que havia que ler entre as linhas, através de sua amiga em Paris, Monique Chajmowiez. Aí percebi que havia um problema sério. Foram alguns amigos haitianos – que tinham ido para a China para um treino militar – que me contaram que os chineses tinham posto Viriato em isolamento total, sujeito a uma perseguição feroz e à destruição psicológica.

As últimas cartas mensagens que recebi de Viriato eram incompreensíveis. Eram ideias desligadas, o que não era nada próprio dele, que escrevia sempre de uma forma muito clara. Até um dia, em 1973, quando o nosso amigo comum, Mário Clington, me informou que Viriato tinha morrido na China. Os chineses acabaram com ele; ele tinha perdido a razão de tanta perseguição pelo regime maoista, no qual ele tinha depositado tanta fé no início.

Os chineses recuperaram-no para ele fazer o jogo deles, mas o que Viriato queria era recriar o movimento revolucionário em Angola. Primeiro tentou fazê-lo com Savimbi, depois pegou a boleia da China, a pensar que lá teria uma base para tal. Mas, os chineses já tinham decidido que iam apoiar Savimbi, pois este último tinha uma sólida base étnica no centro, no leste e no sul de Angola. Viriato tinha uma grande capacidade crítica, era um grande teórico, mas não tinha nem tropas nem base étnica em Angola (ele era um mestiço das zonas urbanas). Os dirigentes chineses, como bons oportunistas que eles são, decidiram apostar em Savimbi. Foi isso que, eventualmente, levou Viriato a suspeitar das verdadeiras intenções da política chinesa em África e a confrontar-se com os dirigentes chineses.

Na realidade, os chineses utilizaram Viriato para seus próprios fins e quando se deram conta de que ele se sabia manipulado ideologicamente, o cercaram e o exterminaram. A China foi implacável com o Viriato. O governo cubano fez a mesma coisa com o dirigente negro norte-americano, Robert Williams. Na realidade, todos esses regimes marxistas – soviéticos, maoístas, norte-coreanos, castristas – reagem da mesma maneira em relação à África e aos negros: a manipulação!

A intervenção militar cubana na África: um novo olhar

Um bom exemplo da manipulação da opinião africana e negra e aquele assunto do “altruísmo” intervencionista militar cubano na África. Não são poucos aqueles que acreditam nessa patranha. Ora, são poucos a se questionar sobre as verdadeiras razões que levariam um pequeno país do terceiro mundo - ele próprio sendo um cliente econômico, militar e político

de uma superpotência -, a gastar dezenas de bilhões de dólares (pagos pela União Soviética) para manter cerca de meio milhão de tropas, durante praticamente duas décadas, num continente distante. O regime cubano disse que é só porque os dirigentes brancos de Cuba "gostam" dos africanos e são "internacionalistas". Essa é a versão cubana da intervenção em Angola e, especialmente, dos combates de Kuito-Kwanavale. Mas, isso não tem nem pés nem cabeça, desde o ponto de vista político ou estratégico.

Além de esconder os verdadeiros motivos da intervenção massiva e custosa das forças armadas cubanas nesse continente, durante um período de quase duas décadas, essa história do "internacionalismo" cubano serve para alimentar em Cuba uma mentalidade imperialista, paternalista e condescendente sobre a própria África. Assim, tem muitos negros cubanos que se forjaram a ideia de que eles - os negros cubanos - são superiores aos negros africanos e que foram para a África para salvá-los. Mas, por que os dirigentes brancos de Cuba teriam ido tão longe de Cuba para "salvar" negros, enquanto não os integram no poder na própria Cuba? Por que o poder em Cuba é branco, após cinco décadas de Revolução marxista? Por que os dirigentes brancos cubanos querem ir tão longe para combater o *apartheid*? Essas são as questões bem simples - acho - que as pessoas politizadas deveriam se colocar. Há que terminar com a mitologia totalmente mentirosa que apresenta a ação de Cuba em África como uma ação de puro altruísmo, e que pinta os "bons dirigentes brancos" cubanos - que dirigiam as guerras a partir de Havana - como os salvadores dos africanos.

A verdade é que Cuba tinha interesses estratégicos bem definidos quando interveio em África. As

intervenções massivas de Cuba em Angola começam em 1975, mas os dirigentes cubanos começaram a construir a sua política para África a partir de 1965. Depois da crise dos mísseis, Cuba ficou altamente dependente da União Soviética. Para reverter o quadro, Fidel Castro desejava estabelecer em África uma série de Estados vassalos que fizessem com que a URSS ficasse dependente de Cuba para aceder aos recursos em África. Ao mesmo tempo, Fidel queria impedir a entrada em cena da China, que estava a apostar forte em divisões dentro dos movimentos de libertação africanos para estabelecer grupos pró-chineses.

Enfim, Havana queria se colocar numa posição de força em algum lugar estratégico do mundo, para assim poder forçar os americanos a negociar uma coexistência durável. Não lhe foi possível ter esse papel protagonista na América "Latina" - onde a tentativa do Ché Guevara foi desmantelada e liquidada completamente; então, os dirigentes castristas decidiram apostar na África. Provo todas estas ideias no livro **Castro: os Negros e África** (Los Angeles: CASS/UCLA, 1989), que o regime cubano atacou, tentando-me descredibilizar, como tendo sido "financiado pela CIA." O regime alega que eu teria sido pago para escrever esse livro. Difundiram até, por toda parte, todo tipo de rumores, como o de eu ter sido um "assessor" de Holden Roberto e seu "intérprete". Ora, eu nunca vi Holden Roberto na vida, a não ser nos filmes e na televisão! Mas, o regime cubano não se importa: ele sempre mente e calunia seus adversários, sejam de direita ou de esquerda.

Che Guevara esteve em África durante vários meses, em 1965, numa missão de reconhecimento do terreno e de contatos com os movimentos nacionalistas. Na realidade, o interventionismo militar cubano na África

tem as suas raízes nessa viagem de prospeção do Che. Che concluiu que, em África, os regimes revolucionários eram fracos e que poderiam (pensava ele) facilmente ficar dependentes de Cuba, que tinha uma força militar forte. Para tal, ele queria utilizar tropas negras cubanas no Congo-Kinshasa, onde queria montar um comando-geral que coordenasse as várias lutas independentistas. Estes militares foram selecionados pelo comandante negro Vitor Drake. Che voltou para Cuba e organizou uma força de soldados negros – perto de duzentos deles – que lhe serviriam como tropa de choque. Logo, no início de 1966, voltou de maneira subreptícia para a África e, durante um ano, Guevara dirigiu essas forças cubanas negras no Congo até que fora descoberto.

Ou seja, a massiva intervenção cubana em Angola tinha um longo precedente e foi a culminação de muitos anos de preparo. Ela foi precedida, por exemplo, pela intervenção massiva de perto de cinquenta mil em tropas cubanas contra a Somália, na África leste. Ora, aí não havia nenhum problema de *apartheid*. Pior: a Somália de Syyad Barre - atacada pelas forças cubanas - era um regime socialista.

O que aconteceu em Angola foi ainda mais complicado do que o imbróglio da Somália, embora essa primeira experiência de intervenção militar massiva de Cuba em África – em ajuda da ditadura marxista do Coronel Hailé Mariam Menghistu - também não ficasse atrás em complexidade. Simplesmente, o regime cubano não sabia que Savimbi lhe ia dar um argumento magnífico para intervir em Angola – a aliança com a África do Sul do regime do *apartheid* e com a ditadura fascista do General Joseph Mobutu Sesse Soko. Esse foi o fato que justificou a entrada das tropas cubanas em Angola, mas é bastante claro que essa intervenção

já estava preparada há muito tempo e visava somente colocar o MPLA no poder. A entrada das forças cubanas provocou um desequilíbrio tão grande, que abriu as portas para todo o tipo de erros políticos de Savimbi, como essas alianças contra-natura que ele firmou.

Em 2008, o próprio Ministério da Cultura de Angola deu ordem para retirar o documentário "Cuba, Uma odisseia Africana" do cartaz do Festival Internacional de Cinema de Luanda. O regime angolano achava que as mentiras do regime castrista tinham ido longe demais, até desfigurar o papel desempenhado na guerra pelos próprios angolanos. Esse documentário é digno dos documentários americanos sobre a "heroica" intervenção das suas tropas no Vietnã. A visão que esse documentário passa é absurda, embora retrate o discurso oficial.

Milhares de cubanos têm sido intoxicados com "Cuba, Uma Odisseia Africana". Em Cuba, começaram a dizer que os angolanos não combateram, que eram uns covardes e que só os cubanos foram para a frente de combate. O próprio Fidel Castro mantém até hoje, que foi ele quem dirigiu a guerra em Angola desde Havana. Claro que isso é uma enorme mentira. Todos sabemos que foi o General afro-cubano, Arnaldo Ochoa Sánchez – fuzilado em 1989 – quem dirigiu as operações em Angola, junto com os generais angolanos. Depois da batalha do Kuito - Kwanavale, Castro fez um discurso em que advertia: "Estamos dispostos a ficar em Angola 10, 20, 25 anos, se necessário". O que é isso? Puro imperialismo da elite dirigente cubana, sob a máscara conveniente do "internacionalismo".

Por que as tropas cubanas tiveram que sair da África, afinal? Simplesmente, o regime cubano não percebeu as complexidades nem de Angola, nem

do continente africano. Vieram com o "complexo de Tarzan" e encontraram uma resistência difícil e dura. Determinante foi também a obstrução dos chineses, que lutaram muito contra os cubanos lá na África. Por outro lado, em Angola, dentro do MPLA começou a haver receio desse controlo excessivo. E, por último, os dirigentes cubanos não suspeitavam que seu aliado soviético iria se desintegrar, como foi o caso.

A queda do bloco soviético iria mostrar, com clareza, qual era a base de sustentação oculta do intervencionismo militar cubano na África. Isso mudou totalmente a correlação de forças no mundo. Cuba se viu subitamente fragilizada, porém, negociou a sua saída de Angola com os americanos e os sul-africanos. Mas, durante as quase duas décadas de permanência em Angola, os cubanos estavam a exportar tudo o que puderam pegar (diamantes, petróleo...); levaram para Cuba todos os recursos que puderam.

Quando regressei a Cuba (só fui autorizado a voltar em 1997), antigos militares cubanos relataram-me a pilhagem geral que fizeram lá, em Angola. Alguns deles contavam-me, a chorar, as maldades que tinham cometido em Angola. Por exemplo, o uso de *napalm* contra meninos, mulheres, contra aldeias inteiras. Muitos militares cubanos enlouqueceram durante essa guerra, mas disso ninguém fala. Em Cuba, as autoridades só apresentam a versão "tarzaniana" da guerra de Angola.

Quando conheci Mário de Andrade, em 1980, ele já estava num processo de séria reavaliação da natureza do intervencionismo militar cubano na África, e sobre a natureza do próprio regime cubano. Aimé Césaire e René Depestre já tinham tido conversas extensas com ele, em que confirmaram as suas apreensões sobre a situação cubana. Tanto Mário Pinto de Andrade como

Viriato da Cruz, não acreditavam na propaganda castrista que dizia que Cuba estava a “salvar” África. Eles viam uma contradição entre essa “paixão” pelos africanos e a existência de um forte racismo em Cuba, que excluía do poder a maioria negra – ou seja, uma “afro-filia” na política externa, dobrada de uma “afro-fobia” no plano interno. Eles estavam contra a satelização dos movimentos africanos em relação a quaisquer países que fossem.

Fora de um projeto de governo federal continental a África está perdida

Eu não vejo a evolução do continente africano baseado em 54 países, cada um tratando de desenvolver autonomamente as suas infraestruturas, e sem articulação orgânica com o resto do continente. Sem a organização de um espaço continental federado, política e economicamente, não vejo como a África poderá reverter o terrível quadro atual. Por exemplo, aquilo que os portugueses deixaram como Estado – em Angola, em Moçambique, ou na Guiné-Bissau – é uma prisão de nações. O mesmo pode-se dizer da Nigéria, do Congo e de qualquer outro país africano. O que as pessoas chamam de “tribo” lá, na África, se trata de nações: antigas nações com a sua complexidade, sua história singular, sua cultura, suas línguas e sua memória coletiva. Todas essas nações não poderão se desenvolver, sem causar graves choques, dentro de um contexto do chamado Estado-nação que temos agora. Só um governo em escala continental pode oferecer o espaço político, econômico e cultural necessário para que todas essas autênticas nações possam existir sem conflito e contribuir com as suas insondáveis energias criativas para o desenvolvimento continental.

Os políticos e politiquinhos falam do seu receio de perda da soberania se houver um governo federal continental. Mas, qual soberania? Há africanos que hoje dizem que uma união põe em causa a independência. Qual independência? Que país africano pode dizer hoje que é independente e soberano? Nenhum! Não há um só país africano que pode defender as suas fronteiras aéreas, marítimas, terrestres, ou que possa ir buscar os recursos onde vai ter que buscá-los daqui a 50, 60, 100 anos – ou seja, no fundo do mar e no espaço! Um dia, Angola vai pedir de joelhos uma gota de petróleo aos Estados Unidos, que andam aí a explorar os recursos petrolíferos de Angola hoje. São os Estados Unidos que têm as maiores reservas mundiais de petróleo, mas eles não tocam esses recursos. Por quê?. Que independência se tem, quando, num país como Angola, 95% do povo fica fora do acesso à riqueza nacional?

Claro, que nunca haverá um governo federal continental com a classe política descomprometida com as populações, e que mantém uma corrupção endêmica nesses países, como essas que temos em cada um dos 53 países africanos atualmente. Um projeto pan-africanista continental é inviável com a atual geração de dirigentes africanos, submissos diante dos imperialismos externos: chinês, americano, francês, cubano, japonês, britânico, alemão... Não é possível!

O projeto pan-africano terá que ser imposto pela sociedade civil. De todas as formas, não é sensato confiar um projeto de tal envergadura só aos dirigentes, mesmo se estes fossem da melhor qualidade. Quando eles morrem, o projeto morre com eles se ele não está em mãos da sociedade civil. Foi o que aconteceu quando eliminaram dirigentes como Barthélemy Boganda, Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah, Thomas Sankara

e tantos outros grandes pan-africanistas da primeira geração da após-independência. Hoje, temos 53 estados africanos incapazes de instituir um passaporte único. Nas fronteiras entre países, os cidadãos de outros países africanos são tratados como criminosos. Isto é normal? Esta não foi a África pela qual lutamos. O projeto não está ainda nas mãos das populações, porque não há sociedade civil. Os ditadores acabaram com o pouco de sociedade civil que os regimes coloniais tinham incentivado para seus próprios fins. Nem isso ficou!

Sem dúvida, temos ditadores como o Muammar Khadafi, da Líbia, que se projetam como grandes pan-africanistas. Mas, se trata de um projeto "pan-africano" autoritário, aquele do Muammar Khadafi, além de ser um projeto de essência ... árabe. Isso veio de uma cabeça que quer a dominação do mundo árabe sobre o resto do continente. É subalternizar a África. É a sociedade civil que tem que ser reforçada, rapidamente, para que possamos ter uma nova geração de africanos que compreendem que o caminho que estamos trilhando só pode nos levar para a destruição final. Cada uma das sociedades africanas está sob a ameaça da implosão. Por isso, pelo menos há que fazer coincidir os espaços linguísticos e culturais com as estruturas administrativas.

As pessoas estão apenas a olhar para a Europa e Estados Unidos, mas estão a nascer novos pólos imperialistas que podem ser tão ou mais bárbaros e brutais e racistas como os antigos. A China, a Índia, o Irã e o Japão são as novas aves de rapina dos recursos africanos. Além do mais, esses novos imperialismos têm um grave problema demográfico a resolver. Dentro de 50 anos, países como a China, a Índia e o Japão terão que por a sua população excedente em algum lugar, senão implodirão. E essa população excedente irá

para onde? O único lugar, ainda com vastos territórios despovoados e cheio de recursos, é África e, serão os minúsculos, supersubdesenvolvidos, desarmados, atomizados e enfraquecidos estados individuais africanos exatamente 53 dentre eles – que poderão se opor individualmente a qualquer dessas gigantescas potências emergentes? Isto não é um convite ao imperialismo do século XXI?





Conheça as publicações NANDYALA!

COLEÇÃO PARA LER ÁFRICA

No fundo do canto

(Odete Costa Semedo, poesia, Guiné-Bissau, 2007)

Chipenda

(Kandjila, romance, Angola, 2009)

Kimpa Vita e outras cenas

(José Mena Abrantes, teatro, Angola, 2009)

COLEÇÃO REPENSANDO ÁFRICA

A África que incomoda - sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro
(Carlos Moore, 2008)

Pedagogia da diferença - a tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica
(Rosa Margarida de Carvalho Rocha, 2009)

A África que incomoda - sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro
(Carlos Moore, 2ª edição, 2010)

COLEÇÃO VOZES DA DIÁSPORA NEGRA

Poemas da recordação e outros movimentos
(Conceição Evaristo, poesia, 2008)

Falanges (Benjamin Abras, poesia, 2009)

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

As falas da aranha

(Edimilson de Almeida Pereira, 2009)

Lindara (Sonia Rosa, 2009)

Indira (Jussara Santos, 2009)

A caixa de surpresa (Madu Costa, 2009)

João, Leo e Manuel (Anderson Feliciano, 2009)
A verdadeira história do Saci Pererê
(Iris Amâncio e Anderson Feliciano, 2009)
Capoeira (Alanson Costela, 2010)
Coleção Mwana África (Iris Amâncio, 2009-2010)

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

A Capoeira Angola – enciclopédia
(Guimés Rodrigues Filho, 2007)
África para crianças – v. 1 (Iris Amâncio, 2008)
África-Brasil-África: matrizes, heranças e diálogos
contemporâneos (Iris Amâncio, 2008)
Educação Humanista e diversidade
(Stephânie Arca Garrido Loureiro, 2009)
História da África na Educação Básica
Almanaque Pedagógico
(Rosa Margarida de Carvalho Rocha, 2009)
África para crianças – v. 2 (Iris Amâncio, 2009)
Movimento Negro Brasileiro
(Amauri Mendes Pereira e Joselina da Silva - Org., 2009)

Conheça a NANDYALA Livraria!
Ali na Savassi!

- História e Culturas da África – Geografia africana – Antropologia – Sociologia – Literaturas Africanas e Afrobrasileira – Relações Etnicorraciais (negros e indígenas) – Gênero e Orientação sexual – Educação Inclusiva – Artigos étnicos artesanais
- Cursos, Seminários e Oficinas Pedagógicas – Kit Afro-literário Escolar – Suporte Bibliográfico-pedagógico – Atendimento gratuito ao(a) Professor(a) da Educação Básica

Aguardamos você para um delicioso chá de caxinde!

A África que incomoda:
sobre a problematização do legado
africano no cotidiano brasileiro
Carlos Moore
12 x 18 cm - 232 páginas

A África que incomoda corresponde ao primeiro volume da coleção de bolso "Repensando África", publicada pela **NANDYALA Editora**, com o objetivo de disponibilizar reflexões críticas acerca do continente africano, a fim de contribuir para os contextos nacional, de revisão das relações étnico-raciais no Brasil, e internacional, de estabelecimento de relações multilaterais éticas entre o Brasil e os países africanos. Com mais essa publicação, a **NANDYALA Editora** amplia seu leque de referência quanto aos eixos africanidades e educação, fundamentos de sua linha editorial, além de garantir maior força de circulação da produção intelectual de africanistas renomados.



Agradecimentos NANDYALA Editora

Carlos Moore, Kabengele Munanga, Eliane Cavalleiro, Edson Cardoso, Dagoberto Fonseca, Iris Amâncio, Rosa Margarida Rocha, Ministério da Educação - MEC / SECAD e Jornal Irohin.

Nandyala

Livraria
Editora

Africanidades & Educação Inclusiva

Av. do Contorno, 6.000 – Loja 05 – Savassi
30.110-060 – Belo Horizonte - MG
(00 55) 31 3281-5894
www.nandyalalivros.com.br
nandyala@nandyalalivros.com.br